

A LAVOURA



A mais antiga publicação agrícola em circulação no Brasil

A CULTURA DA UVA NO RIO GRANDE DO SUL

ANO LI

AGOSTO - SETEMBRO, 1947

BANCO DO BRASIL S. A.

1808 — 1947

Sede: — Rua 1.º de Março, n.º 66 — Rio de Janeiro (DF)



TAXAS DE DEPÓSITOS

DEPÓSITOS SEM LIMITE	2 % a.a.
DEPÓSITOS POPULARES (limite Cr\$ 50.000,00)	4 % "
DEPÓSITOS LIMITADOS (limite Cr\$ 100.000,00)	3 % "
DEPÓSITOS A PRAZO FIXO:	
Por 6 meses	4 % "
Por 12 meses	5 % "
COM RETIRADA MENSAL DE JUROS:	
Por 6 meses	3 ½ % "
Por 12 meses	4 ½ % "
DEPÓSITOS DE AVISO PRÉVIO:	
30 dias	3 ½ % "
60 dias	4 % "
90 dias	4 ½ % "



LETRAS A PRÊMIO (sêlo proporcional).

Condições idênticas às de depósitos a prazo fixo.



O Banco faz tôdas as operações do seu ramo — descontos, empréstimos em conta corrente, cobranças, transferências, etc., e mantém filiais ou correspondente nas principais cidades do país ou do exterior, possuindo no Distrito Federal, além da Agência Central, à Rua 1.º de Março n.º 66, mais as seguintes: BANDEIRA, Rua do Matoso, n.º 12 — CAMPO GRANDE, Rua Campo Grande, n.º 100 — GLÓRIA, Praça Duque de Caxias, n.º 23 — MADUREIRA, Rua Carvalho de Souza, n.º 299 — MEIER, Av. Amaro Cavalcanti, n.º 95 — RAMOS, Rua Leopoldina Rego, n.º 78 — SAÚDE, Rua do Livramento, n.º 63 — TIRADENTES, Rua Visconde do Rio Branco, n.º 52 — SÃO CRISTOVÃO, Rua Figueira de Melo, n.º 360 (esquina da Rua São Cristovão) e VILA IZABEL, Rua 28 de Setembro n.º 412.



O Ministro Fernando Costa em palestra com professores da Escola de Horticultura Wencesláu Bello, durante, a sua visita àquele estabelecimento, em 1939

S U M A R I O

O Ensino Primário e a Educação Rural, Arthur Torres Filho	3
O Problema do Trigo	7
O Cooperativismo e o problema do leite, Fabio Luz Filho	10
Universidade Rural — sua inauguração, a 4-7-947	13
As Semanais da Sociedade Nacional de Agricultura	21
Consultas e Informações, Geraldo Goulart da Silveira	29
O Sonho de Fernando Costa, Sud Menucci	30
Produção e Crise de Abastecimento Alimentar no Brasil, José Sampaio Fernandes	31
Importância Econômica da Hortalicicultura, Geraldo Goulart da Silveira	34
Há sete anos passados	36
Importância da Adubação em Hortalicicultura, Geraldo Goulart da Silveira	39
Tratados que prejudicam o Brasil, B. de Aragão	41
A Universidade Rural, Prof. Waldemar Roythe	44

Sociedade Nacional de Agricultura

FUNDADA EM 16 DE JANEIRO DE 1897

RECONHECIDA DE UTILIDADE PÚBLICA
PELA LEI N.º 3549, DE 18 DE OUTUBRO DE 1918

Presidente Perpétuo: Dr. Miguel Calmon du Pin e Almeida

Presidente Benemérito: Dr. Wenceslão Braz Pereira Gomes

Presidente de Honra: Dr. Getúlio Dornelles Vargas

DIRETORIA GERAL

Presidente	— Arthur Torres Filho
1.º Vice-Presidente	— Luiz Simões Lopes
2.º " "	— Edgard Teixeira Leite
3.º " "	— A. de Arruda Camara
1.º Secretário	— F. Murtinho Braga
2.º " "	— Adamastor Lima
3.º " "	— Eurico Santos
4.º " "	— Cinéas de L. Guimarães
1.º Tesoureiro	— Kurt Repsold
2.º " "	— Otto Frensel

DIRETORIA TÉCNICA

Altino de Azevedo Sodré
Antonio Francisco Magarinos Torres
Franklin de Almeida
Enio Luiz Leitão
Geraldo Goulart da Silveira
Iris Meinberg
João Maurício de Medeiros
Joaquim Bertino de Moraes Carvalho
Luiz de Oliveira Mendes
Pedro Fontes.



CONSELHO SUPERIOR

Alberto Ravache
Alvaro Simões Lopes
Anapio Gomes
Antonio Barreto
Antonio José Alves de Souza
Apolonio Sales
Balbino de Souza Mascarenhas
Ben-Hur Ferreira Raposo
Benjamin do Monte
Carlos de Souza Duarte
Diogenes Caldas
Eduardo Duvivier
Fabio Furtado Luz
Euvaldo Lodi
Francisco Saturnino de Brito Filho
Guilherme Egberto Hermsdorff
Honório da Costa Monteiro Filho
Humberto Bruno
Ismael Cordovil
Israel Pinheiro da Silva

Itagiba Barçante
J. C. Belo Lisboa
Jeronymo Antonio Coimbra
João Gonçalves de Souza
João Tjader
José Sampaio Fernandes
José Solano Carneiro da Cunha
Landulpho Alves de Almeida
Manoel Carlos Ferraz de Almeida
Manoel Neto Campelo Junior
Mario de Oliveira
Napoleão de Alencastro Guimarães
Ormeu Junqueira Botelho
Oscar Daudt Filho
Paulo Parreiras Horta
Pedro Calmon Moniz de Bittencourt
Ruy Carneiro
Sebastião Herculano de Mattos
Sebastião Sant'Ana e Silva

A LAVOURA

ÓRGAM OFICIAL DA SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA

ANO L

Agosto - Setembro — 1947

O ENSINO PRIMÁRIO E A EDUCAÇÃO RURAL

Arthur Torres Filho.

No momento em que se cogita de uma Lei Geral de Educação, parece-me oportuno e de tóda conveniência, salientar a resolução número LX aprovada pela 3.^a Conferência Interamericana de Agricultura reunida em Caracas, no período de 24 de julho a 7 de agosto de 1945, na qual o Brasil foi representado por uma delegação chefiada pelo Prof. Newton de Castro Bezeza, na época Superintendente do Ensino Agrícola e Veterinário do Ministério da Agricultura.

E' a seguinte a redação da resolução:

1.º — Que a orientação sadia e inteligente na administração dos recursos naturais depende da compreensão dos cidadãos;

2.º — Que é necessário incrementar as culturas hostícolas e indústrias rurais, a fim de contribuir para o melhoramento da alimentação popular e baratear o seu custo;

3.º — Que a falta, quase geral, de produtos de granjas e hortaliças, em grande parte das comunidades, é um fato que se observa em muitos países da América;

4.º — Que se deve difundir conhecimentos relacionados com estas atividades entre a população escolar;

5.º — Que sendo as escolas primárias e secundárias o vínculo mais direto do Estado com o meio social de cada região, é nelas que se deve iniciar a obra do ensino e fomento para que seus benefícios alcancem a juventude que deve orientar-se para essas atividades:

Resolve:

Recomendar aos Governos das nações americanas que ainda não o tiveram realizado:

1.º — A inclusão de noções de agricultura nos programas de Educação Primária e Secundária, e a do ensino, na forma mais prática, da utilização e defesa dos recursos naturais de cada país.

2.º — A conveniência de dotar as escolas primárias e secundárias de terrenos apropriados e dos elementos necessários para a execução de um plano mínimo de ensino agrícola.

No sentido da divulgação dos conhecimentos básicos de horticultura e pequenas indústrias rurais, já se tem podido fazer alguma coisa entre nós, bastando, entre outras realizações práticas e objetivas lembrar:

a) que a Sociedade Nacional de Agricultura, desde 1937, vem realizando "Cursos Rápidos" sôbre diferentes assuntos relacionados com a horticultura, nos quais tem sido elevada a matrícula de estudantes de nível primário e secundário.

b) que o Serviço de Informação Agrícola do Ministério da Agricultura, vem, desde a sua criação, incentivando e auxiliando técnica e materialmente a fundação de "Clubes Agrícolas Escolares", dos quais já existem mais de mil e trezentos devidamente registrados e, especialmente, anexos às escolas primárias.

c) que a Sociedade Nacional de Agricultura, o Serviço de Informação Agrícola e a Legião Brasileira de Assistência, realizaram, em colaboração, nos anos de 1942 e 1943 (período de guerra) numerosos cursos de "Monitores Agrícolas", especialmente os referentes à "Horticultura" e "Indústrias Rurais", nos quais foi muito elevada a matrícula de professores de cursos primários.

d) que a Diretoria dos Cursos de Aperfeiçoamento, Especialização e Extensão do Ministério da Agricultura vem, desde 1944 realizando "Cursos Avulsos de Horticultura", nos quais tem sido animadora a matrícula de estudantes de nível secundário.

e) que em alguns Estados já não tem cursos de iniciação profissional agrícola.

f) que a Sociedade Nacional de Agricultura, em colaboração com o Serviço Nacional da Criança, realizou, em 1945 e 1946, no Distrito Federal, "Cursos Práticos de Organização de Hortas Domésticas", frequentados exclusivamente por alunos de escolas primárias.

g) que a Escola de Horticultura "Wencesláo Bello", da Sociedade Nacional de Agricultura, vem, desde sua fundação, realizando com grande êxito "Demonstrações Práticas de Horticultura" especialmente para estudantes de escolas primárias e secundárias e para professoras.

Todos êsses empreendimentos tem contato sempre com a colaboração do nosso magistério, quando chamado a participar dessa obra de aperfeiçoamento do ensino no Brasil.

Os resultados daí obtidos servem para demonstrar a vantagem dessa orientação para a educação da nossa mocidade.

Tem-se observado que o jovem brasileiro, mesmo o da cidade, revela entusiasmo pelo estudo objetivo de agricultura, frequentando com assiduidade os cursos a que aludimos.

E' por êsse motivo que, em face da experiência adquirida, somos de parecer que, concretizando uma das resoluções da 3.^a Conferência Internacional de Agricultura, que deva ser incluído, no currículo dos cursos primários e secundários, o ensino da Agricultura, especialmente na parte relacionada com a horticultura, a pequena criação e as indústrias rurais domésticas. Seria um "plano mínimo de ensino agrícola", como recomendado pela nossa situação alimentar.

Merece referência o empenho com que o Ministério da Educação tem procurado alicerçar, em bases seguras, o ensino primário, dado seu incomparável valor social para o futuro do país. E' disso uma prova o cuidado e a perfeição com que foi elaborada a última Lei Orgânica

do Ensino Primário, consubstanciada no Decreto-lei n. 8.529, de 2 de janeiro de 1946. Essa lei é o resultado de uma investigação baseada na realidade brasileira, procurando-se imprimir a êsse ensino características próprias de nossa vida econômica.

Além de uma educação mínima procura-se atender ao ensino prevocacional de acôrdo com a fisionomia de cada região.

E' certo não serem suficientes os dispositivos legais para que se alcancem os resultados esperados. No meio rural os percalços avultam dado o pauperismo reinante, além de dificuldades que lhes são peculiares, como as distâncias, a falta de professorado e de recursos materiais. Êsses embaraços precisarão a pouco e pouco ser vencidos, dotando-se essas escolas de terreno, ferramentas, aparelhos para trabalhos em hortas, pomares, jardins, além de pequenas criações, coleções didáticas, de modo a que, sem se profissionalizar a escola primária, a identifiquemos com a comunidade.

Sem êsse ajustamento ao ambiente, colocando criança em contato com a natureza, sem ela compreender e amar a vida rural, estaremos concorrendo para acelerar a fuga da população rural para os centros urbanos.

E' possível que o que sugiro fuja aos rígidos princípios pedagógicos, mas a realidade está a condenar o nosso tipo tradicional de escolas primárias da zona rural. Devemos antes caminhar para a aplicação de princípio salutar que nossos pedagogistas acertadamente consideram na atual Lei Orgânica do Ensino Primário de que, as duas últimas séries do curso, devem visar "*a iniciação no trabalho, adaptado às solicitações econômicas e sociais de cada região*".

E' evidente que, para alcançar-se êsse magnífico resultado, ter-se-á que pensar na *formação do educador rural*.

Como disse, com grande propriedade o ilustre Prof. Sud Minucci no 8.^o Congresso Brasileiro de Educação, tudo vem da terra, porque dela vem a alimentação das massas humanas. No campo educativo — dizia ainda aquele educador — "*a posição da zona rural é de inferioridade total*". Essa é uma verdade que não pode ser ocultada, bastando atentar-se na massa analfabeta dos que vivem no campo e onde não se transmitem ensina-

mentos que estejam em harmonia com as aspirações e os desejos dos habitantes.

Já o Prof. Celso Kelly declarou, com perfeita compreensão da realidade brasileira quando, em magnífica tese apresentada ao 8.º Congresso de Educação, na qual estudava a situação do professor primário das zonas rurais, que o “professor rural” deve ter continua assistência técnica, sanitária, agrícola, moral e cívica, pois nas suas mãos está o início da formação básica do homem da Pátria brasileira”.

Não tenho dúvida alguma de que se torna difícil preparar o educador rural porque todos os conhecimentos terão de ser transmitidos através da prática diária.

O aluno precisará aprender *fazendo* e descobrir o porquê das coisas no trato contínuo dos problemas rurais. Os trabalhos agrícolas, as práticas de criação, de industriais rurais e de educação sanitária e outras, terão que decorrer do trato contínuo da vida do campo.

Somos de opinião que o assunto é de evidente magnitude para o futuro do país e não pode passar despercebido aos educadores que elaboram as “Diretrizes e Bases do Plano Nacional de Educação”.

É imperioso que olhemos para a formação do professor rural porque, como já foi dito, se a escola rural não preenche os seus fins, isso é devido à ausência de recursos materiais das escolas mas, e em grande parte, à *falta de formação do professorado*.

Ao lado da obrigatoriedade do ensino da agricultura nas escolas primárias e secundárias, até mesmo as que se acham localizadas nos centros suburbanos, ter-se-ia de dar preferência às que possuíssem terrenos anexos, nos quais fôsse possível a parte prática do ensino. Com um programa assim traçado, estaríamos dentro de princípios pedagógicos novos e realizando obra de larga repercussão na formação do Brasil.

Faz-se mister criar em todos os Estados Escolas Normais para a preparação do professorado. Felizmente, muitos de nossos eminentes educadores e homens de administração, tem as vistas voltadas para o bem-estar e a educação do homem rural. Esse resultado dependerá, como disse, principalmente da escola primária rural, a qual precisará transmitir co-

hecimentos de agricultura, de economia, de indústrias, de higiene, de dietética, elevando o meio donde promana a riqueza básica da nação.

Permitindo-me, nesta altura, transcrever com satisfação as conclusões da IV Comissão do 8.º Congresso Nacional de Educação:

1.ª) — É imprescindível a formação profissional de cunho especializado para o professor rural, fato êsse já assente e estabelecido pela Comissão Nacional do Ensino Primário.

2.ª) — Essa formação tem de ser obtida por meio de institutos que cuidem de preparar o mestre, dando-lhe conhecimentos das técnicas agrícolas e práticas sanitárias a fim de que êle possa assistir a liderar a comunidade em que trabalha.

3.ª) — Êsses institutos devem ser escolas normais rurais, com um currículo que o Estado determinará, e que aconselhamos seja o atualmente adotado pela escola de Joazeiro, do Ceará, capaz de servir a tôdas as circunscrições da República.

4.ª) — O professor rural, em virtude das dificuldades com que luta e da perda de conforto a que se submete, deve ganhar mais que o professor urbano. Em qualquer hipótese nunca deverá ganhar menos, ponto de vista êste já vitorioso na legislação de São Paulo.

5.ª) — A assistência ao professor rural deve abranger múltiplos aspectos:

a) — *Técnica* — pelas frequentes visitas de autoridades orientadoras, tanto pedagógicas, como sanitárias e agrícolas;

b) — *Intelectual* — pelo fornecimento gratuito de periódicos e revistas e pelo empréstimo de livros de bibliotecas circulantes;

c) — *Social* — pela organização da defesa da saúde do professor e sua família, organizando o Estado, pelo sistema cooperativo, um serviço odontológico, farmacêutico e médico; pelo fornecimento daqueles melhoramentos que são o conforto das cidades: rádio, telefone, luz elétrica, cinematógrafo;

d) — *Moral* — pelas preferências que o Estado outorgará ao mestre do campo, no sentido de que êste possa educar a prole, encaminhando-a à vida prática.

6.ª) — O aperfeiçoamento do professor rural deve, de preferência, fazer-se pelos cursos intensivos em institutos

que cuidem de atividades que interessem à escola rural, pelos cursos de férias e pelas visitas e excursões de caráter educativo.

Necessitamos portanto dedicar atenção especial à formação do mestre-escola destinado à zona rural, proporcionando-lhe também remuneração condigna e facilidades no cumprimento de sua nobre missão. A consciência dos futuros agricultores brasileiros, tornando-os capazes de assimilar os modernos processos da técnica, terá que começar a ser formada desde a escola primária.

Estaríamos de outra forma, concorrendo para agravar o despovoamento crescente dos campos.

Em 1945 matricularam-se em nossas escolas primárias 3.295.291 alunos, e concluíram o curso, nesse ano, apenas 238.626.

Está patente uma grande evasão escolar, cujas causas econômicas e sociais precisariam ser cuidadosamente estudadas, sendo a zona rural, onde a educação já é de si mais difícil, a mais sacrificada na formação do cidadão útil ao país.

Como assinala M. A. Teixeira de Freitas, no seu magnífico livro "O Ensino Primário Brasileiro no Decênio 1932-1941", em toda uma geração (sobreviventes em 1946 da geração de 1922) apenas 17,3% podem ser considerados educados (aprovados na 3.^a série do ensino primário) e assim mesmo "mal e precariamente educados".

No que toca à cultura média o coeficiente desce lamentavelmente, para 4,3%, do total dos sobreviventes.

Estamos em presença de dados que demonstram não ser tanto a falta de escolas que agrava o analfabetismo, mas sim os métodos de ensino com tendências pedagógicas fora das realidades brasileiras. E o que acontece com o ensino primário, estende-se ao secundário e superior, se quisermos ser sinceros, educando-se parcelas mínimas da juventude e da mocidade brasileiras.

A ignorância é o maior estigma de inferioridade que pôde pesar sobre uma educação e pela higiene, como dizia Mizar o homem, tarefa máxima confiada aos nossos governantes.

A LAVOURA

(ÓRGAM DA SOCIEDADE NACIONAL
DE AGRICULTURA)

F u n d a d a e m 1 8 9 7



Eng.º Agrônomo Arthur Torres Filho
Presidente da Sociedade



Eng.º Agrônomo Antonio de Arruda
Camara
Diretor



Eng.º Agrônomo Geraldo Goulart da
Silveira
Consultor-Técnico



Luiz Marques Poliano
Redator-Secretário e Gerente



Redação e Administração:

AV. FRANKLIN ROOSEVELT 115, 6.º

Telefone: 42-2891

Caixa Postal 1245 — Rio de Janeiro



Nem a redação da Revista nem a Sociedade Nacional de Agricultura são responsáveis pelos conceitos emitidos em artigos assinados.

O PROBLEMA DO TRIGO

O. ponto de vista do representante da Sociedade Nacional de Agricultura na Comissão Central de Preços

Na reunião de 19 de julho, da Comissão Central de Preços, o Dr. Edgar Teixeira Leite, 2.º Vice-Presidente da Sociedade Nacional de Agricultura e seu representante ali, preferiu o seguinte relatório, a propósito do momentoso problema do pão:

1 — o problema do preço do trigo depende 90% de fatores que escapam ao controle nacional. Consumindo anualmente cerca de 18 milhões de sacos de farinha de trigo de 50 quilos, apenas cerca de 1.200.000 sacos são produzidos no país;

2 — a quase totalidade do nosso abastecimento vem do estrangeiro, isto é, da Argentina, dos Estados Unidos e do Canadá, em menor quantidade;

3 — a maior quantidade provém da Argentina sob a forma de trigo em grão que é aqui moído num volume de cerca de 1.200.900 toneladas anuais e cujo preço tem aumentado, em face da política intervencionista adotada pelo governo daquele país através do "Instituto Argentino para promoção do Intercâmbio" (IAPI) e que, praticamente, controla toda a produção;

4 — segundo informações prestadas pela Comissão Nacional do Trigo, os preços do trigo argentino, que vem sendo comunicados ao nosso Governo em virtude do Convênio de 1946, foram alterados segundo os números seguintes:

Janeiro, 35 pesos; Fevereiro, 40 pesos; Março, 45 pesos; Abril, 45 pesos, por cem quilos de trigo "FAS Argentina";

5 — os preços da farinha americana são bem menores, oscilando numa base de US\$ 8,30 o saco de 50 quilos CIF' Rio, ou seja US\$ 7,50 por cem libras (45 quilos), variando de acordo com a sua qualidade, data de embarque, condições de pagamento, etc.

6 — temos assim os elementos para apurar sob que fatores dispomos nosso controle para fixar o preço do trigo, e consequentemente, do pão.

7 — quanto às medidas, a serem adotadas, a nosso ver, são aconselhadas:

a) — estimular a importação de farinha americana, que é de menor custo que a Argentina;

b) — reduzir os direitos aduaneiros que incidem sobre a farinha de trigo (o trigo em grão já goza dessa vantagem);

c) — aumentar a extração do trigo para 77 por cento;

d) — racionamento da farinha às padarias e racionamento do pão à população;

f) — fabricação de pão misto.

8 — apenas enumeramos os fatores sobre os quais podemos intervir, mas cuja aplicação não aconselhamos no momento a não ser os das alíneas A, B, e C, e talvez D.

9 — para melhor conhecimento da matéria, examinemos embora sucintamente cada um desses fatores:

a) **Importação de farinha americana:** — O produto dessa origem, mesmo pagando direitos e taxas, com a margem de lucro de 6 a 7 por cento, poderá ser entregue às padarias ao preço de Cr\$ 200,00 o saco de 50 quilos, enquanto a farinha argentina, do preço de 40 pesos (a próxima quota será aumentada para 45 pesos a unidade), está tabelada a Cr\$ 215,66 por 50 quilos, já isenta de direitos.

b) **Redução de taxas aduaneiras.** — o direito duaneiro que onera a farinha é de Cr\$ 155,00 por mil quilos e 10% de taxas adicionais ou sejam Cr\$ 8,50 por saco de 50 quilos. Há outras taxas cobradas na importação, elevando-se esses direitos a Cr\$ 15,00, com as taxas portuárias, conforme adiante especificamos.

c) **Aumento de extração do trigo.** — Atualmente, o trigo é moído com uma extração de 75 quilos, isto é, em 100 quilos de grão são extraídos 75 quilos de farinha. Com o aumento da extração para 77%, obter-se-iam cerca de 40 mil sacos por quota de 100 mil toneladas. Isto sob o ponto de vista da quantidade. Sob o ponto de vista do preço esse aumento de extração permitiria vender o saco de 50 quilos por menos de Cr\$ 8,00 a ser computado, porque se há aumento na quantidade de farinha, ainda há também uma redução no farelo e nos sub-produtos. Quanto à qualidade, a farinha só teria a ganhar pois seriam aumentadas suas propriedades nutritivas, como está sobejamente provado.

d) **Racionamento de farinha às padarias.** — Seria uma medida que permitiria até certo

ponto realizar uma economia não pequena de farinha pois o desperdício é considerável conforme está apurado na manipulação do pão. Cuidadoso exame, evitando sobras pelo emprego de quantidades mais próximas do consumo habitual da freguezia, emprego de sucedâneos para a prancha onde são colocadas as massas, provocaria a economia já referida. Em São Paulo, já estão sendo adotadas medidas nesse sentido.

e) **Racionamento do pão.** — No caso da impossibilidade de suprimento de trigo, se houver novas dificuldades no abastecimento, impõe-se o racionamento de pão, evitando o fabrico de massas finas. Não cremos porém que essa medida venha a ser posta em vigor.

f) **Fabrico de pão misto.** — A fabricação do pão misto isto é, com uma mistura de farinhas panificáveis, tem sido muito discutida e combatida. Está comprovado que a mistura, quando feita em condições técnicas adequadas e dentro de certos limites, não reduz as qualidades alimentares nem o sabor do pão. A impopularidade do pão misto provém da inobservância desses fatos, aumentando desmesuradamente a quantidade de farinhas inadequadas, notadamente de milho, às quais faltavam determinados requisitos. O problema teve de ser cuidadosamente estudado e resolvido com critério, trazendo real proveito à economia nacional. Neste momento, o emprego de misturas está sujeito ao acordo argentino-brasileiro denominado dos sucedâneos, do ano de 1941. Preconizamos, dentro de um exame de matéria sob o ponto de vista nacional, a mistura do trigo moído com farinhas de raspa de mandioca, em proporções razoáveis. Não aconselhamos outras farinhas, porque as que poderiam ser utilizadas, isto é, a de milho e arroz, são já empregadas sob outras formas, enquanto há grande produção de raspa de mandioca. Alega-se que poderiam ser encaminhadas para exportação. Mas para que mandar para o estrangeiro o que necessitamos e podemos aplicar em benefício da economia alimentar do nosso povo? Convém ter apenas há uma semana, representantes de 30 nações reunidas na Conferência Internacional de Cereais, em Paris:

“Chegou a hora de apertar-se o cinto e de mobilizar a opinião pública de todos os países para o problema criado pela escassez de cereais. E’ preciso que cada um se persuada de que não há problema mais importante no mundo até a colheita de 1948.”

Convém ainda transcrever as palavras de Cleiton A. Anderson, sub-secretário da Agri-

cultura dos Estados Unidos, advertindo quanto à desmedida esperança nos fornecimentos de cereais dos Estados Unidos: “Essa tendência anti-realista parece consistir na crença de que os fornecimentos são ilimitados nos países exportadores e, no que diz respeito aos Estados Unidos, que não há limite prático ao que esse país pode dispor de transporte e meios para a exportação de cereais.”

Por outro lado a referida Conferência aconselhou: “Intensificar o racionamento, a fim de disciplinar os preços e conseguir a máxima quantidade de cereais para o consumo humano e para que, ao mesmo tempo, o gado obtenha o mínimo necessário de cereais secundários, de modo que não seja alimentado de trigo”.

10 — Para que o Plenário possa ter todos os elementos necessários a um exame completo da matéria, juntamos o estudo da situação do abastecimento de farinha de trigo, estudo esse colhido em fontes autorizadas, cujos documentos originais estão à disposição dos interessados e de que apresentamos apenas uma síntese para melhor apreciação da matéria.

O tabelamento da farinha produzida com o trigo em grão está realizado e só deverá ser revisto quando o assunto tiver de ser examinado em face de novas quotas de procedência argentina. Os preços em vigor são de Cr\$ 215,66 por saco de farinha de trigo de 50 quilos. Para um estudo rigoroso do problema em aprêço temos de considerar diversos itens que oneram o custo de farinha importada. O preço CIF gira em torno de US- 8,30 o saco de 50 quilos, ou 10% menos quando é cotado em sacos de 100 libras (45 quilos). Daí é preciso atender as quantidades de oferta para evitar confusão. Já anteriormente esclarecemos este ponto, em vista de vários fatores que podem alterar ligeiramente a quotação indicada.

11 — (No item 14 a sub-Comissão relaciona as despesas que oneram as farinhas importadas).

12 — O custo e as despesas acima referidas que podem ser comprovadas e verificadas importam em Cr\$ 186,60, ficando reservado ao importador para lucro do negócio cerca de 7 por cento. Sobre ele pesam as despesas de aluguel, de impostos, de empregados, despesas gerais e não raro também os prejuízos por falência ou outros imprevistos.

13 — Pensamos que Cr\$ 200,00 para o saco de farinha americana, cujo custo é de cerca de US\$ 8,30 por saco de 50 quilos CIF, equi-

valente a US\$ 7,47 CIF por 1000 libras ou 45 quilos, — representa um preço razoável.

14 — Este preço será reduzido de cerca de Cr\$ 8,00, logo que entre em vigor o pedido de isenção para direitos e taxas aduaneiras que já solicitamos ao Congresso.

15 — Tendo sido o atual tabelamento do pão realizado para a cotação da farinha na base de Cr\$ 200,00 o sacco de 50 quilos, poderemos manter o preço atual do pão, que não foi aumentado como se afirmou levianamente e apenas que houvesse uma diferença de peso de 10 por cento no máximo para evitar o rigorismo da fiscalização, quando não se verificasse dolo.

Como conclusão, o relatório apresenta os seguintes itens:

I — Obterem isenção para a farinha de trigo de direitos aduaneiros e taxas adicionais de 10%.

II — Aumento de extração de trigo em grão de um a dois graus.

III — Tabelamento de farinhas importadas em Cr\$ 200,00 reduzindo o preço do valor correspondente em isenção, logo que seja ela concedida.

IV — Promover a mistura com farinha de rapa em quantidade mínima e estudar o assunto em face do Convênio de 1941.

Estas medidas permitiriam estimular a importação de farinha e manter em níveis atuais o preço do pão.

Falou a seguir, o Sr. Rafael Xavier, representante do Ministério da Agricultura, declarando que as importações de farinha de trigo nos últimos anos, tem sido, com exceção do ano de 1946, as maiores registradas pelas estatísticas nacionais, comprovando uma elevação de consumo injustificada no momento em que há restrições de consumo em todo o mundo.

Disse, ainda, que, em face da queda violenta da importação e da impossibilidade de abastecimento no momento se impõe uma política de racionamento. Ao mesmo tempo a volta da mistura da farinha de trigo com a da rapa de mandioca é recomendável.

Finalmente, declarou que votava com o parecer da sub-comissão.

O Sr. Rui Gomes de Almeida, representante do comércio em seu voto acentuou que, se a CCP não se enquadrar dentro da realidade, não haverá importações de vez que os preços dos mercados internacionais são superiores aos preços tabelados no Brasil. Frizou que, na hipótese de não nos curvamos a essa realidade, estaremos sujeitos, em futuro muito próximo, a uma carência absoluta de farinha de trigo no mercado brasileiro. Disse também, que, do mesmo modo, é preciso muito cuidado, a fim de que não se possa, quando da falta desse produto atribuir a responsabilidade do fato à CCP.

GUARDE O SEU DINHEIRO NO BANCO

PAGUE POR MEIO DE CHEQUE

Banco Ribeiro Junqueira S. A.

RUA DA QUITANDA, 72 — RIO

O COOPERATIVISMO E O PROBLEMA DO LEITE

por Fábio Luz Filho

Já acentuamos como o encaminhamento racional da questão do abastecimento de leite no Distrito Federal culminou, depois da longa fase de atuação da C.E.L., com a entrega do comércio deste produto vital à Cooperativa Central, há tempos fundada pelo Serviço de Economia Rural, decorrência do próprio decreto que em julho de 1940 criou a Comissão Executiva do Leite (C.E.L.).

O Serviço de Economia Rural já havia procurado criar a Central muito antes mesmo desse decreto.

Foi esse movimento iniciado ao tempo da gestão do Dr. Artur Tôrres Filho no Serviço de Economia Rural, em fins de 1939 e começos de 1940. Já eu era a esse tempo chefe de Seção de Propaganda e Organização das Sociedades Cooperativas, que iniciou a campanha atacando frontalmente o problema ao fundar imediatamente três cooperativas de laticínios em Barra Mansa e Santa Isabel do Rio Preto, marcos iniciais do movimento que atingiu seu climax agora, com a fundação da Central, antes apenas existindo a Cooperativa de Laticínios de Rio Bonito, em Valença.

Havia muito, como já foi acentuado, o fornecimento de leite ao Distrito Federal vinha constituindo para as autoridades um verdadeiro problema, problema esse que implicava em outro, sobretudo grave, ou seja a precária situação econômica do produtor em toda uma zona de fornecimento, abrangendo os Estados do Rio de Janeiro, Minas e uma faixa de São Paulo.

A solução não estava em processos de distribuição no Rio, em fiscalização rigorosa que evitasse fraudes, nem em tabelamento que coibisse abusos nos preços de venda de um produto de primeira necessidade, já o frisara o Serviço de Economia Rural.

A solução era e é simplíssima, como já o acentuara o mesmo Serviço de Economia Rural: proporcionar ao produtor a faculdade de comerciar o seu próprio

produto, *eliminando o intermediário entre ele e o consumidor*, com a criação, no interior, de cooperativas de laticínios que possuíssem usinas nos locais de convergência econômica; instalação, no Rio, de uma entidade de segundo grau, Central ou Federação, *cujo leite e demais produtos seriam diretamente vendidos ao consumidor*. Esse o plano então traçado pelo Serviço de Economia Rural e que não deve ser deformado. O cooperativismo, como foi acentuado, seja qual for a sua modalidade, não visa estabelecer concorrência, ou abrir luta contra quem quer que seja; apenas facultar a esta ou àquela agremiação, com identidade econômica, a liberdade de livremente comerciar, atributo democrático e constitucional, especificado nas suas leis orgânicas (decreto n.º 22.239, arts. 27 e 36, e decreto-lei n.º 581).

Isso é possível com aproveitamento do atual aparelhamento técnico em bases mais econômicas e eficientes, e com o estabelecimento de carros distribuidores e postos de distribuição ou abastecimento em zonas adequadas, sem elisão do comércio comum.

Assim já procedia a primeira cooperativa de laticínios criada no Estado de São Paulo (Cruzeiro) em 1931, ao influxo da propaganda oficial do Ministério da Agricultura na minha pessoa.

Essa cooperativa, pioneira do neomovimento no Brasil, irradiou-se por todo o norte do Estado, e prestigiou a fundação em Cruzeiro da primeira cooperativa escolar do Brasil, consequência também de minha propaganda.

Chegou, com grande sucesso, a manter dois caminhões-tanques ("vacas-leiteiras"), na capital paulista, percorrendo bairros com enorme aceitação, dada a pureza do produto.

Treze cooperativas de laticínios em 1933 filiaram-se à primeira cooperativa central aparecida no Brasil: a Cooperativa Central de Laticínios do Estado de São Paulo, fundada pelo Departamento

de Cooperativismo paulista com minha colaboração.

Faz ela atualmente a entrega de leite engarrafado (devidamente pasteurizado) em caminhões comuns fechados. Teve, de janeiro a junho, um volume de leite de 131.000.000 litros.

Outra questão relevante a considerar é a de controle dos preços, como o fez o Uruguai, onde a "Cooperativa Nacional dos Produtores de Leite", fundada pelo Estado com a expropriação dos entropostos, é controlada pela "Junta Nacional do Leite", da qual, entre outros, fazem parte representantes das cooperativas de consumo, para amparo do consumidor, elemento vital no mecanismo econômico. Essa cooperativa é obrigada a vender o leite às seguintes entidades pelo mesmo preço por que o vende aos distribuidores: cooperativas de consumo, instituições de caridade, serviços de saúde pública e Conselho Nacional dos Meninos (10.000 litros diários). Será que aqui já pensaram nisso?!... Ou será que vão as cooperativas de consumo, hospitais, etc. ficar à mercê exclusiva do intermediário? Quanto aos outros gêneros, ainda existe a atacadista... Será que para o leite, alimento de salvação nacional, vão todos ficar à descrição desses comerciantes, que se têm revelado, na presente emergência, tão "solicitos", mesmo diante da agudeza de um problema que está exigindo medidas excepcionais de salvação pública, de amparo de toda uma geração?!... O decreto que extinguiu a C.E.L. recolocou o abastecimento em termos de livre concorrência.

Pelo substratum cooperativo da Central, sua racionalidade meridiana, sua marca reflexiva, devem todos pesar suas enormes responsabilidades. Temos diante de nós uma população subnutrida, que vê diariamente a rasoura da tuberculose, notadamente infantil, amontoar macabramente óbitos sobre óbitos... Não é possível que se permaneça em atitude de indiferença e comodismo diante de uma situação dessas. Serão atitudes condenáveis. Aconselháveis e salutares serão as atitudes que decorram de um exame corajoso do problema e sua solução em moldes de humanidade e patriotismo, mesmo enfrentando óbices e sacrifícios iniciais, que, serão mais tarde moral e materialmente compensa-

dos, e o choque com imediatismos e individualismos, berrantes no domínio cooperativo.

Hoje estão filiadas à Central do Rio de Janeiro, nada menos de 43 cooperativas tributárias do mercado do Rio, com remessa de cerca de 6.300.000 litros mensais, cabendo cerca de 2 milhões a 25 usinas, que se valerem da faculdade de lei, como pessoas jurídicas, não obstante algumas não passem de meros intermediários.

Entanto, é de esperar, pelas razões já expostas, que preços, qualidade e distribuição sejam ponderadas de um ângulo de interesse público, embetadas possíveis arestas de egoísmo. Não cabem, no caso, barretadas ao intermediário, nem sistema de controle e fiscalização sanitário de comerciante, no geral sem a desejada eficiência.

A Central deve preocupar-se precipuamente com a disciplina nas fontes de produção, e isso é básico, e com o saneamento da qualidade do transporte da distribuição e do preço de seus produtos nos centros consumidores, diminuindo as côres sombrias do crucial e diário drama alimentício da sacrificada e paciente população carioca, que recebe, leite, como eu, honestamente "batizado" e "talhado"...

A nossa nova Constituição, embora tímida em muitos de seus aspectos, é uma outorga democrática e encara com justiça o problema econômico, considerando que a ordem econômica deve fundar-se em princípios de justiça social. Colima e cooperativismo a justiça distributiva, que é justiça social, fazendo do consumidor o centro de toda a democracia econômica.

Que o comércio especializado continue a existir; mas esperamos que a Central não fique em atitude de novo intermediário exclusivo, continuando a ter entre si e o consumidor o rosário conhecido de comerciantes e nada procure fazer para minorar essa situação.

Com a alta atual do preço do leite, não lhe faltarão elementos financeiros deduzidos de percentagem prefixadas das sobras anuais, mesmo com os atuais encargos, para tão alta finalidade.

Falhará à sua finalidade se isso não fizer, nada lucrando o consumidor com a mudança, porquanto a C.E.L. entregava a domicílio e mantinha postos de

distribuição. Que lhes dêem bases mais econômicas, eliminando excessos e faustos!...

A não ser assim, a situação, do ponto de vista do prestígio da idéia cooperativa, provocará reações desprimorosas no espírito público, já tão descrente da atuação dessas "centrais"... e que, sentimo-lo diàriamente, já está recebendo com prevenção a organização de produtores, que consideram eivados do mesmo espírito altista dos intermediários...

Sua posição não deve ficar em função do espírito de lucro, ou no campo da exploração mercantil ou do comodismo (mesmo sem a existência de cooperativas de consumo em cada bairro), de vez que se trata de alimento básico de crianças, velhos e enfêrmos. A solução do problema deveria até colocar-se num plano drástico de alcance social, pela instalação de granjas de base cooperativa, ou mesmo sociais, em tórno da cidade, para elevar o nível do consumo. O estabelecimento de cooperativas que os espanhóis chamam de "cooperativas de bisagra", nas quais atua um comitê misto de produtores e consumidores seria outro caminho. São elas cooperativas de produção e de consumo orgânicamente fundidas, forma nova e que, para nós, representa ainda uma etapa longínqua. Bastará que as de consumo se multipliquem.

Não deverá tornar-se a Central mais um intermediário trustificado que garroteie o consumidor, e, sim, deve eliminar, na escala possível, o intermediarismo, procurando contacto direto com êsse consumidor, a quem deverá vender a preço normal um leite em condições ótimas de qualidade, mórmente agora, com o preço que o consumidor carioca

MAQUINAS AGRICOLAS :

Arados — Cultivadores — Cortadores de cana e capim — Debulhadores de milho — Desintegradores — Engenhos de cana — Grades de discos e dentes — Pás de cavalo, etc.

PRODUTOS VETERINÁRIOS DOS LABORATÓRIOS:

Raul Leite S. A. — Leivas, Leite & Cia.
-- Vital Brasil — Farmacopecuária Ltda. — Usinas Químicas Bras., e outros

Agro Industrial Maquinas A. I. L. Ltda.

RUA URUGUAIANA N.º 147
Rio de Janeiro

está pagando pelo leite. Sou insuspeito para dizê-lo não só pelo fato da primeira cooperativa de laticínios do Brasil, em moldes verdadeiramente doutrinários e modernos, ter sido fundada em Cruzeiro, como o disse, adotando estatutos por mim elaboradas, como pela circunstância de já ter sido eu também fazendeiro e ter acabado de focar, em artigo para "Diário dos Estados", a situação do criador fluminense, que verifiquei recentemente *in loco*. E os meus livros aí estão...

Seleções Agrícolas

Gerente: O. Assumpção
Superintendente: M. Nunes

Diretor: Eurico Santos
Secretário: Otávio R. da Cunha

PUBLICAÇÃO MENSAL

Propriedade de Editora Seleções Agrícolas Ltda.

ASSINATURAS

Brasil — Ano	Cr\$ 30,00
Exterior — Ano	Cr\$ 60,00
Número do mês	Cr\$ 3,00
Atrasado	Cr\$ 5,00

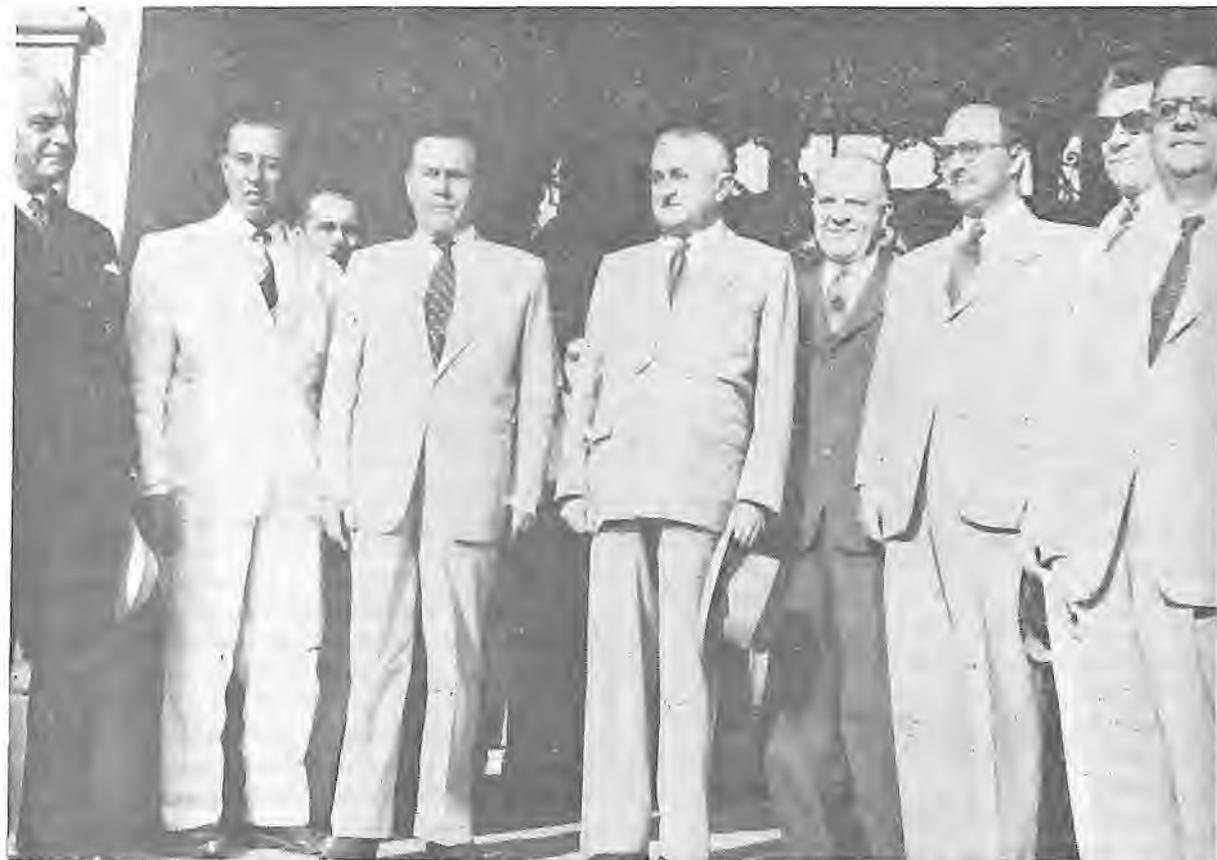
Redação e Administração: Avenida Nilo Peçanha, 26, 1.º

Tel. 22-4566 — Rio de Janeiro

ACEITAM-SE AGENTES NO INTERIOR

UNIVERSIDADE RURAL

Sua inauguração, no quilômetro 47 — Novos edifícios — Presente à cerimônia o Sr. Presidente do República — Discursos proferidos



Entrada do edifício principal da Universidade Rural, no dia 4 de julho de 1947, por ocasião da solenidade de entrega dos edifícios escolares

Com a presença dos Srs. General Eurico Gaspar Dutra, Presidente da República; Daniel de Carvalho, Ministro da Agricultura; Coronel Edmundo de Macedo Soares e Silva, Governador do Estado do Rio; Professor Arthur Torres Filho, Reitor da Universidade Rural; Clarence C. Brooks, Encarregado de Negócios dos Estados Unidos da América do Norte; Guy L. Bush, Adido de Agricultura da mesma Embaixada; altas autoridades civis e militares, professores e representantes da imprensa, realizou-se, a 5 de Julho último, a solenidade de inauguração de dez novos edifícios da Universidade Rural.

Antes da solenidade, o Sr. Presidente da República, visitou demoradamente as dependências e instalações das Escolas Nacionais de

Agronomia e Veterinária, e as dos Cursos de Especialização e Aperfeiçoamento, inteirando-se do andamento de todas as obras já realizadas na vasta área da futura Universidade.

A seguir, foi levado a efeito, no Auditório do Edifício Central, a sessão solene, inaugural dos novos prédios.

Inicialmente, falou o Sr. Professor Arthur Torres Filho, que proferiu o seguinte discurso:

DISCURSO DO SR. PROF. ARTHUR TORRES FILHO

"Constitui um grande honra para o Conselho Universitário Rural o reunir-se hoje nesta solenidade, com a presença do Sr. General Eurico Gaspar Dutra, Presidente da República,

Prof. Daniel de Carvalho, Ministro da Agricultura, representações estrangeiras e autoridades nacionais, corpos docente e discente de suas unidades universitárias e figuras da alta sociedade do país. para receber suas novas instalações escolares.

Tôda vez que se verifica um avanço a mais no domínio da educação e da cultura, trazendo a elevação profissional do povo, estamos realizando obra de libertação moral e de enriquecimento. Inauguramos uma instituição dentro dos mais elevados princípios pedagógicos, cujos efeitos sociais e econômicos, à luz da ciência, irão projetar-se no futuro, como uma das mais sólidas garantias do porvir da nacionalidade.

A terra constitui a fonte do progresso das nações.

O Brasil, pelo império das circunstâncias que concorreram para sua formação econômica, e devido à variabilidade das suas fontes de recursos naturais, precisará traçar rumos seguros à vida rural, de modo a garantir em bases sólidas o bem estar social.

A ciência, a partir da segunda metade do século passado, graças ao conhecimento dos fenômenos físicos, químicos e biológicos que presidem à vida vegetal e animal, veiu permitir a fartura onde esta fora até então impossível, e também fazer com que surgissem novos recursos para o domínio das atividades humanas.

Apoiada na experiência e na observação dos fenômenos peculiares a cada país ou região, tornou-se possível alcançar maior bem estar aos povos previdentes e cultos

A inteligência do homem se robustece com os elementos adquiridos nos laboratórios e o espírito cai no domínio de si mesmo concorrendo para uma evolução de que participam todos os setores da atividade. "Os laboratórios são os templos do futuro, da riqueza, do bem estar. E' neles que a humanidade cresce, se fortifica e se torna melhor", no dizer de Pasteur.

A agricultura, como ciência biológica, participa diretamente das transformações científicas, remodela os métodos de explorações dos vegetais e animais para a produção de alimentos e matérias primas.

Quando não é orientada tecnicamente, sobrevem a indigência com tôdas as suas perturbações na ordem social.

Hoje, a grandeza de um país não depende só do número de homens que o habitam, mas, principalmente, daqueles que ele pode nutrir e vestir.

Nação mal alimentada tem seu destino comprometido — porque não poderá subsistir e prosperar. Seu progresso intelectual e material estará, portanito, na dependência de sua agricultura e pecuária, racionalmente organizadas, de tal sorte que lhe permitam formar uma raça forte e viril.

Já tendo atravessado o periodo de desbravamento e de utilização da fertilidade natural de suas terras mais acessíveis aos meios de transporte, com uma população que já se eleva a cêrca de 50 milhões os nossos economistas e fisiologistas reconhecem que o homem brasileiro se encontra num regime alimentar deficiente em algumas regiões, exigindo a melhoria das condições de vida dos seus habitantes.

"A alimentação é a fonte catalica da ordem e do progresso sociais, pois dela decorrem o crescimento, a saúde e o trabalho das populações" conforme há pouco declarou no Congresso Nacional o Deputado Agostinho Monteiro.

Carecemos de sistemas econômicos estáveis, que garantam a prosperidade continua do país e não apenas momentânea, como por vêzes assinala a nossa história. As crises estruturais são difíceis de ser combatidas, pois que, a par da ruina da agricultura, tem seus reflexos na indústria e no comércio.

Questão magna, por excelência, de que depende a garantia da nossa soberania, é a da estruturação econômica.

Essa estruturação está ligada essencialmente as transformações sociais, exigindo cuidado e atenções especiais, no que toca às produções agrícola, industrial e extrativa

Será imperioso ajustar o desequilíbrio de forças, que possa afetar o progresso econômico e financeiro, refletindo nas fontes de produção agrícola, pois dela vem os elementos necessários ao abastecimento das populações, bem como o fornecimento das matérias primas exigidas pela Indústria.

O problema econômico e sociológico do país reside no levantamento do nível de civilização das populações do interior, avaliadas em 70 por cento do total, e do qual dependerá o fortalecimento do mercado interno e o combate ao pauperismo.

Devem merecer nossa melhor atenção, portanto, os problemas técnicos, econômicos e financeiros ligados à economia agrária. Estaremos dêsse modo combatendo o pauperismo, pelo fortalecimento da renda nacional e a criação de ambiente de tranquilidade indispensável à marcha do Brasil para seus grandes destinos no Mundo.



Solenidades realizadas no Auditorio da Universidade Rural, por ocasião do recebimentos dos edifícios escolares, em 4 de julho de 1947. Mesa: Ministro Daniel de Carvalho, Presidente da República, General Gaspar Dutra, Cel. Macedo Soares e Silva, Governador do Estado do Rio, representantes da Embaixada Americana, achando-se ausente o Embaixador William Pawley, em viagem ao seu país. O flagrante fixa o momento em que pronunciava o seu discurso o Reitor da U. R., Prof. Arthur Torres Filho

Os fortes desperdícios e os baixos rendimentos de nossas manifestações de trabalho tanto na agricultura ou pecuária, como na indústria — aissinala Pandiá Calógeras, em "Problemas de Governo" — são devidos à falta de preparo técnico e científico.

Os povos primitivos atribuíam a causas supersticiosas os males advindos da pobreza das colheitas e da diminuição dos rebanhos. A previsão de Malthus se teria dado para os países mais densamente povoados se a química agrícola, graças a Liebig, não conseguisse meios de conservar a fertilidade, das terras, garantir a abundância das colheitas.

Resolver os problemas de produção vegetal, aumentando os resultados das safras "sem destruir e fertilidade do solo", eis o objetivo dos métodos científicos e técnicos aplicados pela agronomia.

Nos estudos e aperfeiçoamentos zootécnicos, na higiene, na patologia e na orientação tecnológica, o médico veterinário está chamado a ter um papel de relêvo cada vez maior

no melhoramento da pecuária, uma das maiores riquezas do Brasil.

Essa é a grande obra cuja realização cabe às escolas agrônômicas, veterinárias e de indústrias rurais.

Longa é a história do ensino agrícola no Brasil desde a criação, em 1838, da Escola de Agricultura da Fazenda Nacional, da Lagoa Rodrigo de Freitas embora a partir dos tempos de chegada da Família Real, em 1808, já se cogitasse da instalação, naquele local, de classes de ensino da agricultura.

Em 1877 criou-se a famosa Escola Agrícola de São Bento das Lages, na Bahia, pelo Instituto Bahiano de Agricultura, de iniciativa particular, porém, protegido pelo Imperador, como outras instituições do gênero. Essa escola deve ser considerada a "célula mater" do ensino agrônômico no Brasil, pois, dessa data até 1904, diplomou 377 engenheiros-agrônomo, muitos deles notáveis pelo saber e pelos serviços prestados ao desenvolvimento agrícola brasileiro. Ainda no Império, uma criação digna

na de registro especial, é a da Estação Agronômica de Campinas, hoje Instituto Agronômico, cuja iniciativa coube ao Conselheiro Antônio Prado, então Ministro da Agricultura do Império.

Todos sabemos do enorme acervo de benefícios trazidos ao progresso do Brasil pelo Instituto Agronômico de Campinas.

Na República, assinalam-se diversas providências objetivando a difusão da instrução profissional agronômica e veterinária em vários Estados, como no Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, Paraná, São Paulo, Minas Gerais, Bahia, Pernambuco, Ceará, Paraíba, Pará, Amazonas e Distrito Federal.

A partir de 1909, restabelecido o Ministério da Agricultura, que havia sido suprimido logo após a proclamação da República, o ensino da agronomia e da veterinária tem sido estruturado em seus vários graus, na preocupação do levantamento do nível profissional da classe agrícola.

A Escola Superior de Agricultura e Medicina Veterinária, fundada em 4 de julho de 1913, no Governo do Marechal Hermes da Fonseca, sendo ministro da Agricultura, o Dr. Pedro de Toledo, após diversas transformações, veio a exercer influência notável na formação de técnicos em agronomia, veterinária e química industrial, trazendo assim contribuição valiosa ao progresso do Brasil.

Repete-se na data de hoje o mesmo auspicioso acontecimento, decorridos exatamente 34 anos, no qual, ontem como hoje, verificamos a presença dos dois diplomatas Edwin Morgan e Willian D. Pawley, embaixadores da grande República norte-americana, a nos estimular com a sua presença, e com os exemplos do progresso da técnica, aplicada à exploração dos recursos da terra, de que é paradigma aquela Nação.

Se voltarmos a vistas para o panorama brasileiro, verificaremos que 96% das atividades do país giram em torno das explorações agropecuárias atestando ainda inquéritos econômicos que cerca de 48% das nossas propriedades agrícolas não proporcionam renda satisfatória.

Será pelas pesquisas científicas e através das facilidades com que o Estado venha em auxílio das atividades particulares, que tornaremos a agricultura e a pecuária mais produtiva, que em consequência aumentaremos a riqueza coletiva.

E' evidente necessitarmos de equipamento técnico e de organização econômica e financeira com que dentro de planificações se-

guras possamos atender às peculiaridades de cada região geo-econômica.

Já a aCrta Magna prevê planificações para a região do São Francisco, para a Amazonia e para o Nordeste — orientação sadia que nos caberá adotar em relação a todo o país, principalmente junto aos grandes centros de população.

Elaborando o plano quadrienal para a atividade do Ministério da Agricultura, reconhece o Ministro Daniel de Carvalho a necessidade de um grande movimento nacional de recuperação econômica, tendo por finalidade principal "suprir" as populações de alimentos, vindo em segundo plano as matérias primas e os artigos de exportação". Esse resultado, a ser atingido, dependerá de técnicos familiarizados com os problemas da agricultura, da pecuária e das indústrias rurais, como também da organização da classe agrícola, tudo em estreita colaboração com os poderes públicos.

Tranquiliza-nos, conforme declaração feita em recente visita pelo Ministro Daniel de Carvalho ao Centro Nacional de Ensino e Pesquisas Agronômicas, de que "aos pesquisadores não faltarão as condições materiais indispensáveis ao estudo e solução de prementes problemas que perturbam ameaçadoramente a sobrevivência das nossas lavouras e dos nossos rebanhos".

Pois, bem, hoje, aqui estamos reunidos para celebrar este acontecimento fundamental à remodelação dos nossos processos de cultivar a terra e desenvolver os nossos rebanhos, concretizando nesta realização o testemunho da confiança que o governo deposita na agricultura.

Agrônomos, veterinários, zootecnistas, tecnólogos, geneticistas, patologistas, químicos, economistas, botânicos, zoólogos, pedólogos, fisiologistas, fitopatologistas, etc., recebem com este monumento educacional, uma convocação à plenitude de suas atividades.

E' uma oportunidade em tão larga proporções, como ainda não havia sido proporcionada a quantos se dedicam ao amanho da terra e ao estudo dos seus problemas — desde o cientista ao homem da gleba. Com êle, está o Ministério da Agricultura dando o seu passo mais decisivo para, num ambiente de estudo e de trabalho científico, estabelecer as linhas mestras que, dentro da técnica mais aconselhada, trará o renascimento de nossa agricultura.

A Univesidade Rural estará assim em condições de oferecer oportunidade de ensino não sómentie às classes superiores da sociedade

mas, através do ensino técnico, científico e prático, a todos quantos desejam adquirir conhecimentos profissionais ligados à vida rural.

Realizaremos, em ótimas condições de trabalho, as pesquisas necessárias à cultura científica; formaremos profissionais em todos os ramos exigidos pelas condições atuais do Brasil; receberemos todos os homens do campo que nos procurem e para isso pretendemos de-

1944 elevou-se a cerca de 1.300 anualmente, dentro de uma orientação de que uma universidade, sendo um centro de cultura e de especialização profissional, também o é de acentuada ação social, exigida alás pela elevação espiritual dos tempos que correm.

Honrado no fim da minha longa vida profissional, com a posição de Reitor, nesta altura me restaria lançar um caloroso apelo — qual o de se não negar a Universidade estru-



Auditorio da Universidade Rural, no dia 4 de julho de 1947, por ocasião da sessão solene para receber os edifícios escolares

envolver uma ação livre de impecilhos de natureza didática, administrativa e financeira, de modo a banir as sombras e as idéias falsas que se possam introduzir nos seus métodos de trabalho.

Com as armas da ciência, teremos de explorar as nossas riquezas, atraindo a mocidade brasileira às cogitações da Agronomia e da Veterinária, e para tanto oferecemos-lhe os recursos pedagógicos mais modernos, desta Universidade, na certeza de que daremos aos que acorrerem aos bancos das nossas Faculdades, aquelas mesmas vantagens e perspectivas que sempre encontraram nas outras profissões, até aqui preferidas pela nossa mocidade.

O número de alunos das instituições que compõem a Universidade Rural a partir de

turação compatível com os seus fins, facilitando-lhe os meios de ensino e pesquisas de que carece, garantindo-se por igual, ao respectivo professorado integração completa ao seu elevado mistér.

“A lei promoverá a criação de Institutos de Pesquisas junto aos estabelecimentos de ensino superior — é o que determina a Constituição e é o que, em condições excepcionais, poderemos ministrar nesta Universidade. Ela deverá funcionar em toda a sua plenitude, sendo por isso lícito esperar-se os melhores benefícios para o país.

Não é sem grande emoção que recorro, ao inaugurarmos esta Universidade, o nome de um idealista e grande realizador, figura invulgar de homem público, que a concebeu e a

ela se devotou, com uma energia muito sua, refiro-me, já o sabeis, ao notável e saudoso agrônomo Fernando Costa.

Conta-se que, de uma feita, advertido de que a obra parecia de proporções excessivas para o nosso meio, declarou:

— “É preciso que o estudante se sinta orgulhoso de sua escola, que a integre e complete na formação de um ambiente de doçura e quietação. É como num claustro, onde tudo se case bem e o espírito se eleve espontaneamente.

Aquí, também se pode formar, com a cooperação de todos, adequado recinto, a outra ordem de meditação e estudos, as pacientes pesquisas de laboratório. Aliás, só com estimulante conforto, se poderá conseguir bom aproveitamento.

Esse homem de arrojadas concepções, dispondo de confiança ilimitada nos destinos do país — Fernando Costa — não sabia ver pequeno: daí porque em tôda a sua vida de profissional e de homem público, sempre soube realizar para o futuro. Seria, portanto, preito de estrita justiça chamarmos a esta organização de “Universidade Fernando Costa”. Pequena homenagem para quem, com tanto elevação e patriotismo, concebeu êste padrão cívico que sem dúvida há de projetar-se beneficentemente na grandeza do Brasil, como testemunho da confiança dos seus homens de governo nos destinos de nossa Terra.

Ainda pouco, o Sr. Embaixador norte-americano, William D. Pawley, ao visitar as instalações do Centro Nacional de Ensino e Pesquisas Agronômicas, declarou que ninguém poderia conhecê-las sem sentir “que o Brasil está caminhando a passos largos para o seu próprio destino, tão necessário à sua felicidade e prosperidade.”

Devemos realçar a continuidade da obra, em administrações sucessivas, depois que, em 1941, se dera o afastamento de Fernando Costa, chamado a governar o Estado de São Paulo. Também os seus sucessores, Carlos Duarte, Apolônio Sales, Teodoreto de Camargo e Neto Campelo Junior, e agora, Daniel de Carvalho, com o apoio dos Presidentes da República, culminando com a ação decisiva do Presidente Eurico Gaspar Dutra, todos identificados com a alta finalidade de empreendimento, a êle emprestaram sua colaboração e entusiasmo, testemunhando às classes rurais o empenho de bem servi-las na convenção de que na terra está a nossa maior riqueza.

A obra não está terminada. Falta-lhe ainda completar o planejamento material, previsto para 1950, e também, dotá-la de elemen-

to humano que com ela se identifique, integrando-a definitivamente nos nobres e patrióticos objetivos.

Numa realização, nos moldes da que inauguramos, onde tudo é brasileiro, desde o plano inicial ao seu mais modesto executor, é justo que se destaquem os nomes dos técnicos, sobre cujos ombros pesaram diretamente as maiores responsabilidades: Melo Moraes, Heitor Grillo, Waldemar Raythe, Luiz Simões Lopes, além de engenheiros, sanitaristas, e arquitetos, professores e artistas, todos êles irmanados num só pensamento: **dar ao Brasil êste grande monumento educacional.**

Continuemos a olhar, firmes, para a vida do campo, tendo permanentemente no espírito a convicção de que, auxiliar o homem que trabalha a terra e a transforma em utilidade é sem dúvida, promover maior grandeza e prosperidade da nossa Pátria.”

Falou, depois, o Sr Clarence C. Brooks, pronunciando a seguinte oração:

ORAÇÃO DO SR. CLARENCE C. BROOKS

“Sr. Presidente, Srs. Ministros, Distintos cientistas;

Minhas senhoras e meus senhores:

Ser distinguido com a honra de participar das cerimônias que fazem parte da inauguração de um ponto marcante de tão grande importância na vida agrícola do Brasil, em qualquer época, seria motivo de um profundo e duradouro prazer. Mas estar aqui nesta data, o dia 4 de julho — é deveras um privilégio pelo qual lhes sou profundamente grato.

No dia 4 de julho do ano de 1913, um grande amigo do Brasil, o Embaixador dos Estados Unidos, o Sr. Morgan e o então Ministro da Agricultura dos Estados Unidos do Brasil, inauguraram uma escola que hoje constitui parte dêste grande centro educacional. É portanto, um especial e um verdadeiro privilégio para mim, o fato de participar desta significativa homenagem no aniversário da independência de minha Pátria. E se fosse de meu temperamento atribuir sentidos simbólicos às situações, não me seria difícil compreender o significado da inauguração formal dêste grande instituto agrícola como outro exemplo de que é capaz um povo livre e independente, vivendo sob o regime da democracia.

Esta data, sem dúvida, ao futuro será considerada como uma das principais contribuições do Governo Brasileiro ao bem estar da vasta população agrícola do país. A inauguração hoje dêste colossal projeto de educação

agrícola no Centro Nacional de Ensino e Pesquisas Agronômicas é outro passo imenso na direção de uma vida melhor para o fazendeiro brasileiro.

"A Agricultura tem um papel destacado na economia do Brasil, mas a indústria está se desenvolvendo rapidamente neste país, que também por sua vez está evoluindo depressa, e por isso a agricultura não deveria ficar para trás. Este fato já foi amplamente reconhecido. Fui reconhecido e agiram de acôrdo. Com a inauguração dêste Instituto, segundo o que me foi explicado, o Brasil terá 36 centros federais. Este progresso é deveras formidável.

Devo dizer que os Estados Unidos da América sentem-se especialmente contentes em verificar êste desenvolvimento agronômico por parte do seu grande e bom vizinho, o Brasil. O progresso na agricultura acompanhado do progresso na indústria forma os fatores essenciais para levantar cada vez mais o nível da economia da Nação, objetivo êste que é comum às nossas duas nações.

Aos homens previdentes do Brasil que procuram estimular êste, sempre crescente nível de padrão de vida deveremos atribuir uma calorosa ovação, ovação por parte de seus patrícios, e do povo dos Estados Unidos da América e da comunidade das nações do mundo — pois um progresso semelhante acumula-se em benefício não só do país em que o mesmo tem suas origens, mas indiretamente aos povos de muitos outros países.

Os padrões de vida, como já ficou provado inúmeras vêzes, constituem a melhor defesa da Democracia, e a melhor defesa contra as doutrinas extremistas.

Em todos os países, a classe agrícola é um dos fatores poderosos do bem estar econômico, mas fundir esta irmandade dos homens da Terra, num grande elemento produtivo não é fácil. O Brasil reconheceu esta verdade como se vê pela fundação dêste Centro, a fim de cooperar e orientar os outros interesses agronômicos do país. O Brasil está se mostrando sagazmente previdente.

O corpo docente dêste grande centro está aqui incumbido na minha opinião, de uma das muitas tarefas importantes. Pois é nos seus alunos que vai competir a pesada responsabilidade de intensificar a educação do povo útil e inteligente das zonas rurais do Brasil.

Eis a meta que devem atingir os instrutores e os estudantes dêste instituto de educação e pesquisas agronômicas.

Quando se aprecia a forte tendência para diante realizada pelo progresso agrícola neste

lindo vale, durante estes últimos anos, não pode permanecer na dúvida, quanto ao êxito eventual de qualquer programa criado por homens como os que auxiliaram na formação e realização dêste vasto projeto do quilômetro 47. As pesquisas, o trabalho experimental, os estudos de agricultura tropical, a instrução que será auferida aqui serão seu reflexo no futuro, em cada fase da economia do país e, contribuição para o bem estar e a prosperidade da nação. O quilômetro 47 é uma empresa magnífica, cheia de vida e que se levantará através do tempo como testemunha da iniciativa e da visão dos chefes desta grande República."

Finalmente, fez uso da palavra, em nome do Governo, o Sr. Ministro da Agricultura, que proferiu o seguinte discurso:

DISCURSO DO SR. MINISTRO DA AGRICULTURA

"Senhores: ao assumir o Governo do país, o Presidente Eurico Dutra, encontrou tão adiantadas as obras dêste Centro de Estudos e Pesquisas Agronômicas que não lhe restava senão mandar concluí-las, a fim de que, o mais cedo possível, tivessem o destino para que foram erguidas.

Honra-me, como seu Ministro da Agricultura, haver servido ao seu propósito de apressar o advento da utilização prática dêste conjunto — cujo vulto excede às dimensões usuais em nosso país — impulsionando, nestes últimos meses, as providências tendentes a possibilitar esta inauguração, que abrange dez edifícios e instalações escolares e cobre a decisão de concluir as seis restantes neste e no próximo ano.

Confesso que não me animaria, ontem nem hoje, à empreender esta realização de tanto esplendor arquitetônico. Não quero com isso criticar-lhe o arrojo de concepção, como não pretendo discutir os aspectos de localização, planejamento, execução.

Quero, apenas, pôr em relêvo que, ao apoiar vigorosamente o seu remate, cumpro indeclinável dever de homem público, na esperança de que a grandiosidade da obra encontre depois correspondência na magnitude dos estudos e pesquisas que aqui se realizarão em benefício de nossa agricultura.

Tanto mais justificada é essa esperança quanto para aqui se vai transferir, com as Escolas Nacionais de Agronomia e de Veterinária, um grupo de homens de valor, cujo saber, aliado ao devotamento à causa pública, há de, por certo, engrandecer, neste novo am-

biente, a tradição de três e meia décadas de exercício do ensino agrônomo e veterinário a cargo do Ministério da Agricultura.

Conquanto não caiba, neste momento, remontar o passado para acompanhar todos os episódios dessa tradição, justo é assinalar o indiscutível valor, não só da produção científica dos professores como de contribuição técnica dos alunos diplomados ou habilitados pelos diferentes cursos durante o referido período.

Na pessoa do cientista que já lançou à publicidade cinco tomos da obra "Insetos do Brasil", de renome universal, e na do agrônomo que, após longos anos de trabalho experimental, estabeleceu as bases técnicas em que se alicerça a cultura algodoeira do Estado de São Paulo, tenho a satisfação de render sinceras homenagens aos corpos docente e discente de ensino a que me venho referindo.

Ao fazê-lo, testemunho ainda o reconhecimento do governo pelo que já foi feito e me permito antecipá-lo pelo que há de sê-lo, mormente agora em que nos defrontamos com a responsabilidade do encaminhamento dos grandes problemas de assimilação da técnica moderna, à frente dos quais se encontra o da conservação do solo e restauração da fertilidade esgotada.

Concito-vos a enfrentá-lo, julgando não ser necessário apelar para a advertência de que as terras de Canaã, fartas de leite e de mel do campo de Moisés, são a superfície nua e árida que os viajantes de hoje percorrem desolados. Recordo o curioso Jean de Léry, extasiado ante à fertilidade desta "terra nova", manifestando a impressão de que "seria necessário cansá-la e enfraquecê-la com alguns anos de cultura para que venha a produzir melhor trigo e outros cereais semelhantes."

Dêsse cansaço e enfraquecimento já se encarregava o índio, cujo instrumento fundamental de sua agricultura primitiva, o fogo, se tornou desastroso legado, como bem acentua Euclides da Cunha, ao dizer que o homem, "entre nós, nomadamente assumiu o papel de um terrível fazedor de desertos".

Com aquele estilo que possuía uma riqueza e uma precisão ao mesmo tempo nervoso e como que funcional, descreveu-nos o grande escritor a ação do sertanista ganancioso e bravo. "Atacou a fundo a terra, escarificando-a nas explorações a céu aberto; esterilizou-a com os lastros das grupiaras; feriu-a a pontações de alvião; degradou-a com as águas selvagens das torrentes; e deixou aqui, ali, em toda a parte, para sempre estéreis, averme-

lhando nos ermos o intenso colorido das argilas revolvidas, onde não medra a planita mais exígua, as grandes "oatas", vasias e tristonhas, com a sua feição sugestiva de imensas cidades mortas, destruídas..."

Aliás, nas suas observações sobre o interior de Portugal, de onde três séculos antes, tinham vindo os nossos colonizadores, outro arguto escritor, Ramalho Ortigão, mostrava a pauperização progressiva do solo, "pelo facto de levarem para os rios a camada mais pingue de terrenos de encosta", e concluiu que o lavrador Minhoto tinha "com relação ao aproveitamento do mato, a mesma falta de noções que o distingue no aproveitamento da água."

E' evidente a semelhança com o que ocorre na maior parte de nossas terras cultivadas, à exceção de manchas prodigiosamente férteis e que retêm suas reservas de humus. Confrangein-nos a vista as encostas desnudas, e defendidas, o desmatamento avassalador, a indigência a que a erosão vai reduzindo o chão dadivoso.

Não menos prezando, pois, a relevância das missões que os técnicos e especialistas devem desempenhar, com recursos científicos cada vez mais adiantados, no sentido de aperfeiçoar e racionalizar os métodos de agricultura e criação e de ampliar a defesa sanitária dos produtos vegetais e animais, desejo atuar como item fundamental das pesquisas e estudos a luta para impedir a definitiva exaustão da riqueza do solo.

Este é o nosso grande patrimônio, que temos de zelar e, para provê-lo, o Brasil muito espera dêste centro de ensino especializado, que, colocado em um ambiente onde a terra foi reconquistada ao pântano, tem, no signo de sua localização, o norte das suas atividades e reconquista do solo.

Sr. representante dos Estados Unidos da América, regozijo-me de congratular-me com V. Ex. pela fidelidade do ensino superior de agricultura, e veterinária, do Ministério da Agricultura, à elevada e fraterna homenagem ao seu país.

Foi precisamente a 4 de julho de 1913 que se inaugurou solenemente a Escola Superior de Agricultura e Medicina Veterinária. É-nos grato recordar o fato ante a circunstância de que o curso de trinta e quatro anos de relações entre nossos países sómente serviu para estreitar e fortalecer uma amizade que nasceu com a nossa própria independência.

Exmo. Sr. Presidente da República, tenho a honra de cumprir a ordem de V. Ex. de declarar inaugurados os edifícios e instalações

AS SEMANAIS DA SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA

SESSÃO DE 25-7-1947

Homenagem a Fernando Costa — Sementes de soja branca e cereal Adlay — Leis trabalhistas na agricultura — Semana dos Fazendeiros de Viçosa — Cursos de Horticultura e Fruticultura promovidos pela Sociedade — Queda da Produção Algodoeira — Diminuição do rendimento das áreas cultivadas — Maconha — Financiamento da pecuária.

Realizou-se quinta-mera, 24 do corrente, mais uma sessão semanal da Diretoria da Sociedade Nacional de Agricultura, sob a presidência do Prof. Arthur Torres Filho.

Do expediente constou, dentre outros papeis, um ofício do Secretário Geral do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística comunicando que a sugestão da Sociedade, de ser dado o nome de Fernando Costa ao distrito de Seropédica, município de Itaguaí, no Estado do Rio de Janeiro, foi ali recebido com simpatia e encaminhado ao Conselho Nacional de Geografia, em cujas atividades se enquadram os estudos e trabalhos referentes à nomenclatura das cidades e vilas do país.

Explica o Sr. Torres Filho que, efetivamente, a Sociedade se dirigiu ao Instituto e também ao Sr. Governador do Estado do Rio, pleiteando essa justa homenagem ao saudoso estadista. Além disso, a zona é conhecida entre os técnicos como "Quilômetro 47", sem nenhuma expressão, e até porque, brevemente, com a construção de uma variante, mesmo essa não poderá prevalecer, por ficar o percurso reduzido de 3 quilômetros. Aproveita o ensejo para se referir, com toda a simpatia, à iniciativa de um grupo de agrônomos, con-



da Universidade Rural, expressando a confiança de que aqui se trabalhará, cada vez mais e melhor, pela defesa e racionalização das atividades rurais, e servir-se-á, cada vez mais intensamente, ao progresso do Brasil."

Além das Escolas Nacionais de Agronomia e Veterinária, dos Cursos de Aperfeiçoamento, a Universidade Rural possuirá, entre os 17 edifícios que a compõem, edificações para os cursos de Engenharia Rural, Biologia e Química, trinta residências e instalações de campo, destinadas ao ensino experimental de Genética e Agricultura, de Horticultura e Fruticultura. Nessa obra, já foram invertidos 110 milhões de cruzeiros. No local da Universidade, há quatro anos, já funcionavam diversos serviços de experimentação e ecologia agrícolas, sendo que, atualmente, já são ministradas ali as aulas práticas de Agronomia e Veterinária.

forme se infere de uma notícia publicada no "O Jornal", de 20 deste mês, segundo a qual se inaugurou um movimento para a ereção, no C.N.E.P.A., de uma estátua ou busto do ex-Ministro Fernando Costa. Aplaudindo a idéia, sugere que a Sociedade manifeste a sua adesão o que é aprovado com entusiasmo

E' lido também um ofício do Ministério do Trabalho a respeito da solicitação da Sociedade ao Sr. Presidente da República a propósito de um plano de assistência ao trabalhador rural e informando que aquele ministério não fez até agora nenhum estudo sobre a aplicação das leis trabalhistas ao trabalhador rural encaminhado ao Congresso Nacional pelo Sr. Presidente da República e no qual é incluída a classe dos trabalhadores rurais entre os seus beneficiários.

Ocorrem a respeito muitos esclarecimentos, tendo falado sobre a situação e condições de trabalho do homem do campo no norte e no nordeste os Srs. João Maurício Medeiros, Diogenes Caldas, Arruda Câmara e Teixeira Leite, ficando ao fim, resolvido que a Sociedade procurasse obter uma cópia desse anteprojeto, dado o alcance que tal medida teria nos centros do trabalho rural do país.

O Sr. Geraldo Goulart da Silveira, há pouco chegado de Viçosa, em cuja Escola Superior assistiu à última "Semana do Fazendeiro", faz um pequeno relato do que ali viu e observou, mostrando-se muito bem impressionado não só pela organização, regularidade dos cursos e número de assistentes, como pelos resultados que ali mesmo já pode observar, de tão notável empreendimento na vida agrícola do Estado e mesmo do país.

Informou que a 19.^a "Semana" reuniu nada menos de 1.144 fazendeiros, quando a 1.^a realizada em 1929, apenas congregou 39. Alude ao fato, altamente expressivo que desses 39 "pioneiros", ainda frequentam as "Semanas" cerca de 20. A que maior número reuniu foi a de 1943, com 1565 alunos. Citou o fato de que um fazendeiro que há 5 anos tomou um curso de cultura de abacate, nesta "Semana" apresentou o resultado da prática do que aprendera, apresentando abacates com 1.500 grammas de peso. Pede que a Sociedade se manifeste ao Diretor da Escola, Dr. Secundino de São João, felicitando-o e ao corpo docente pelo êxito do empreendimento, sem dúvida

um dos de maior utilidade até agora nos domínios do ensino rural.

A proposta é aprovada e o Sr. Torres Filho, secundando as palavras do Prof. Geraldo Silveira informa que, na Universidade Rural, terá empenho em fazer ensino sem preocupações acadêmicas tornando enfim os cursos da Universidade acessíveis a quantos queiram aprender. Alude a esse desejo de aprender que se nota hoje em todas as classes e cita o exemplo da Escola de Horticultura Wenceslau Belo, mantida pela Sociedade na Penha, em cujos cursos rápidos mais de um milhar de brasileiros de todas as classes e posições têm auido ensinamentos especializados da maior utilidade. No momento, informa, dois cursos do mesmo tipo de muitos anteriores, ali realizados desde 1941, se iniciam e são êles de Horticultura e Fruticultura. O Prof. Geraldo Goulart da Silveira alude ao fato de que, apesar de um tanto fôra de meios de transporte, os cursos, com capacidade limitada a 25 alunos, tem funcionado habitualmente com mais de 80.

O Sr. Presidente informa que a Sociedade está procedendo, a quantos o requeiram, a distribuição de sementes de soja da variedade branca e de cereais "Adlay". Basta que cada um escreva ou vá pessoalmente à Sociedade e receberá uma pequena quantidade das ditas sementes.

Conforme havia prometido, o Dr. João Mauricio de Medeiros, antigo Diretor do Serviço de Plantas Textéis do Ministério da Agricultura, técnico dos mais acatados e perfeito conhecedor das condições da produção algodoeira, principalmente no norte e nordeste, fez uma explanação, sobre as causas que, a seu ver, nos últimos 3 a 4 anos, estão concorrendo para a diminuição da produção algodoeira. Propoz medidas acauteladoras, que foram debatidas pelos Srs. Kurt Repsold, Teixeira Leite, Luiz Simões Lopes e Arruda Camara, ficando desde logo esclarecido que essas causas tem aspetos múltiplos, tanto de ordem social quanto técnicos, econômicos e financeiros, exigindo porisso mesmo um estudo aprofundado de todas as regiões produtoras.

O Sr. Presidente informa que já havia levado ao Conselho Federal de Comércio Exterior uma indicação no sentido de, ouvidas as entidades de classe, proceder-se ao estudo da queda da produção algodoeira, cujos reflexos se poderão fazer sentir dentro em breve de modo acentuado na produção industrial como principalmente no suprimento do óleo vegetal para alimentação.

A Sociedade já solicitou das suas congêneres dos Estados a colaboração para esse estudo.

A propósito, leu aos presentes os resultados dos estudos feitos pela Bolsa de Mercadorias de São Paulo e Sociedade Paulista de Agronomia.

Pelo Sr. Alberto Ravache, foi chamada a atenção da Casa para a queda ou decréscimo de rendimento das nossas principais culturas e a necessidade de cuidarmos de um

programa seguro de fertilização das terras, evitando-se prejuizo da derribada das matas e o afastamento das culturas da proximidade dos meios de transporte.

Em São Paulo, por exemplo, o cultivo da batata está sendo prejudicado pela falta e pelos altos preços do salitre do Chile, que, de 600 cruzeiros a tonelada, passou para 1.300 e 1.600 tornando impraticável a adubação.

Discutiram-se, a propósito, as consequências que possam advir para a agricultura do recente tratado chileno-brasileiro, tomando parte nessa discussão os Srs. Enio Leitão, Teixeira Leite, Arruda Camara e Geraldo Goulart da Silveira.

O Sr. Presidente explicou a existência de uma Comissão que, na Sociedade, estuda a matéria, para efeito de um memorial a ser enviado ao Congresso.

Toma a Casa ainda conhecimento dos termos do contrato celebrado entre o Governo Federal e o Banco do Brasil para os efeitos do financiamento ou aquisição de cereais e outros produtos na safra de 1946-47. No debate da matéria desde logo foi reconhecida a vantagem dessa providência e os seus bons resultados em anos anteriores. Saliu-se também que a medida foi um tanto retardada para a safra que procura beneficiar, fazendo-se ainda mister adotar providência que garanta também o preço mínimo ao produtor, que geralmente em quase nada se beneficia das vantagens do financiamento com que até agora se tem custeado a produção agrícola não só porque não se estende a todo o país, como por estabelecer o sistema a obrigatoriedade do armazenamento do produto, o que em verdade somente é possível ser feito pelas empresas ou organizações da competência dos Estados.

O Sr. Arruda Camara propõe que a Sociedade, associando-se à campanha preventiva de combate à maconha, faça instante apelo às associações rurais para que recomendem a destruição dessa planta onde ela se encontre em cultura ou em exploração. Justificando a medida afirma, "qualquer que seja o valor econômico que venha justificando a cultura, não compensa os malefícios trazidos pelo viciamento de seus fumantes".

Foram objeto de exame as conclusões, trazidas ao conhecimento da casa pelo Sr. Pedro Fontes, do estudo feito na Bahia em reunião realizada em 1.º de julho corrente pelo Instituto Central de Fomento Econômico do Estado e a Cooperativa Central e Instituto de Pecuária da Bahia em torno do projeto da Camara dos Deputados Federais n.º 245, que trata do pagamento dos débitos civis e comerciais de criadores e recriadores de gado bovino.

O assunto ficou em pauta para mais devido exame, dada a sua relevância, e em face de outras contribuições sobre a matéria, esperadas de São Paulo e Minas Gerais.

O problema do abastecimento de carne de São Paulo e Rio de Janeiro está sendo

examinado cuidadosamente pela "Faresp", cujos resultados estão na dependência, principalmente, dos criadores e invernistas, além

da regularização de seus débitos civis e comerciais.

Encerram-se os trabalhos.

SESSÃO DE 10-7-1947

Crise na Sericicultura — As Estradas de Ferro e o Fomento Agrícola — Convênio Econômico Chileno-Brasileiro e a Fertilização de Nossas Terras — Reforma agrária — 19.ª Semana do Fazendeiro, de Viçosa — Confederação Rural Brasileira — Cooperativismo na Paraíba

Sob a presidência do Prof. Arthur Torres Filho, realizou-se mais uma sessão semanal da Diretoria da Sociedade Nacional de Agricultura.

No expediente, foi lida uma longa carta da Associação Brasileira de Sericicultura, na qual, abordando aspectos atuais da indústria em nosso país, aplaude a atuação da Sociedade em benefício das medidas que visam salvar da ruína iminente essa importante fonte de renda. O Sr. Torres Filho diz que, realmente, em tempo, a Sociedade, acolhendo as representações dos principais Estados produtores, ouviu-lhes as queixas e, na qualidade de representante da classe rural no Conselho Federal de Comércio Exterior, apresentou àquele órgão uma indicação, na qual pleiteava as seguintes medidas:

a) — que seja proibida pelo prazo de 12 meses a importação do fio de seda natural, cru ou torcido, para possibilitar o escoamento dos excedentes da produção nacional;

b) — que pelo Governo seja facilitada a warrantagem dos estoques de fios de seda calculados em 170 a 200.000 quilos;

c) — que se estabeleça a classificação, padronização e fiscalização dos fios de seda, à semelhança do que é feito para o algodão; a fim de permitir que os negócios se efetuem mediante certificado oficial, e não por meio de amostras;

d) — que idêntica medida seja tomada para os casulos do bicho de seda, a fim de que seja garantido a esse produto um preço mínimo de Cr\$ 12,00, para o financiamento, a ser feito através dos estabelecimentos de crédito dos governos estaduais e federal;

e) — que se adotem providências rigorosas no sentido de que a distribuição de ovos de bichos de seda só seja feita através de institutos ou órgãos oficiais de sementagem, suspendendo-se as autorizações dadas para esse fim às instituições particulares ou semi-oficiais;

f) — que se torne obrigatória a aquisição, pelas tecelagens de fios sintéticos, de 5% de fios de seda animal (torcidos), a fim de serem utilizados na fabricação de tecidos de seda sintética;

g) — que seja rigorosa a fiscalização dos dispositivos do Dec.-lei n.º 290, de 23-2-1938, que dispõe sobre o emprêgo da seda e seus compostos, e do decreto n.º 2.630, de 5-5-938, que aprova o regulamento a que se refere o art. 4.º do Decreto-lei n.º 290".

Acha o Prof. Torres Filho, contra a opinião daqueles que julgam estar a indústria

da seda animal condenada pela seda artificial, que o governo, sob cujo amparo cresceu e se desenvolveu no país, deveria procurar cercar essa atividade dos elementos de que carece para prosperar, pois, além de fixar o homem a terra, é uma indústria doméstica de grande valor econômico. Tão importante é ela que, ainda recentemente, vimos o governo argentino dedicar-lhe a maior atenção no seu plano quinquenal. De resto, é uma indústria de interesse para a defesa nacional.

O Sr. Adamastor Lima propõe, e é aprovado unanimemente, que se leve ao Congresso Nacional esse ponto de vista da Sociedade, e as medidas que, pleiteadas pela classe, foram submetidas ao Conselho Federal de Comércio Exterior.

O Sr. Torres Filho refere-se, a seguir, ao plano também submetido ao Conselho, originário de uma indicação do engenheiro Ernani Bitencourt Cotrim, da criação, em cada uma das estradas de ferro de administração federal, e em cooperação com o Ministério da Agricultura, de um serviço de fomento à produção agrícola. Analisa os efeitos de uma tal providência, se aprovada pelo Congresso, para a economia das longas faixas marginais, lembrando os benéficos resultados alcançados com algumas iniciativas isoladas levadas a efeito no Brasil citando os casos das Estradas de Ferro Paulista, da Mogiana da Leopoldina, e da própria Central do Brasil, que compreenderam o alcance da medida. Cita os exemplos dos Estados Unidos, da Argentina, da Austrália, que fomentaram a agricultura, de extensas regiões através das suas estradas de ferro. Vê a Sociedade, com o maior interesse, a idéia, fazendo votos para que se concretize.

Em seguida o Sr. Presidente chama a atenção da casa para a parte do Convênio de cooperação econômica assinado entre o Brasil e o Chile no qual, pelo espaço de 3 anos, ficou o nosso país obrigado a não estabelecer "usina ou usinas de fabricação de fertilizantes nitrogasosos sintéticos, inclusive amoníacos e ácido nítrico sintético". Além disso, ainda se comprometeu o nosso governo "a não dar facilidades nem conceder privilégios ou proteção aduaneira a quaisquer pessoas de natureza pública ou privada para o estabelecimento de fábricas com o objeto de que trata o parágrafo acima". Ficou ressaltado o direito do Brasil de montar fábricas desde que qualquer país do Continente Sulamericano inicie a produção de azoto sintético ou construção de usina para esse fim.

O Chile, por sua vez, se compromete a manter um stock de 25.000 toneladas no país, cabendo ao Brasil dar tôdas as facilidades para a importação do produto.

A Sociedade, considerando o assunto de grande importância para a fertilização das nossas terras, e como terá o Convênio, ainda, de ser aprovado pelo Congresso Nacional, resolve designar uma comissão composta dos Srs. Teixeira Leite Enio Leitão, Adamastor Lima, Antonio Barreto e Eumenes Marcondes França para, a título de colaboração ao Congresso Nacional, oferecer-lhe o ponto de vista da classe rural. O Sr. Adamastor Lima diz que essa contribuição da Sociedade seria muito valiosa, porque o tratado anda terá de ser ratificado pelo Congresso Nacional, para entrar em vigor.

O Sr. Arruda Camara informa à casa que a Escola de Horticultura Wenceslau Bello, de que é diretor, recebera a visita dos Srs. Prof. Luiz Matos, da Fundação Getulio Vargas, Nelson Dantas Maciel, técnico de educação rural, Serviço de Ensino Agrícola e da Comissão Brasileira Americana de Educação das Populações Rurais, que ali foram para estudar meios de ampliar o ensino agrícola que vem sendo ministrado no tradicional estabelecimento, mantido pela Sociedade.

Discorre sobre vários aspectos desse ensino, que tem dado na prática os melhores resultados, e a tal ponto que os profissionais que prepara são requisitados, com muita antecedência, para trabalhos públicos e particulares, e manifesta as suas esperanças de que, com a colaboração desses órgãos, poderá a Escola ampliando mais sua atividade, beneficiar assim maior número de moços.

O Sr. Torres Filho agradece a comunicação e faz votos para que êsse resultado seja alcançado.

Volta a falar o Sr. Arruda Camara que diz ter a Sociedade designado uma comissão para representá-la na 19.^a Semana dos Fazendeiros, promovida pela Escola Superior de Agricultura de Viçosa, a qual se compõe dos professores da Escola de Horticultura Wenceslau Bello, Geraldo Goulart da Silveira, e do Sr. Luiz Marques Poliano, redator-secretário da revista "A Lavoura", bem como do ex-aluno da mesma Escola, Romeu Rampazo. Tece elogios à orientação que vem tendo aquele estabelecimento com a realização, me-

tódicamente, dessas "Semanas", cuja utilidade está já sobejamente comprovada.

Nessa ocasião, dão entrada no recinto os Srs. Deputados José Jofily e Lauro Montenegro. O Sr. Torres Filho assinala o fato, dizendo da satisfação que a casa sente ao receber os dois ilustres parlamentares, que, por sua vez, agradecem e prometem comparecer e colaborar diretamente nos trabalhos da Sociedade.

O Sr. Presidente diz que acaba de sair um opúsculo publicado pela Sociedade, no qual se pede a tôdas as associações e aos lavradores e estudiosos em geral a sua opinião sobre o projeto Nestor Duarte que trata da reforma agrária, o qual será presente a uma comissão especial que, no momento, trata do assunto na Sociedade. A matéria é debatida e o Deputado José Jofily congratula-se com a Sociedade por verificar que os pontos de vista desta coincidem perfeitamente com os seus e o de grande parte dos membros da Comissão de Agricultura de que é presidente. Informa que o projeto Nestor Duarte ainda não chegou à Comissão de Agricultura e que, por essa ocasião, terá muito prazer em receber a colaboração da Sociedade, louvando a sua iniciativa de auscultar a opinião geral do país em assunto de tanta magnitude.

O Sr. Torres Filho dá, depois, algumas informações a respeito da próxima instalação, no Rio de Janeiro, da Confederação Rural Brasileira, estendendo-se em informações a propósito do trabalho preparatório que vem sendo feito para o acontecimento.

O Sr. Diogenes Caldas pede um voto de louvor à Assembléia Constituinte do Estado da Paraíba, por ter consignado na constituição do Estado a isenção completa dos impostos para as cooperativas. Diz que êsse movimento, começando modestamente e operando com pequenas quantias, alcançou grande expressão na economia rural do Estado.

O Sr. Arruda Camara coadjuva as palavras de seu colega e informa que, com empréstimos que vão de 20 e 30 mil cruzeiros, as caixas cooperativas da Paraíba contribuíram o ano passado com cerca de 80 milhões de cruzeiros, beneficiando justamente as classes menos abastadas da população rural e, o que é mais, giraram êsses empréstimos em torno do crédito pessoal.

A casa aprova a proposta do Sr. Diogenes Caldas e a sessão é encerrada.

SESSÃO DE 17-7-1947

Reforma Agrária — Adido Agrícola em Washington — Cultura da Maniôca — Amparo à Produção da Fibra de Linho — Produção Mundial de Cereais — Desajustados da Guerra — Falecimentos.

Realizou-se quinta-feira, 17 do corrente, a sessão semanal da Sociedade Nacional de Agricultura.

O Prof. Torres Filho, que presidiu os trabalhos, iniciou-se lendo um ofício da Sociedade Mineira de Agricultura, com o qual remete à Sociedade copia do parecer emitido pela comissão que, naquela instituição, estu-

dou o projeto de reforma agrária do Deputado Nestor Duarte. Êsse trabalho, cujos principais trechos foram lidos aos presentes, será encaminhado à comissão especial, que na Sociedade, também estuda a matéria, e publicado na "A LAVOURA".

O Secretário procede em seguida à leitura de uma carta do consócio Dr. Alfeu Do-

mingues, adido garicola à embaixada do Brasil, em Washington, na qual se refere ao fato, por muitos motivos prejudicial de não ter podido o Brasil estar presente à recente Conferência de Agricultores da Holanda.

O Sr. Torres Filho informa que, convidada a Sociedade Nacional de Agricultura, teve ocasião de, em tempo, esforçar-se para que a esse conclave estivesse presente o Brasil. Dados, porém, os elevados gastos que seriam necessários a uma representação condigna da nossa classe rural, foi o assunto posto de margem, embora a Sociedade considerasse de grande importância essa representação.

Refere-se, a seguir, aos grandes e proveitosos esforços do Dr. Alfeu Domingos, em Washington. Informa que, não raro, se vale dos seus préstimos em informações, dados e contribuições sobre a sua especialidade, sempre atendido com presteza. De acordo com o que se diz na carta, o referido técnico, para tudo o que for da sua alçada, coloca-se à disposição de nossa administração e de nossos técnicos.

Em seguida, é presente um telegrama do Sr. José de Castro Rangel, em nome dos produtores de raspa de mandioca, pedindo a interferência da Sociedade junto ao Banco do Brasil para que seja incluído no financiamento a cultura da mandioca. Adianta que a situação dos produtores, por não estar liberada a exportação e não ter sido até agora determinada a mistura na fabricação do pão, é de verdadeiro pânico, tendo sido interrompida a safra em curso, com graves repercussões nos meios agrícolas. Acha que o financiamento pleiteado seria a solução, enquanto não se resolve definitivamente a respeito da mistura e da exportação.

O Sr. Torres Filho presta esclarecimentos a respeito dos passos que têm sido dados pela Sociedade no sentido do aproveitamento da farinha de raspa, que representa grande riqueza e que permitiria atender à crescente escassez do trigo, e seu progressivo encarecimento.

O Sr. Edgard Teixeira Leite, representante da Sociedade junto à Comissão Central de Preços, presta interessantes informações a respeito de sua atuação junto a esse órgão no sentido de ser dada uma solução ao difícil problema do pão brasileiro. Informa, a propósito que o trigo, de 148,00 o saco, subiu para 215,00 e brevemente, irá a 245. Não é justo — diz — que continuemos abandonando essa grande fonte de alimentação. Informa das dificuldades que tem encontrado, a principal das quais reside no convênio com a Argentina, de 1941, do qual o Brasil somente estará livre em maio do ano que vem.

O Sr. Arruda Camara explica que o problema da mandioca não tem sido devidamente situado, até agora. O que os produtores desejam é que a lavoura da mandioca seja incluída entre as financiadas pelo Banco do Brasil. Esse também seria o interesse do país, pois, como tudo indica, e ficou patente com as palavras dos oradores que o antecederam, o Brasil dentro em pouco, estará precisando

de farinha de raspa de mandioca para o seu pão, sem ter onde ir buscá-la, e o caso seria fomentar e aparelhar a indústria de raspa para atender-se, então ao problema do pão nacional. Portanto, a seu ver, não se deveria pleitear apenas o financiamento dos estoques de raspa, mas, principalmente, incentivar os produtores de mandioca.

O Sr. Torres Filho observa que o mecanismo de financiamento da produção pelo Ministério da Fazenda atende aos produtos estocados ou seja devidamente aparelhados com armazens, silos, camaras de expurgo, etc. Ora, este financiamento, não recairá sobre o produtor, mas sobre o agente, a organização comercial que disponha desses aparelhamentos. A propósito, o Sr. Torres Filho lê no último relatório desse Banco as parcelas destinadas ao financiamento, pela carteira de crédito, concedido sobre a rubrica "mandioca". O Sr. Teixeira Leite esclarece que não se trata de mandioca, propriamente, mas de indústrias dela derivadas, como destilarias, etc.

O Sr. Diogenes Caldas declara que a Comissão Executiva da Mandioca tem se esforçado para suprir essa deficiência procurando amparar nas zonas em que está construindo destilarias, o produtor mediante contratos de financiamento para assegurar a matéria prima necessária.

E' ainda o Sr. Presidente que, com a palavra, pede a atenção dos seus companheiros para a indicação que, como representante da classe rural no Conselho Federal de Comércio Exterior, apresentou ali a respeito da situação da cultura do linho no Brasil. Diz que essa cultura, contando com grandes facilidades no país e, o que é mais, com um mercado certo para os seus diversos produtos, ainda não conseguiu o desenvolvimento que seria de esperar, e tudo isto porque não dispomos de boas sementes e do aparelhamento para o conveniente preparo da fibra.

Assim, sugeriu ao Conselho que aprovou a sua indicação, as seguintes medidas:

a) a criação da taxa de 1% (um por cento) sobre o valor comercial das mercadorias compreendidas na classe 15.^a da Tarifa, quando importadas pelas alfândegas e demais estações aduaneiras da República, devendo o produto da arrecadação dessa taxa ser aplicado em prêmios, subvenção ou outras medidas de amparo, proteção e estímulo à cultura intensiva do linho e no aproveitamento e beneficiamento da respectiva fibra;

b) providências sobre a regulamentação da colheita, beneficiamento, classificação, transporte e fiscalização dos produtos obtidos do linho, respectivamente a semente a haste e a fibra, promovendo acordos com os governos dos Estados produtores;

c) a organização dos produtores de linho em cooperativas, proporcionando-lhes financiamento através da Caixa de Crédito Cooperativo a fim de permitir-lhes meios para o tratamento adequado das fibras, como a sua colocação direta nos centros consumidores;

d) a proibição para importação de fibra de linho de procedência estrangeira, sempre

que houver excedente de produção nacional daquela fibra, comprovado pelo Ministério da Agricultura.

O Sr. João Maurício de Medeiros alude à queda que se vem verificando na produção do algodão, tanto do Norte, como no Sul. Só em São Paulo essa queda pôde ser avaliada nos seguintes números: enquanto a produção ali foi de 460.000 toneladas em 1944, em 1946 baixou para 173.000 toneladas. No Norte, principalmente na Paraíba, a proporção é de 40 para 20.

Perguntando sobre quais as causas determinantes da situação, responde o Sr. João Maurício que na próxima sessão trará dados mais concretos, pois que está ultimando um trabalho sobre a matéria, mas pôde adiantar que se deve, em primeira mão, atribuir à falta de braços, desviados para as cidades, para o exército da borracha enfim, para as grandes obras levadas a efeito pelo governo.

O Sr. Torres Filho lamenta que tal se esteja verificando no Brasil, quando a situação estatística, no mundo, da fibra de algodão é a melhor possível, havendo fácil colocação para a nossa produção. Informa o Sr. João Maurício que em São Paulo, a situação é de verdadeiro alarma, havendo ali até quem julgue que a continuar o cenário, passemos a importadores de algodão. Faz-se preciso amparar a produção de algodão, hoje fator decisivo da economia brasileira.

O Sr. Teixeira Leite pede a atenção da Sociedade para a situação gravíssima que atravessa o mundo em matéria de alimentação. Passa em revista recentes acontecimentos de natureza internacional, e repete as palavras do sub-secretário da Agricultura dos Estados Unidos, segundo as quais, até 1948, a situação será de fome no mundo.

A Conferência Internacional Extraordinária que acaba de realizar-se em Paris, lançou ao mundo séria advertência, aconselhando a restrição no consumo de cereais mediante rigoroso controle e racionamento. A situação se apresenta de tal ordem, que as 38 nações participantes da Conferência deveriam recorrer de preferência à utilização de cereais para consumo humano, reservando aos animais os vegetais inferiores. O Sr. Clinton Anderson, Secretário da Agricultura dos Estados Unidos, sugeriu rigoroso racionamento e enérgico plano de levantamento de reservas de cereais.

O Sr. Torres Filho advertiu que o Brasil deveria aceitar as conclusões dessa conferência e planejar imediatamente medidas adequadas para que não seja agravada a sua situação alimentar.

Cutro assunto ventilado pelo Sr. Teixeira Leite é o que se refere a um telegrama de Londres, publicado pelo "Times", segundo o qual o Brasil aderiu ao Convênio Internacional de Deslocados, com a contribuição de 600.000 libras, a serem aplicadas não na localização desses deslocados no Brasil, mas nas despesas decorrentes da própria organização, enquanto o seu destino não seja determinado pelas autoridades competentes e afora as despesas de transporte e outras, a serem pagas pelo país receptor. Pede a atenção da Casa e do país para esse aspecto grave da informação, primeiro porque não iríamos receber imigrantes selecionados, de acordo com as conveniências do nosso meio social e econômico, mas de desajustados de guerra, homens e mulheres portadores de doenças nervosas e de psicoses da guerra, as mais prejudiciais a um país em formação como o nosso; segundo, porque um tal movimento migratório viria agravar, fatalmente, a situação das nossas cidades, que numa recente entrevista do Prefeito, pintou muito bem, ao mostrar que cerca de 500.000 pessoas vivem só no Rio de Janeiro, em favelas. Não se trata, aí, de falta de humanidade, mas de, utilizando o nosso bom senso procurarmos arrumar primeiro a nossa casa, para depois olhar para as dos outros. De resto, se assim procedessemos, ninguém nos poderia increpar de falta de solidariedade, pois há pouco os jornais divulgaram que o Brasil foi o país da América do Sul que mais contribuiu para a UNRRA.

O Sr. Prof. Honório Monteiro Filho, Presidente da Federação das Cooperativas de Consumo do Distrito Federal, adiantando alguns dados a respeito da instituição que preside, inscreve-se para falar a respeito, minudentemente, na próxima sessão, e quando então mostrará o grande desenvolvimento que a mesma vem alcançando.

SOCIÉTÉ DE SUCRERIES BRÉSILIENNES

USINAS DE AÇUCAR E ALCOOL

Estado do Rio e Estado de S. Paulo

Cupim	Vila Rafard
Paraiso	Piracicaba
	Porto Feliz

Av. Rio Branco, 18 - Salas 801/4

Rio de Janeiro

Rua Barão de Itapetininga, 88 - 9.º

São Paulo

O Sr. João Maurício comunica o falecimento de dois ilustres brasileiros, agrônomos, ambos funcionários do Ministério da Agricultura: trata-se dos Srs. Alberto Cerqueira Lima e Joaquim Ferreira de Carvalho, o primeiro, autor de muitos trabalhos de alto valor, uma das figuras de maior destaque no seu corpo de funcionários; o segundo, ainda mo-

ço, e morto em serviço, num naufrágio no Rio das Velhas. Era um desbravador, entusiasta e uma das grandes esperanças do nosso corpo de agrônomos. Pede que a Casa consigne em ata o seu pezar, manifestando-o em seguida às respectivas famílias.

Encerram-se os trabalhos.

SESSÃO DE 31-7-1947

Êccs àc Cinqüentenário — IV Congresso de Veterinária — Lei Bancária e Crédito Agrícola — Algodão — Cacáu — Leis Trabalhistas na Agricultura — Uniãdes Agrárias no Exército — Liberdade de Circulação no Mercado Interno — Cooperativismo de Consumo no Distrito Federal

Com grande concorrência, realizou-se mais uma sessão da Diretoria da Sociedade Nacional de Agricultura. Presidiu os trabalhos o Prof. Arthur Torres Filho, que, durante a leitura do expediente, feita pelo Secretário Frederico Murtinho Braga, se referiu a vários ofícios e telegramas recebidos dos governos de 14 Estados da Federação, que pertencem, como sócios remidos e beneméritos, ao quadro social da Sociedade, agradecendo a remessa dos diplomas e medalhas comemorativos do cinquentenário da instituição. Também foi lido um telegrama do General Paula Cidade, agradecendo a transcrição de um seu artigo na revista da Sociedade, sob o título "O pão, arma de guerra".

A seguir, o Sr. Torres Filho deu conhecimento do convite recebido da Sociedade Brasileira de Medicina Veterinária, para que a Sociedade se faça representar no próximo IV Congresso Brasileiro de Veterinária, a realizar-se de 23 a 30 de outubro nesta Capital. Depois de louvar a iniciativa, e de mostrar que o Brasil carece de veterinários para o seu imenso rebanho, propõe que a Sociedade atenda o convite, apoiando, em tudo o que estiver ao seu alcance, a iniciativa. E' então designada uma comissão composta dos Drs. Frederico Murtinho Braga, Alberto Ravache e Otto Frenzel, que a representarão no referido certame.

Anuncia, a seguir, o Sr. Presidente, que a Sociedade acaba de receber, para estudo, o ante-projeto de Lei Bancária. Observa que, dsêse sistema bancário, fará parte um Banco Rural — velha aspiração da lavoura e criação brasileiras, que assim poderão contar para o seu desenvolvimento comum com um instituto bancário específico.

O Gal. Anápio Gomes, quando se procedia à leitura do respectivo ante-projeto, observa que não só as sociedades cooperativas, como também as associações rurais, ali figuram como órgãos de movimentação dos créditos, o que não lhe parece adequado. O Sr. Torres Filho esclarece que, no caso, as associações rurais agiriam como elementos auxiliares pelo seu direto contacto com a classe facilitando e orientando a concessão de crédito, principalmente no crédito pessoal. O assunto provoca debates e o Sr. Torres Filho compulsando o último relatório do Banco do Brasil, pe-

de a atenção da casa para aquilo que chama de grande capacidade recuperadora da pecuária, pois que, apesar da crise que a assoberbou com a depressão dos preços, pode pagar ao Banco do Brasil nada menos de 800 milhões de cruzeiros, ou seja quase um terço da sua dívida total. Parece-lhe que a providência mais aconselhada seria, ao envés de moratórias, dilação do prazo por período longo para a solução dos seus débitos atuais, a exemplo do que ocorreu no Uruguai, pois o relatório do Banco do Brasil prova que essa capacidade de solvência existe dentro dos próprios recursos da grande atividade rural.

Um ofício da Bolsa de Mercadorias de S. Paulo encaminha à Sociedade as peças do inquérito ali realizado a propósito da queda da produção algodoeira. Trata-se, diz o Sr. Presidente, de uma cultura básica, não só por alimentar a maior indústria brasileira — a têxtil — como pelo seu alto coeficiente como gênero de exportação, isto sem falar num outro aspecto de grande importância para o mercado interno — o óleo comestível. Daí, o interesse que a Sociedade tem tomado pelo assunto, e a tal ponto que, no Conselho Federal de Comércio Exterior, já agitou o assunto. Há várias causas para a queda da produção algodoeira. Um técnico, consultado, atribuiu grande parte da queda à praga do pulgão vermelho e à qualidade da semente. Propõe que os subsídios enviados pela Bolsa sejam remetidos ao Dr. João Maurício de Medeiros, que está encarregado de relatar a matéria.

O Sr. Pedro Augusto de Cerqueira Lima, adiantado lavrador de Cacau, na Bahia, faz interessante comunicação a propósito da posição dsêse produto na economia brasileira, passando em revista as cotações, a produção, as condições climatéricas, os preços, os atos oficiais baixados ultimamente em relação ao produto, à situação do mercado mundial e, finalmente, à situação do porto de Ilheus que, por falta de aparelhamento, prejudica enormemente a exportação, tornando-a demorada e cara, pois que o embarque tem de ser feito fora da barra, em alvarengas, por achar-se obstruído o canal. Presta informações sobre o andamento do projeto do novo cais, que se encontra em estudos no Ministério da Viação, fazendo votos, como produtor e exportador,

que aquela obra, aproveitaria não sómente a lavoura cacaueteira, mas em geral, a farta e variada produção de todo o sul da Bahia.

O Sr. Presidente agradece as informações e promete, em nome da Sociedade, apoiar o pedido dos lavradores baianos, junto aos Srs. Presidente da República e Ministro da Viação e determina que a revista "A Lavoura", órgão da Sociedade, publique, na íntegra, a referida comunicação.

Com a palavra novamente, o Sr. Cerqueira Lima comunica à Sociedade que, intimado pelos fiscais do Ministério do Trabalho, está pagando aos trabalhadores rurais da sua propriedade as férias. Observou que esse pagamento não está generalizado em outros Estados e, mesmo, dentro do próprio Estado da Bahia, o que o levou a consultar aquêlê Ministério que, julgando descabido o pagamento, fêz um telegrama circular aos ditos fiscais, mandando suspender a cobrança, pois o assunto ainda precisa de ser objeto de cogitação legal. Mas vem recebendo novas intimações e neste caso, consulta a Sociedade se esta poderia obter do Ministério do Trabalho um pronunciamento ou um esclarecimento definitivo, pos não se negaria ao dito pagamento, desde que fosse legal. O Sr. Torres Filho lembra que, ainda na sessão passada, havia tido ocasião de tratar do assunto. Exatamente em virtude de um outro caso anterior de consulta, dirigira-se ao Sr. Presidente da República que, encaminhando o assunto ao Ministério do Trabalho, fêz com que este se dirigisse à Sociedade dizendo que nada havia sido assentado legalmente mas apenas um projeto de lei, encaminhado em mensagem pelo Sr. Presidente da República ao Congresso, sôbre o caso do descanso remunerado. O Sr. Cerqueira Lima adverte que, se uma tal legislação fôr aplicada de plano, sem considerar as peculiaridades do trabalho no campo, em breve não poderemos exportar, pois ficaremos impedidos de concorrer nos mercados mundiais, pois temos de enfrentar a concorrência dos produtos coloniais.

O assunto foi longamente debatido tomando parte na discussão os Srs. Alberto Ravache, Murinho Braga, inéas Guimarães e Geraldo Silveira, ficando esclarecido que a aplicação das leis trabalhistas no campo deverá ser examinada dentro das realidades brasileiras.

O Sr. Presidente concede a palavra ao Sr. Arruda Câmara, que faz referência ao projeto do senador Andrade Ramos, sôbre a criação de unidades agrícolas e pecuárias no Exército Nacional. Declara que S. Exa., senhal — nelas compreendido o preparo do homem para a campanha da produção — propôr a criação, nos quadros do Exército Brasileiro, de unidades agrícolas e unidades pecuárias.

Nelas, além do preparo militar que precisa e deve ser ministrado a todo cidadão, receberá o soldado instrução profissional adequada ao exercício de sua atividade, no meio rural brasileiro.

O serviço militar, para os que servirem nessas unidades, não poderá, sem dúvida, ser considerado responsável pelo desvio dos braços necessários à produção agro-pecuária, para outra satividades, exercidas nos centros urbanos.

O serviço militar, para êssses homens, consttuirá, antes, um incentivo à melhoria das suas condições de vida, no futuro, dedicando-se à agricultura.

E' o quanto basta para recebermos o projeto do Senador Andrade Ramos com aplausis que, a nosso ver, justificam apresente a Sociedade Nacional de Agricultura a S. Exa. congratulações pelo acerto e oportunidade da iniciativa, telegrafando, também, aos Ministros da Agricultura e da Guerra, manifestando-se a favor da medida."

O Sr. Torres Filho diz que acolhe com especial agrado essa indicação do Sr. Arruda Câmara pois, em sua longa vida de administrador, tem podido verificar que existe ambiente propício a essa cooperação entre o Exército e a agricultura. Lembra que o saudoso Marechal Hermes da Fonseca tinha idéias muito seguras sôbre a necessidade de uma colaboração estreita entre o Ministério da Agricultura e o Exército, em favor da produção agro-pecuária, assim como muitas outras figuras proeminentes atuais, já sendo de assinalar o que vai se conseguindo relativamente à formação do cavalo de guerra, com a perfeita organização da remonta do Exército. Não se pode deixar sem uma referência especial o fato de estar o atual ministro da Agricultura, Sr. Daniel de Carvalho, vivamente interessado na formação de cursos de treinamento junto às regiões militares do país. Está S. Exa. coerente com o seu pensamento expendido em 1911, conforme artigo publicado ina revista "A Lavoura", da Sociedade sob o título "O Exército e a Agricultura", onde S. Exa. preconizava a colaboração do Exército na formação profissional dos soldados para as lides do campo. Devemos fazer votos para que as idéias consubstanciadas no Projeto do ilustre Senador Andrade Ramos, se torne uma realidade dentro de um programa bem estabelecido de colaboração do Exército nia obra da produção agro-pecuária.

Voltando a falar, o Sr. Arruda Câmara trata do alargamento dos mercados internos, que deve e constitui objeto de atenção e de estudos.

Observa-se, entretanto, aqui e ali, conforme a ocorrência de crunstâncias muitas vezes ocasionais, pendor para uma política de restrições altamente prejudicial à vida econômica do país.

Não devemos, sob qualquer pretexto, nem mesmo o da presumível falta de determnado arto num Estado ou num Município produtor, cercear o seu comércio. A restrição, prejudicial aos interesses econômicos do agricultor, poderá levá-lo ao desânimo e, até, ao abandono da exploração.

Vem estas reflexões a propósito da notícia de que estaria se cogitando proibir a safada do feijão dos centros produtores de Minas

CONSULTAS E INFORMAÇÕES

CINTAS PROTETORAS CONTRA FORMIGAS

Respondendo a um nosso consórcio do Estado de Santa Catarina, que nos consultou sobre uma fórmula de um produto que possa ser usado contra formigas, em cintas aplicadas nas árvores, temos a informar que tem dado bons resultados a seguinte fórmula:

Breu	500 gr
Azeite	300 gr
Óleo de linhaça	250 gr
Água raz	250 gr

Depois de misturados os componentes e aquecidos até formarem uma pasta mais ou menos consistente, deve-se aplicá-la sobre cintas de papel impermeável, amarradas no tronco das árvores.

FERRUGEM DE LARANJEIRA

Pela descrição que nos enviou o senhor R.R., do Estado do Espírito Santo, as laranjeiras estão atacadas de ferrugem, isto é, manchas produzidas pelo ataque de um ácaro.

Para prevenir o aparecimento de tais manchas, aconselhamos sejam feitas pulverizações com calda sulfo-cálcica, assim que os frutos tenham uns 3 cms de diâmetro.

O Serviço de Defesa Sanitária Vegetal, do Ministério da Agricultura, vende

para o seu grande e tradicional mercado — o Rio de Janeiro.

O assunto desperta grande interesse na assembléia e são focalizados aspectos momentosos do abastecimento em que a retenção de produtos na interior, determina exagerada elevação de preço nos centros consumidores.

E' feita referência especial ao caso da elevação dos preços do feijão, que teve alta exagerada em consequência da proibição da exportação do produto proveniente de Minas Gerais, refletindo-se no Rio grande do Sul.

O Sr. Honório Monteiro Filho, Presidente da Federação das Cooperativas de Consumo do Distrito Federal, diz que a proibição da exportação nos locais da produção só beneficia os intermediários, como no caso do feijão, que teve um aumento repentino, passando de 90 para 130 cruzeiros por saca, com prejuízo para produtores e consumidores.

O Sr. Anápio Gomes aborda o plano de financiamento da produção e declara que, apesar dos seus benefícios, em relação à safra atual a medida chegou tardiamente. E' favorável a um planejamento em bases mais dilatadas, afim de que seus benefícios se façam sentir nos meios rurais beneficiando os legítimos produtores.



Engenheiro Agrônomo
GERALDO GOULART DA SILVEIRA
Consultor-técnico de "A Lavoura"

aos interessados a calda sulfo-cálcica com a concentração desejada, isto é, 30-32° B.

MULTIPLICAÇÃO DA GOIABEIRA

Esclarecendo a um nosso consócio de Bicas, Estado de Minas Gerais, temos a informar que a goiabeira pode ser propagada por meio de:

- sementes, que devem ser retiradas de árvores sadias, vigorosas e produtoras de frutos de boa qualidade;
- estacas, isto é, ramos com 0,40m à 0,60m de comprimento;
- mudas provenientes da brotação de raízes.

VARIEDADES DE ALFACE

Respondendo ao Sr. A.V., do Distrito Federal, que nos consulta sobre variedades de alface, temos a informar que existem duas espécies de alfices:

- Alface repolhuda, cientificamente chamada *Lactuca sativa capitata*, D.C., cujas folhas fecham como as do repolho;
- Alface romana, cientificamente chamada *Lactuca sativa romana*, D.C., cujas folhas não fecham.

Entre as variedades de alfices romanas são muito cultivadas, a Trianon e a Batão, e, entre as repolhudas, são mais preferidas as variedades Rainha de Maio, Quatro Estações, Sem Rival e Berlim.

O Sr. Honório Monteiro Filho, Presidente da Federação das Cooperativas de Consumo do Distrito Federal, faz um relato seguro das atividades desse organismo cooperativista, que a todos deixou magnífica impressão pelos resultados em três meses de funcionamento. Os Srs. Anápio Gomes, Torres Filho, Arruda Câmara, Alberto Ravache e outros presentes, solicitaram esclarecimentos aos Srs. Honório Monteiro Filho e Pedro da Franca, este, Diretor Comercial da Federação, os quais vieram confirmar que o abastecimento dependerá, em grand e parte, de um movimento cooperativista bem articulado entre o consumo e a produção. Nesse sentido, a assembléia manifestou-se favorável a que a Sociedade, por todos os meios, prestigiasse o movimento em favor do cooperativismo de consumo, que teve início em seu seio e está em franca aplicação, vencendo resistências opostas ao abaixamento de preços no consumo público.

A Sociedade, como ficou resolvido, irá promover o desenvolvimento do cooperativismo de produção nos Estados vizinhos à Capital Federal afim de que se articule com a Federação das Cooperativas de Consumo, em franco desenvolvimento.

Em seguida, foi encerrada a sessão.

O SONHO DE FERNANDO COSTA

A propósito da inauguração das instalações da Universidade Rural, o sr. Sud Menucci publicou, no dia 8 de Julho último, no "Jornal de S. Paulo", o artigo sob o título acima, o qual, com a devida venia e como homenagem ao saudoso agrônomo e estadista Fernando Costa, transcrevemos:

Ao lado do km 47 da estrada Rio-São Paulo, nas antigas terras da Fazenda Santa Cruz, em território fluminense, um velho, um acalentado sonho de Fernando Costa está se fazendo realidade.

Sexta-feira última, o presidente da República moveu-se de seu Palácio do Catete para ir inaugurar cerca de uma dezena dos grandes prédios que se destinam à Universidade Rural do Brasil, empreendimento que reúne as Escolas Superiores de Agricultura e de Veterinária e o Centro Nacional de Pesquisas Agrônomicas.

Trata-se de obra grandiosa, verdadeiramente monumental. E' difícil exista outra em tôda a Latino-América que lhe possa ser comparada e, mesmo fora dêsse âmbito, não haverá muitas que a sobrepujem.

Foi Fernando Costa quem teve a idéia do magnífico tentame. quem o projetou e lhe deu rápido andamento. Assisti, devido a circunstâncias várias, ao nascimento dêsse plano e vi-o ir-se transformando em pedra e concreto, à medida que o então ministro da Agricultura mandava atacar as obras. Foram orçadas inicialmente em 60 milhões de cruzeiros, número que já está praticamente no dôbro, pelas despesas efetuadas, e em virtude da terrível alta do material que se sucedeu com o estalar da guerra. O plano era de 1938.

Embora neste país seja velha balba dos governantes, o se desinteressarem pelos trabalhos de seus antecessores — praxe que vai até o costume pernicioso de mandar interromper obras em andamento — nenhum dos ministros que sucederam a Fernando Costa, depois de junho de 1941, teve coragem de paralisar os serviços. Ao contrário, reconhe-

ceram todos que era trabalho da mais alta importância para nossa pátria e fizeram o possível, diante das dificuldades da hora, para que êle prosseguisse. O sr. Apolonio Sales chegou mesmo a criar, para seu futuro funcionamento naquela magnífica construção, a Universidade Rural. E o atual gestor da pasta, dr. Daniel de Carvalho, persevera no empreendimento no mesmo espírito com que o planejou o benemérito agrônomo paulista, que foi, sem favor, um grande ministro da Agricultura, como já havia sido um notável secretário da mesma pasta, e como seria, depois, um admirável chefe de Estado bandeirante.

Nem tôda a gente sabe que espécie de instituição é a Universidade Rural e como a imaginou Fernando Costa. Revele-se, antes de mais nada, que o remodelador de Pirassununga começou seus trabalhos pela revidicação das terras da Fazenda Santa Cruz. Havendo descoberto que a velha propriedade nacional sofrera a invasão de intrusos e estava reduzida a superfície insignificante, em desacordo com os documentos, provocou a demanda e obteve ganho de causa, que repôs a União na posse de mais de 2 mil alqueires de terras.

E uma vez aparelhado com o terreno indispensável, abalanchou-se à difícil empreitada. Porque além das Escolas de Agricultura e de Veterinária, Fernando Costa queria que ali funcionasse o Centro Nacional de Pesquisas Agrônomicas, como uma espécie de cúpula dos Institutos Agrômicos localizados estrategicamente em o Norte, Nordeste, Centro, Campinas e Sul, emalhados todos numa grande rêde de casas de altos estudos. Junto das Escolas funcionariam dez ou doze estações experimentais, que atendessem aos mais importantes problemas da produção do país. E ainda haveria dprendizado agrícola e escola prática de agricultura, uma do primeiro e a outra do segundo grau, para que dali pudessem sair todos os tipos de homens do campo: os obreiros qualificados, os condutores de trabalhos e os engenheiros agrônomo. Êstes mesmos divididos em dois grupos: o dos que se

destinam a dirigentes de empresas, administradores de grandes entidades ou a funcionários de alta categoria, como implantadores dos métodos modernos de produção; e o grupo dos que preferiam a rebusca científica, os pesquisadores, dotados das qualidades necessárias para fazer a ciência agrônômica progredir.

Fernando Costa sonhava com o km 47 como uma grande cidade universitária, com moradias para professores, funcionários e alunos e operários. Queria mesmo que certas seções pudessem servir de aprendizagem dentro do princípio de que deviam bastar-se a si mesmas, produzindo renda, e demonstrando aos alunos como era possível fazer racionalmente a exploração lucrativa. Uma colmeia de trabalho intenso, visando dar ao Brasil a noção exata dos labores rurais como capazes de reerguer o homem da roça, dando-lhe um nível intelectual tão alto quanto o do homem da cidade.

De nada se esquecera êle. Como um aglomerado dêsse vulto exigiria serviço rápido de comunicações e transporte, obtivera que todo o trecho da grande rodovia fôsse asfaltado até a sede principal da Universidade, trabalho que exigiu retificações de traçado de certo vulto para ganhar a velocidade de trânsito. E como lhe parecesse que isso não bastava, induzira a Central do Brasil a construir um ramal ferroviário que, partindo da estação de Queimados ou da de Caramujo, viesse a morrer dentro da propriedade federal. Ramal de doze ou quatorze quilômetros, da bitola larga, eletrificado, proporcionaria tôdas as facilidades à futura cidade universitária rural.

O sonho de Fernando Costa vem se concretizando. Não foi possível ultimá-lo em menor prazo, pois tudo se concluiu no mundo, para retardar as obras. Mas é consolador verificar que lá fora os homens que o substituíram no Ministério, teimam em realizar-lhe o plano, reconhecendo-lhe a largueza da visão e o seu amplo descortino de estadista, quando em sua própria terra tantos se esforçam por negá-lo.

PRODUÇÃO E CRISE DE ABASTECIMENTO ALIMENTAR NO BRASIL

JOSE' SAMPAIO FERNANDES.

É um assunto profundamente deprimente e que abordaremos hoje nesta revista que é o órgão da gloriosa e cinquentenária Sociedade Nacional de Agricultura, que tanto tem feito e procurado fazer em prol das classes agrícolas e da produção do campo. Vivemos num país cujos 90 % estão praticamente desaproveitados. Agricultor ainda e por muitos anos, e que Deus permita que o seja sempre, com aproveitamento cultural irregular, de "manchas" principalmente concentrado no litoral. Desprovido de meios de transporte, porque é ridícula a sua rede ferroviária, como é pequena e sem eficiência a sua rede de rodovias, e pouca a aparelhagem do seu comércio de cabotagem e fluvial como dos seus portos, o Brasil apresenta o doloroso contraste, nesta época em que vivemos confrangidos com o seu facies econômico deformado, de uma indústria próspera e tripudiante de meia dúzia de magnatas à custa da verdadeira riqueza que é a que deveria provir do seu solo, produzida pelo braço seguro e patriota do seu camponês.

País vazio de habitantes, estes, devido a insânia da orientação industrial que lhe tem sido impressa sem medida nem programa, e que foi severamente agravada nos últimos anos com a série ininterrupta de favores tarifários e de elevação de nível de salários de operários e comerciários, se concentram nas capitais e cidades principais abandonando o campo indistintamente — patrões e colonos, os primeiros para empregarem os recursos, que da gleba lhes advém, na construção tão incentivada nos últimos tempos de apartamentos e nas cidades ou capitais viverem a vida despreocupada de simples gosadores; os segundos, fugindo à situação desfavorável de abandonados, para procurarem o lugar ao sol das facilidades governamentais concedidas aos que trabalham na indústria, no comércio, no funcionalismo subalterno ou na domesticidade dos emprêgos fáceis e irresponsáveis, mas bem pagos porque, com o alto nível dos salários dêses centros, que permitem à maior parte das famílias gastarem mensalmente milhares de cruzeiros cada uma delas, em transporte de ônibus, em cinemas, e **foct-ball**, em excursões de fim de semana (e muitas vezes com a renda acumulada do marido e da mulher, que não querem filhos, ou dêles e dos filhos). pouco importam as centenas de cruzeiros que dispendam com a caboclinha boçal recém-chegada da roça.

Admiram-se depois que não haja alimentos! E para cúmulo êses mesmos felizardos das cidades

ainda contam com a proteção das tabelas de preço que recaem diretamente sôbre o pária que ficou isolado no campo, encharcado das chuvas do verão, queimado do sol, impaludado, muitas vezes, ou opilado, premido pela má vontade de um fisco múltiplo e desalmado que não sômente o esmaga mas que o traz aperreado em sobressalto... não raro. Ainda agora acaba o Govêrno da República, que herdou essa situação de fato que êle não criou, de isentar de impostos de importação os gêneros de alimentação e, por outro lado, de conceder moratória aos criadores de suínos, arrazados nos seus bens pela peste que lhes vem devastando os rebanhos — hoje a mania de certos é chamar de "população" aos rebanhos, mas não posso me conformar com essa identidade entre "povo" e "gado" ou "rebanho"...

Dir-me-ão: que culpa cabe ao Govêrno de haver irrompido a peste suína? Será essa também uma culpa a arrogar na imprevidência da orientação econômica dos últimos tempos, que nos deixou às portas da fome, que nos reduz a 50 a 80% a natalidade real e que nos faz corar de vergonha quando a arruinada Europa nos bate à porta pedindo alimentos e nós precisamos cerrar-lha e, mais do que isto, pedir a povos que desenvolveram intenso e penoso esforço de guerra, que nos enviem leite e quem sabe mais que alimentos?

Não quero dizer se é culpada ou não. Mas não posso esquecer fatos. Antes do surgimento da peste suína sempre tivemos importação de suínos de raças finas. Nunca, salvo nos últimos seis ou oito anos, se verificaram surtos epizooticos na criação suína do país. Que o digam as antigas autoridades — Franklin de Almeida, Parreiras Horta, entre outras. De repente começa o alarme e começa a peste a estender-se. Quando? Depois que uma legislação favoreceu a criação de laboratórios veterinários especializados. Talvez se trate de pura coincidência. É porê m extranhável e suspeita. Se no domínio da medicina humana acabamos de verificar a rede falsificadora e desalmada que se estendia por todos os lados, o que dizer então nesse, que atinge fundamentalmente a economia dos proprietários e a do país mas que não deixa rasto. O laboratório X foi montado com todos os requintes da ciência. Isto fica caro. Sua produção se destina sômente aos rebanhos. Mas nem sempre há epizootias. As despesas são certas, as rendas incertas, pois não surge a epizootia salvadora. Então pode vir a tentação de um interessado, às vezes de um simples intermediário.

pois não parece possível que profissionais e cientistas se entreguem a tais práticas apesar das suas necessidades de viver, pede um pouco de vírus, visita uma criação ou uma ceva de engorda e lá deixa o vírus. Surge o primeiro caso e começa extender-se. As autoridades conseguem limitá-lo, dominá-lo. Então a visita criminosa se realiza aqui, ali e de toda a parte surge o clamor. Talvez que tudo não passe de um bem engenhoso e injusto conto. Pode porém facilmente realizar-se. Não vimos nós surgir entre nós, trazida de certo por concorrência "amigos", a mósca do Mediterrâneo, a devastar os nossos laranjais, a praga do café... a pesta bovina, esta brilhantemente combatida, dominada e eliminada na mais notável campanha sanitária veterinária que entre nós se realizou, pelas inconfundíveis figuras de sanitaristas veterinários, embora médicos, mas professôres dos primeiros veterinários brasileiros, e que se chamavam Alcides Miranda, Herbster Pereira, Franklin de Almeida, Armando Rocha, Aleixo de Vasconcellos e outros, auxiliados pelos primeiros veterinários brasileiros. Taylor de Mello, Jorge de Sá Earp entre outros, muitos dêles ainda prestando importantes serviços, outros prematuramente roubados ao país?

Govêrno, voltaria eu atrás, tornando monopólio do Govêrno o preparo, a importação, o comércio de vacinas e sôros destinados aos rebanhos, realizado o comércio não por intermédio dos comerciantes comuns mas somente pelo das autoridades federais locais — agrônomos, veterinários, agências de correio, coletorias, pagos os produtos pelo preço mínimo, em tôrno do custo, e renda integralmente recolhida às coletorias ou agências de correio, ou na conta bancária do Banco do Brasil. Enquanto houver interêsse de lucro, existirá sempre o perigo de tais surtos epizooticos, além do que os laboratórios oficiais serão sempre descuidadamente orientados e os próprios profissionais oficiais se encontrarão ligados às empresas de produção particular. Esta produção será sempre sem uniformidade, e muitas vêzes falha, porque predominará o interêsse econômico do industrial. Isto no setor importantíssimo da produção suína, relevante para nós, e sem nos preocuparmos com as condições gerais de produção cara, que já acentuamos no início.

Volvamos os olhos para a criação do gado de côrte e de leite. Já mais do que uma vez tenho criticado a ação dos que deviam orientar a economia nacional neste setor.

Excetuando a compra mais ou menos continuada de reprodutores finos, o auxílio à silagem e aos banheiros carrapaticidas mais sob a forma monetária do que de assistência constante e local e aqui relembro a grande iniciativa do Ministro Odilon Braga com a sua criação dos Agrônomos Regionais, verdadeiros consultores e orientadores locais da produção, que precisariam para medrar e triunfar

de um apôio integral dos poderes federais, estaduais e municipais, não tem havido muita eficiência na ação em prôl do melhoramento dos nossos bovinos. Antes pelo contrário, porque em certo ponto, não muito distante, autoridade que dispunha de recursos próprios e de boas relações enveredou por uma tenaz campanha pelos reprodutores "finos" do zebú. Surgiu o indu-brasil, mistura de mistura, fruto do empirismo de dezenas de anos de criação de zebú. Em vez, porém, de um planejamento definido da introdução de um sangue rústico associado às boas qualidades de produção de raças já realmente selecionados, acompanhado tal planejamento por uma propaganda intensa e adequada pelo melhoramento das pastagens, pela constituição das pastagens de sêca, pela formação de reservas alimentares para o período sêco — e tão fácil porque seria somente aconselhar a forragem, na falta da ensilagem, a guarda sêca de produtos como inhame, batata doce, aipim, cará, feijões de corda ou outros, para não ficarem os criadores na dependência dos farelos e remóidos de trigo, e ainda o aproveitamento adequado do fubá, do milho, do amendoim e das tortas de algodão das fábricas nacionais, o que se viu foi a propaganda desabalada pela produção dos "reprodutores" zebús, com os altos preços de qualquer cria dos **bos indicus**. Como fruto dessa propaganda, criadores de mestiço para corte verificaram que era muito melhor se dedicarem à produção especializada de reprodutores para abastecer o norte, o centro, o oeste, etc., etc. Por outro lado, os produtores de leite, que com tanto custo e trabalho obtinham uns míseros cruzeiros de discutido e comprido preço nos mercados das cidades, verificaram que com um só bezerro zebú, sem trabalho e sem preocupações obtinham rendas muito maiores e até nebulosos financiamentos pelo Banco do Brasil, nebulosos porque qualquer boizinho zebú passou a ser julgado pelos "técnicos" ouro de lei, diamantina preciosidade de joalheria zootécnica. E a crescer a isso o fato puro e simples economicamente verificado pelos frigoríficos de que se o mestiço zebú é um animal vantajoso sob certos aspectos, embora com restrições que não vale discutir agora, o zebú puro e simples não oferece as mesmas vantagens para o mercado de carne.

Há quem afirme que o gado avulta nos campos de Goiás, Mato Grosso, Triângulo e que é só o alto preço do seu custo, e de que uma das causas é a anteriormente apontada e outras gerais já tratadas no início, que impede o seu farto aparecimento nos frigoríficos e nos mercados de consumo. Talvez seja certo, mas parece-nos que há também desinterêsse de criar gado de corte, de engordá-lo, em face de negócio muito mais suave e rico. O que é fato porém é que a produção leiteira se tem ressentido nos Estados do Rio, Minas e Norte de São Paulo de tôdas as causas apontadas e de que uma não das

menores foi a ostensiva intervenção do Governo na usinagem, recebimento e distribuição. Caso típico é o de Petrópolis, onde existe uma cooperativa de produtos que recebe talvez mais de 80% de seu leite já pasteurizado de outras usinas, tornando-se, portanto verdadeira e cara inutilidade intermediária, com a agravante de ter feito apertar os pequenos produtores do município, que forneciam 504% mais ou menos do seu consumo e que pela maior parte liquidaram as suas criações. Como resultado, nenhum benefício prático para o consumidor, principalmente para a infância, como tem sido assinalado mais de uma vez pelo Dr. Genésio Pacheco.

O resultado de toda essa política de desacertos se manifesta agora — falta, falsificação, fraude.

E por falar em fraudes e falsificações, enquanto a tendência nos Estados Unidos e na Europa é melhorar os meios de fiscalização no consumo, dotando as cidades de modelares laboratórios de análise e controle, e deixando o máximo à iniciativa particular no setor da produção, salvo quanto ao exame ante e post mortem dos animais abatidos às condições de sanidade dos rebanhos leiteiros e às condições de higiene das fábricas, aqui existe o verdadeiro fetichismo fiscal da produção, sem proveito mas desvantajoso sob o aspecto econômico. Realmente não há vantagem na fiscalização diuturna e permanente de uma fábrica de queijo ou de manteiga, cujos produtos responderão pela sua qualidade intrínseca no ato do consumo, como não a encontro na de uma fábrica de conservas de carnes salvo no exame veterinário ante e post mortem ou numa fábrica de gordura comestíveis. O mais é burocratismo emperrante e sem eficiência, antes prestando-se a toda espécie de abusos. Ainda agora lendo Aureliano Leite e o Padre Arlindo Vieira no "Jornal do Comércio", de 18 de agosto, deparei com argumentos oportunos. O primeiro recorda-nos a família imperial e mostra-nos o grande e magnânimo Pedro II patriarcal e paternal. Cortando rente a pretensão de certo diplomata festeiro que se declarava disposto a transferir-se de país porque "a Corte era muito severa, não proporcionando diversões. E Pedro II claro, vidente: Talvez tenha razão esse diplomata. Mas nós também temos... O Brasil é uma nação pobre e incapaz de prover todas as suas necessidades. Não podemos, não devemos esbanjar-lhe as magras rendas em despesas suntuárias. O nosso povo é modesto, simples e não desejo levá-lo ao luxo inútil e desregrado. Diga ao diplomata que é melhor mesmo pedir a sua remoção"...

E Aureliano Leite, melancólico, lembrando-se desse excesso de suntuosidades inúteis, do padrão luxuoso dos casinos e cinemas de luxo, dos carros de luxo afrontando a miséria generalizada e desse povo que continua bom mas já transformado pela insânia dos seus orientadores em amigo do luxo e ávido dos prazeres, conclue: "Nação de certo atra-

so e pobreza, mas honrada e feliz, mais do que qualquer outra da América, é o que na realidade o Brasil era.

Tenho inveja dos meus pais"...

E acrescento eu, porque povo pobre continuaremos a ser mas sem as vantagens de então, da fartura, da vida barata e simples.

E o Padre Arlindo Vieira, transcrevendo as conclusões do já famoso 2.º Congresso do Ensino de Belo Horizonte, há pouco realizado, dá-nos esta (a 2.ª) que é de aplicação ao nosso caso que as exigências burocráticas se restrinjam a um mínimo objetivo, **preferindo a fiscalização sob a forma de correição, por ser mais eficiente** (o grifo é meu).

E o Padre Arlindo comenta: "Todos sabem, sem laivos de dúvida, que essa encenação ridícula (a dos inspetores do ensino, não passa de refinada hipocrisia.

Os inspetores se limitam em geral à assinar a papelada que a secretaria lhe apresenta"... porque materialmente lhes seria impossível fazer de outra maneira.

Mutatis mutandi, é quase o que ocorre na maior parte das inspeções prévias de estabelecimentos de carne e leite, salvo a inspeção ante e post-mortem dos animais vivos e abatidos, necessária essa e executada muitas vezes, por falta de pessoal oficial, com o auxílio de prepostos dos próprios estabelecimentos.

Eficiente será examinar o produto no consumo, desde o leite, a conserva, o queijo, a manteiga, ao creme, porque na fonte é ineficiente e sem valer esse exame, realizado sobre a matéria prima. Mas para isso é preciso químicos bromatologistas, técnicas de laboratório, encarregados **não de uma análise prévia inócua, inoportuna e desmoralizante mas da fiscalização dos produtos inopinada e multiplicada**, colhidos no trânsito, nos entrepostos, no mercado.

Faltou-nos até agora o homem de visão que nos desse essa orientação, bastando-nos copiá-la da América do Norte, do Canadá, da França, da Inglaterra... Enxurradas de leis e decretos, contraditórios muitas vezes, emperram a produção, enquanto outras causas ainda mais graves a perturbam e impedem. Sobram órgãos oficiais de todo gênero, cheios de gente de boa vontade mas enquanto isso o trabalho rural estiola e o povo das cidades nelas acumulado por motivos já assinalados morre de fome e revolta-se, embora sem proveito, explorado nas suas desventuras pelos agitadores profissionais, daqui, ou aqui introduzidos numa clandestinidade visível, a serviço de ideais estrangeiros que a nossa formação moral tradicional reprovava e combate. E parece-me que uma das causas do Ministério da Agricultura, que deveria ter 10 a 15% do orçamento à sua disposição para organizar a produção, só consumir menos de 4%, o que o torna inoperante, enquanto numerosos órgãos extrínsecos remexem assuntos que

IMPORTÂNCIA ECONÔMICA DA HORTALÍCULTURA

*A cultura de hortaliças é fácil,
atraente e econômica*

A hortalicultura é o ramo da horticultura que estuda os problemas relativos à cultura e exploração econômica das hortaliças.

As hortaliças, imprópriamente chamadas legumes, são vegetais erbáceos, de ciclo vegetativo curto, cultivadas nas hortas.

As hortaliças são cultivadas visando o aproveitamento de suas fôlhas (alface, chicórea, couve, acelga, etc.), suas raízes (cenoura, nabo, rabanete, beterraba, etc.), seus caules subterrâneos (cebola, alho, etc.), suas inflorescências (couve-flor, alcachofra, etc.), seus frutos (tomate, beringela, pimentão, abóbora, etc.), que são usados como alimento, ao natural, depois de cozidos, ou então, industrializados.

As hortas, de acôrdo com a sua maior ou menor extensão, o método de exploração, etc., podem ser domésticas ou caseiras e comerciais ou industriais.

As hortas domésticas ou caseiras são aquelas destinadas ao abastecimento da casa do hortelão e devem fornecer, durante todo o ano, hortaliças frescas e variadas.

Tais hortas, que jamais devem faltar nas fazendas, sítios, granjas, chácaras e quintais, ocupam qualquer área de terreno, desde que não seja sombria e disponha de água de boa qualidade e em abundância.

Todos os trabalhos de instalação e cultivo das hortas domésticas, são feitos pelas próprias pessoas de casa.

Delas não se exige muito.

Com alguns conhecimentos práticos sôbre a cultura de hortaliças, disposição para o trabalho e, sobretudo, muito entusiasmo, qualquer pessoa chega a ser um bom hortelão prático.

Elas deveriam caber precipiamente, deve ser a tendência burocratizante dos seus serviços técnicos que deveriam dedicar muito mais importância à ação técnica quer no campo — estações experimentais — cooperação com os agricultores — campos de sementes — zootécnia efetiva, etc., quer no laboratório — pesquisa — fiscalização da qualidade no consumo — orientação tecnológica, etc.



Eng. Agrônomo GERALDO GOULART
DA SILVEIRA, Prof. do E.H.W.B.

Uma horta doméstica deve possuir hortaliças das mais variadas espécies, plantadas de tal maneira que, em qualquer época do ano forneça verduras frescas destinadas ao consumo diário e em quantidade suficiente para o abastecimento da família.

O trabalho horticola nas horas de folga proporciona aos hortelões amadores não só os benefícios de algumas horas de vida ao ar livre, esquecidos dos complexos problemas da vida, inteiramente absorvidos no trabalho manual, como também, a possibilidade de proporcionar uma alimentação mais sadia, nutritiva e higiênica.

E' preciso melhorar as condições alimentares dos brasileiros sem sobrecarregar os seus orçamentos já tão reduzidos em face do elevado custo da vida.

Alimentar bem, não significa ter, apenas, uma mesa farta; é, antes, selecionar os alimentos de tal maneira que eles proporcionem os benefícios de uma boa alimentação.

As hortaliças, pela sua riqueza em água, sais minerais e vitaminas, são alimentos saudáveis e nutritivos.

Praticar a hortalicultura para o abastecimento da família é uma prática que precisa ser generalizada nas fazendas, sítios, chácaras, granjas, e, mesmo, nas poucas residências das grandes cidades que ainda dispõem de um modesto quintal.

As hortas comerciais ou industriais, visam o abastecimento das cidades, das indústrias, etc.

Tais hortas, ocupam áreas maiores e exigem, de seus administradores conhecimentos profissionais seguros para que possam ser exploradas economicamente.

Não basta produzir.

E' preciso produzir aquilo que os mercados exigem e em condições econômicas, isto é, proporcionando ao hortelão, lucros compensadores.

Os problemas de localização, plano de exploração da horta, etc., devem ser convenientemente estudados e resolvidos

por pessoas que conhecem bem a horticicultura.

A administração de uma organização com fins lucrativos não pode ser feita por leigos.

A horticicultura é fácil, atraente e remuneradora, desde que, bem dirigida.

Os mercados consumidores aí estão, ávidos de bons produtos hortícolas.

Não se compreende que grandes centros populosos, mercados capazes de consumirem toneladas de hortaliças, aí estejam quase que desprovidos de produtos hortícolas, ou, quando os possuem, é em quantidade muito aquém das necessidades e a preços não ao alcance da bolsa da maior parte da população.

A nossa população é mal nutrida, faltam, nos nossos cardápios diários, as hortaliças frescas e os frutos, complementos de uma alimentação sadia e nutritiva.

Já se vem educando o povo no sentido de que ele melhore as suas condições alimentares.

Os serviços oficiais de educação e saúde, através de cartazes, de comunicados, etc., vêm salientando a necessidade de uma alimentação mais sadia e higiênica.

Todos já falam em vitaminas e sais minerais; ninguém desconhece mais o valor alimentício das hortaliças.

As farmácias e drogarias vendem diariamente, em quantidades cada vez maiores, por preços elevadíssimos, injeções, drágeas, pílulas e xaropes ricos em vitaminas e sais minerais.

E' natural, e preferível mesmo, que por preços muito mais acessíveis, sejam consumidas hortaliças e frutos frescos em grande quantidade, pois elas contêm mais vitaminas e sais minerais que tais produtos comerciais.

A horticicultura é pujante de possibilidades.

E' preciso que ela desperte o interesse de homens empreendedores, capazes de produzirem em larga escala, ou, então, de pequenos hortelões associados em cooperativas de produção e de venda, a fim de que nos mercados não faltem as hortaliças que o nosso povo precisa consumir.

Elas devem ser vendidas a preços acessíveis sem que isso traga prejuízos aos produtores.

Pelo contrário, o produtor precisa uma justa remuneração pelo seu trabalho.

Os maiores lucros não devem ficar nas mãos dos intermediários, que nada produzem; apenas negociam.

A produção em larga escala, a associação de pequenos produtores em cooperativas, a eficiente orientação de uma propriedade hortícola, e a possibilidade dos próprios produtores venderem diretamente seus produtos aos consumidores, são condições que asseguram, não somente maiores lucros, como também, permitem o barateamento dos produtos hortícolas.

E' preciso que a horticicultura ocupe, na nossa produção agrícola, o lugar de destaque que ela bem merece.

E' necessário que se produza muito, cada vez em maior escala.

Mesmo quando os mercados estiverem suficientemente abastecidos e a produção continuar a aumentar, não haverá ainda perigo de super-produção.

A industrialização dos produtos hortícolas que já se pratica em grande escala em outros países, deve despertar também a atenção de nossos industriais e de grandes cooperativas de produção, a fim de que ela constitua uma outra importante fonte de renda.

Há uma crise de produtos agrícolas em todo o mundo.

Os mercados absorvem todos os produtos alimentares que se lhes apresentam.

As hortaliças, mediante os modernos métodos de conservação e industrialização podem abastecer não só os nossos mercados como também, os mercados externos.

Não devemos, entretanto, pensar em exportação enquanto tivermos nossos grandes mercados consumidores insuficientemente abastecidos e, mesmo, em algumas regiões, quase totalmente desprovidos de verduras.

A horticicultura precisa e deve ser incentivada.

E' preciso que sejam difundidos os conhecimentos básicos e indispensáveis sobre a instalação e exploração das hortas.

A instalação de grandes ou pequenas hortas principalmente nas proximidades dos centros populosos, é uma necessidade e, obedecidos todos os preceitos técnicos, proporciona lucros compensadores.

A industrialização dos produtos hortícolas, oferece, igualmente, perspectivas vantajosas.

HÀ SETE ANOS PASSADOS

Por ocasião do aniversário do então Ministro Fernando Costa, 10-6-1940 de 1940, o Prof. Arthur Torres Filho, Presidente da Sociedade Nacional de Agricultura, numa sessão realizada no C.N. E.P.A., em homenagem ao saudoso homem de Estado, pronunciou o discurso que abaixo transcrevemos.

Então, o "K. 47" era apenas uma grande área insalubre. Poucos acreditavam que se levasse avante o audacioso projeto. A realização aí está e esta revista, rememorando o fato, no momento justo em que se inauguram as dependências da U. R., deseja mais uma vez testemunhar as suas homenagens ao ilustre Ministro que, da sua passagem pela pasta da Produção, tantos traços, e indelévels, deixou à posteridade:

"E' com vivo contentamento que participo desta solenidade, no cenário magnífico do Centro Nacional de Ensino e Pesquisas Agronômicas, em que rendemos homenagem ao Dr. Fernando Costa, e procurarei tornar-me o intérprete fiel dos vossos sentimentos.

Pela atividade desenvolvida em toda sua vida, cheia de desprendimentos e assinalada por serviços inestimáveis à economia agrícola do país, tornou-se o Dr. Fernando Costa depositário das aspirações, não só da classe agronômica, como de todos os que vivem do labor nos campos.

Espírito dotado de grande objetividade, sabendo agir quando outros discutem, não se deixando abater diante da adversidade, soube compreender, desde quando Secretário da Agricultura em São Paulo, os perigos da debilidade econômica do Brasil.

"*Necessitamos de conhecer o nosso solo e sub-solo para que possamos explorar convenientemente suas riquezas*" — disse ao se empossar no cargo de Ministro da Agricultura. Essa declaração e muitas outras que, com simplicidade, proferiu, não representaram promessas vãs, atiradas ao acaso, porque constituem o fruto de convicções amadurecidas e seriam, sem demora, postas com arrojo em execução, dentro de um ambiente novo, de trabalho e renovação. Antes de tudo, foi preciso ajustar a má-

quina administrativa, dar-lhe diretrizes seguras e despertar confiança nos colaboradores, criar um ambiente de trabalho útil para que houvesse segura deliberação em servir a causa pública.

Assim se explicam os resultados magníficos da ação do Dr. Fernando Costa em tão curto espaço de tempo. Sente-se que só tem diante de si um de-



Dr. Fernando Costa

ver a cumprir — que é o de servir a coletividade, não medindo esforços nem recusando responsabilidades, procurando despertar em todos o desejo forte de secundá-lo nos seus largos empreendimentos.

Aquêles que com êle servem, ou o acompanham ou ficam à margem, pois que sua ação não esmorece nunca, não se aquebranta com revezes momentâneos. Se por vêzes aparenta alheiamento momentâneo numa iniciativa tomada, assim acontece sob o império de circunstâncias inevitáveis, para voltar à mesma em melhor oportunidade é conseguir o resultado almejado. Seu feitiço modesto, de homem do trabalho, encobre grande sagacidade, facilitando-lhe

os entendimentos úteis à sua ação administrativa.

Não se isola, antes procura a aproximação, embora isso lhe acarrete grande dispêndio de energia. Não apenas ordena, como executa. Identifica-se por completo com o programa a seu cargo, dando, êle próprio, o exemplo do trabalho, que se prolonga horas ininterruptas até mesmo, nos momentos reservados ao repouso.

O verdadeiro patriotismo é aquêle que se exerce no reforçamento das nossas energias intelectuais, morais e produtivas, sem cogitar de vaidades pessoais ou de grupos.

Êsse é o patriotismo que se sente na ação desenvolvida pelo Dr. Fernando Costa.

Necessitamos "abordar e debater problemas que interessam a tôdas as zonas do país e à própria nacionalidade", foram palavras proferidas pelo Presidente Getúlio Vargas, na Conferência Nacional de Economia e Administração, realizada nesta Capital em 10 de novembro de 1939.

Desenvolve-se dentro dêsse pensamento, em todo o território nacional, com o mesmo ardor, o programa a cargo do Ministério da Agricultura.

Consideremos o grande impulso experimentado pelas pesquisas minerais, de que resultou a descoberta do petróleo; a extruturação perfeita do plano de amparo à indústria da pesca; o desenvolvimento e a defesa sanitária dos rebanhos; o fomento da produção vegetal em todos seus setores; o melhor aparelhamento da defesa sanitária vegetal; o abastecimento e o alargamento do mercado interno para os gêneros de primeira necessidade e, em particular, para as frutas nacionais; o impulso dado à colonização rural; o desenvolvimento da irrigação agrícola; a criação da indústria de adubos químicos com a exploração de fosfatos de Ipanema; a campanha do emprêgo do gazogênio; a defesa do nosso patrimônio florestal; o esforço enérgico em favor do trigo nacional, na luta travada contra fatores visíveis e invisíveis que, de longa data se opõem à implantação dêsse cereal no país; a criação da indústria das farinhas panificáveis, de importância capital para nossa economia; a sistematização dos estudos dos problemas sociais e eco-

nômicos ligados à vida rural, com o desenvolvimento do cooperativismo, do crédito agrícola e da padronização dos produtos exportáveis; e, finalmente, como coroamento, as novas bases que estão sendo lançadas para o ensino profissional agrícola e a pesquisa agrônômica, de que o Centro Nacional de Ensino e Pesquisas será a obra majestosa a perpetuar, no tempo e no espaço, a atual administração brasileira.

No panorama sucintamente exposto, se há louvor ao homem que realiza e executa, não há menor a quem preside, estimula e orienta tôda a vastíssima obra de reconstrução nacional.

Conto que a afeição não tenha tolhado o meu raciocínio e se hamonize com o ambiente dêste conclave.

Reunidos, como nos achamos, no Centro Nacional de Ensino e Pesquisas Agrônômicas, nosso pensamento se eleva para poder alcançar tôda a extensão da sua influência nos destinos da agronomia nacional.

A agricultura brasileira nasceu no dia em que os portugueses se tornaram descrentes de que poderiam, nas plagas americanas, organizar um comércio de especiárias como nas Índias Orientais.

Sem a agricultura a terra de Santa Cruz não seria conquistada, não obstante seus tesouros alimentares.

Se no século XVIII houve a corrida às minas, no dizer de Oliveira Vianna, os engenhos e os currais constituiram os fatores primordiais do desbravamento e povoamento do nosso território. Nos três séculos do período colonial coube à agricultura sustentar a vida econômica do Brasil.

Com a Independência e Pedro II vieram elementos colonizadores que permitiram a formação de núcleos agrícolas poderosos e se cogitou da difusão do ensino agrícola.

A expansão do café no sul do país, depois de sua introdução no Pará, em 1723, representou grande fonte de riqueza, contrabalançando o desequilíbrio resultante da abolição da escravatura.

No comêço da República, o café, o açúcar, o algodão, o mate, os couros, o fumo, a borracha, e o cacau, representaram os principais artigos de exportação.

E, atualmente, qual a situação que se nos depara na vida nacional? Com

que recursos atendemos ao crescimento da nossa população e fazemos face ao intercâmbio com as outras nações? Certamente com o fruto do labor dos campos.

Enorme tem sido o esforço dos nossos agricultores para que fiquemos a coberto da contribuição estrangeira em artigos de alimentação, com exceção do trigo. No que toca às matérias primas muito auspiciosos têm sido também os resultados alcançados.

Diante de nós temos sempre a possibilidade do alargamento dos mercados internos desde que o homem brasileiro possa produzir mais e sair da situação de sub-consumo em que vivemos.

Já o inesquecível economista Pandiá Calogeras chamava a atenção para o fato de haver muito desperdício nas diversas manifestações do nosso trabalho produtivo. Isso ocorria, dizia êle, por falta de preparo científico e técnico, como pela ausência de equipamento econômico. Importa reconhecer que nos temos de organizar para produzir vantajosamente.

Nosso maior esforço deverá partir do campo porque será a base de toda a estruturação econômica. Não descomheço o papel da indústria e acho mesmo que o Brasil, pela diversidade de seus climas, como pela índole de suas populações, deverá contar com o desenvolvimento crescente da indústria mediante a interdependência das regiões produtoras.

Ao estudar os problemas da atualidade brasileira, em síntese admirável, o Presidente Getúlio Vargas, por ocasião da Conferência Nacional de Economia e Administração realizada em 10 de novembro do ano passado, fez referência acentuada ao fato de que a agricultura é praticada em 97% dos municípios brasileiros e, nesses, apenas 47%, dos resultados foram considerados apreciáveis.

“Deve-se êste resultado — acrescentou S. Ex. — principalmente à falta de assistência e orientação técnicas, havendo 776 municípios que apontam sua inexistência”.

Que métodos de instrução profissional devemos adotar para atingir a massa dos que cultivam a terra entre nós?

Acima de tudo temos de cogitar da preparação dos técnicos, mas que o se-

jam de verdade, aproximando-os, o mais possível, das realidades do meio brasileiro.

Já em 1920, o Ministro Simões Lopes, salientava ao Presidente Epiácio Pessoa, o fato do Ministério da Agricultura ainda não haver conseguido realizar seu programa de ensino agrônômico e profissional. “Sem preparo gradativo da nossa mocidade, nos misteres da vida agrícola — dizia o grande Ministro — desde a escola primária até os institutos superiores de ensino, sem as fontes de instrução e de exercício do trabalhador rural para a aplicação dos modernos métodos, será difícil realizar a cultura dos campos”. Entre 1200 funcionários que o Ministério dispunha, apenas 79 eram agrônomos e 30 veterinários, devendo-se ao Ministro Simões Lopes a reação salutar que veio prestigiar a classe agrônômica para fazê-la ocupar o papel que lhe compete na defesa do nosso patrimônio agrícola.

Conta hoje o país com 3.157 diplomados em agronomia, número êsse ainda deficiente para as nossas necessidades.

“Estamos na época dos agrônomos — declarou o Dr. Fernando Costa — ao se investir no cargo de Ministro, porque temos de espalhá-los por todos os recantos do país, na cruzada santa de fazer a terra produzir o quanto a nação necessita para restaurar suas finanças, para aumentar seu exército e sua armada, para abastecer sua população com gêneros bons e baratos, para melhorar a raça fazendo uma geração de homens sadios e fortes, higiênica e espiritualmente aptos para lutar contra as agruras da vida, de modo a colocar a Pátria entre as mais consideradas do mundo”.

Palavras sinceras que, proferidas por quem tinha um passado enobrecido por notáveis realizações prestadas à economia de São Paulo, não deixaram de calar fundo no espírito de quantos as ouviram, crenes de que iríamos testemunhar fatos concretos em favor do ensino e da experimentação agrônômica no país.

Falando para profissionais não preciso demonstrar que foi com o advento da ciência experimental, graças aos progressos da química e da fisiologia vegetal, a partir da segunda metade do

século passado, que se rasgaram os horizontes da agronomia moderna.

Por conseguinte, sem pesquisas científicas, ou melhor, sem experimentação, não pode haver progresso.

Sem querer ir buscar exemplos alheios, encontramos no nosso próprio país o oferecido pelo Instituto Agrônomo de Campinas. Instituição criada por Pedro II, e felizmente mantida pelos paulistas, a ela se deve os fundamentos da economia agrícola do grande Estado.

Sem ciência não pode haver agricultura, nem indústria e, portanto, independência econômica.

O sábio professor Nicoláo Valilow, depois de percorrer grande parte do continente americano, quando de sua visita ao Brasil, em 1933, declarou aqui não existir economia rural organizada, pois não possuíamos sequer um mapa do solo e, quanto às espécies vegetais obórigenes, repetamos as experiências dos pobres índios da era pre-colombiana.

Referindo-se ao milho disse que suas origens genéticas estavam na América do Sul e nosso progresso em relação a esse cultivo era nulo.

Evidentemente, quem observa o nosso vasto território, logo se convencerá de que, sem institutos de pesquisas e sem homens absorvidos nos trabalhos de laboratório, não contaremos com progresso econômico seguro.

A integração das diversas zonas econômicas, no conjunto do progresso nacional, dependerá de continuadas investigações científicas.

As leis físico-químicas e biológicas presidem às produções vegetal e animal, o que explica não haver progresso agrícola sem a pesquisa experimental.

Portanto, a formação dos nossos profissionais deverá ser feita dentro da nossa doutrina agrônômica e esta ser forjada com nosso próprio labor.

Dentro de uma notável idealização estamos vendo erguer este Centro Nacional de Ensino e Pesquisas Agrônômicas com que o Govêrno Nacional dá mais uma demonstração de zelo pelos destinos da nacionalidade.

Daremos ao mundo uma prova segura de nossa capacidade realizadora, de que somos dignos da terra que possuímos, de que temos perfeita consciência de nossos destinos soberados.

Agricultura sem bases científicas e econômicas será uma agricultura depredatória, que condenará o país à ruína com o abandono das suas terras.

Servimos o Brasil num dos sectores básicos da nacionalidade e, para a tarefa que nos propomos realizar, precisamos do concurso entusiasta da mocidade.

Aos batalhadores de primeira hora conforta verificar que o lábaro sagrado que empunhamos, não se apagará mais, e de que este Centro Nacional de Ensino e pesquisas agrônômicas constitui um testemunho vivo.

Senhor Dr. Fernando Costa, na homenagem que lhe prestam, nesta data, seus colegas e admiradores, vão os votos de felicidade pessoal e a confiança no muito que ainda poderá realizar em benefício do país".

Importância Da Adubação Em Hortalicicultura

Eng. Agrônomo *Geraldo Goulart Silveira.*

A alimentação é um ato indispensável a todos os seres vivos; dela depende a vida.

Os vegetais, portanto, da mesma forma que os animais, necessitam de alimentos a fim de que se processem normalmente todos os fenômenos vitais.

As plantas obtêm no ar atmosférico e no solo, todos os alimentos que necessitam.

Do ar, elas absorvem o oxigênio que é consumido pela respiração, o gás carbônico que é fixado durante a função

clorobiliana, etc., e do solo, os sais minerais dissolvidos na água, que penetram nas plantas através dos pêlos absorventes da raiz.

Os vegetais superiores são autotrofos, isto é, produzem, êles próprios, à custa de compostos minerais, as substâncias orgânicas de que carecem.

Por intermédio da região polífera da raiz, êles absorvem a água contendo os sais minerais dissolvidos (seiva bruta, mineral ou inorgânica), que, nas folhas, sob a influência da luz solar (função

clorofiliana), transforma-se em seiva elaborada ou orgânica.

Se, por um lado, não pode o hortelão influenciar sobre a constituição do ar atmosférico (e não é necessário, pois ela é mais ou menos constante), o mesmo não acontece em relação ao solo, cuja constituição, composição, etc., podem ser modificadas, de acordo com os interesses que se tem em vista.

Em terrenos não adubados e cultivados continuamente, a produção pode ser volumosa e de boa qualidade apenas nos primeiros anos; entretanto, logo que exgotadas as disponibilidades em elementos nutritivos colocados à disposição das plantas, elas começam a fornecer colheitas cada vez mais reduzidas e de qualidade inferior.

Quanto mais pobre (exgotado o terreno), tanto menor o rendimento por unidade de superfície.

E' preciso cultivar racionalmente o solo e adubá-lo convenientemente, a fim de que as colheitas sejam sempre fartas e compensadoras.

Como é do conhecimento geral, além da matéria orgânica que não deve faltar jamais nos solos cultivados, as plantas necessitam ainda de azoto, fósforo, potássio, cálcio, magnésio, ferro, enxofre, etc., que devem ser encontrados no solo sob a forma de sais minerais solúveis.

Tais elementos, de um modo geral são encontrados em quantidades razoáveis nos solos, exceto o azoto, o fósforo e o potássio que, via de regra, devem ser anexados sob a forma de sais minerais, a fim de que satisfaçam plenamente às necessidades das culturas.

A adubação consiste, justamente, em colocar no solo, aquilo que nele falta, e que é absolutamente indispensável à nutrição vegetal.

Mesmo os solos ricos, isto é, aqueles que contem os elementos em justas proporções, no fim de algum tempo dão rendimentos cada vez menores, pois as colheitas sucessivas os vão exgotando cada vez mais.

A horticicultura, principalmente, que é uma exploração agrícola intensiva, realizada geralmente sem pousio, exige adubações frequentes.

A adubação não deve e não pode ser feita empiricamente; ela deve ser bem dosada a fim de que estabeleça um jus-

to equilíbrio indispensável para que as colheitas sejam fartas.

Não basta adubar.

E' preciso adubar racionalmente.

E' preciso, sobretudo, para bem adubar um terreno, que o hortelão leve em consideração:

- a) a espécie hortícola cultivada;
- b) a natureza do terreno.

Relativamente à primeira condição, é preciso lembrar que as plantas têm exigências próprias e é preciso satisfazê-las convenientemente a fim de que, através de colheitas fartas e de boa qualidade, sejam sobejamente compensadas as despesas com a compra e a aplicação dos fertilizantes.

A não observância dessa condição, pode trazer como consequência uma adubação supérflua ou deficiente, em qualquer caso anti-econômica.

Alguns exemplos elucidam melhor a questão.

As hortaliças foliáceas (alface, acelga, couve, etc.) exigem mais azoto que as hortaliças cultivadas pelas suas raízes (cenoura, beterraba, rabanete, etc.); por outro lado, as hortaliças cultivadas pelas suas raízes são mais exigentes em potassa que as hortaliças foliáceas.

Relativamente ao solo, a adubação deve ser feita considerando-se a sua composição química, o estado em que se encontram os compostos minerais, etc., a fim de que ela possa ser bem equilibrada.

E' necessário que o hortelão não se esqueça que, *nos terrenos convenientemente adubados as plantas são mais sadias e vigorosas; produzem mais e melhor.*

E' preciso pois, que o hortelão, não se esqueça que, a par dos métodos racionais de cultura, não deve ser descuidado o problema da adubação, principalmente da adubação orgânica de que tanto carecem as hortas.

A daubação orgânica, incorporando ao solo a matéria orgânica, é de uma importância muito acentuada, pois ela, por uma série de fenômenos químicos e biológicos, se transforma em humus.

Não é demais salientar a importância fundamental do humus no solo, pois só assim se consegue chamar a atenção dos

(Continúa na pág. 44)

TRATADOS QUE PREJUDICAM O BRASIL

Os Seríssimos Resultados Que Provocarão Os Últimos Convênios Com O Chile

*

AMEAÇADA A NITRO - QUÍMICA

B. DE ARAGÃO

DE CADA vez que temos conhecimento da assinatura de mais um acôrdo econômico do Brasil com alguma potência estrangeira, sentimos verdadeiro pânico antes de lê-lo. Infelizmente êsse pânico se afirma ao tomarmos conhecimento do documento, pois, de todos os ultimamente assinados pelo Itamarati, não encontramos um único que não represente fragorosa derrota de nosso país no campo econômico. O Brasil vem cedendo tôdas as suas oportunidades, e comprometendo-se de tal maneira no campo internacional, com seríssimos reflexos sôbre sua economia interna, que tememos por nosso futuro.

Temos clamado em vão para que a faculdade de decidir dêsses acôrdos seja tirada ao Ministério do Exterior, que tem demonstrado incompetência na matéria a par de desconhecimento das condições reais e das necessidades do país. Infelizmente continua aquele Ministério a presidir elegantemente ao suicídio da nação.

A mentalidade que parece presidir a êsses acôrdos é a de não contrariar em coisa alguma ao estrangeiro, mesmo quando êste pede, ou exige, condições que contrariam nossos próprios interesses. No momento atual do mundo, quando qualquer nação procura defender, a qualquer preço, o direito de produzir em qualquer campo, e de colocar sua produção, essa mentalidade é tudo que de mais prejudicial poderíamos adotar na esfera internacional. Os tratados internacionais têm que conter um equilíbrio de direitos, em que cada parte contratante ceda um pouco, para que o interesse geral seja atendido. Por parte do Brasil temos assistido a capitulações completas, em que apenas os interesses dos outros países são atendidos. Se os nossos diplomatas pretendem, dêsse modo, fomentar a amizade entre os povos que conosco comerciam estão em caminho errado, pois o que têm conseguido é que as desvantagens advindas para o Brasil dêsses acordos absurdos, se traduzam por parte do público em verdadeira antipatia para com a nação estrangeira que, afinal, apenas cumpriu seu dever defendendo-se, e não é culpada que nossos negociadores não tenham cumprido o seu.

A prova mais evidente do que afirmamos é a atual onda de antipatia que de maneira geral en-

volve a Argentina, quando aquele país de nada é culpado em relação a nós, e apenas usa do direito que lhe foi assegurado por um acôrdo absurdo de aumentar a seu gôsto o preço do trigo. Quando se começou a falar no aumento do preço do pão, nossos jornais e o público em geral se voltaram contra o país fornecedor de trigo, quando a atitude justa teria sido que se voltassem contra os brasileiros que, ao negociar o acôrdo, aceitaram a cláusula que viria a prejudicar as populações nacionais. Os próprios jornais argentinos queixam-se agora dessa atitude, o que vem provar a derrota do Itamarati, que querendo a qualquer preço fomentar a amizade argentino-brasileira fomentou apenas uma onda de reação contra um povo vizinho e amigo. Já uma vez o afirmamos, e tornamos a repeti-lo, não pode haver simpatia entre quem impõe e quem cede sem vantagem. O movimento de simpatia para com a Argentina, que se vinha alicerçando há anos, foi prejudicado pelo ato da assinatura do acôrdo argentino-brasileiro, e os únicos culpados disso são os que o assinaram por parte de nosso país.

Depois que o povo brasileiro recebeu, com todo o seu entusiasmo, o chefe do governo chileno, foi com verdadeiro pasmo que leu o texto do acôrdo econômico firmado entre as duas nações. E tôda aquela simpatia, devida ao presidente e ao povo irmão, passou a

ser desconfiança caído em uma armadilha. O texto do acôrdo, que só foi dado a público depois que o presidente Videla deixara nosso território, irritou até mesmo os que não entendem de economia, porque, além de ser altamente lesivo ao Brasil, atenta ainda contra nossa soberania. Passaremos a transcrever os dois parágrafos principais, porque são tão claros que quase dispensam comentário:

“O Governo do Brasil se compromete a não estabelecer usina ou usinas de fabricação de fertilizantes nitrogenados sintéticos, inclusive amoníaco e ácido nítrico sintético.

Compromete-se outrossim o Governo do Brasil a não dar facilidades, nem conceder privilégios ou proteção aduaneira, a quaisquer pessoas de natureza pública ou privada para o estabelecimento de fábricas com o objetivo de que trata o parágrafo acima. Esses compromissos cessarão automaticamente, com aviso imediato à outra parte, desde que qualquer país do continente sul-americano inicie em seu território a fabricação de azoto sintético, ou a construção de usina para êsse fim”.

Representa realmente um atentado contra a soberania do Brasil e obrigação assumida por parte de seu governo de não estabelecer fábricas de determinado produto, e de empregar todos os meios a seu alcance para que os particulares não a façam.

Vejamos agora o que representa para a economia e a defesa nacional a dependência a que nos obrigamos da compra ao exterior do salitre.

O salitre é usado entre nós para a obtenção de compostos nitrogenados que têm as aplicações mais diversas, desde a fabricação da pólvora, até às aplicações à indústria civil, na fabricação de corantes, na indústria de tecidos, na conservação de alimentos e principalmente na fabricação de adubos sintéticos. Esse processo de obtenção do azoto, nitrato de potássio, ácido nítrico, amoníaco, etc., usando como matéria prima o salitre, é, no entanto, obsoleto. A química moderna, conseguiu extrai-los da matéria prima mais abundante em todo o globo terrestre, o ar. Foi assim que os alemães puderam prolongar a guerra de 1914, pois seus químicos, com êsse processo libertaram a Alemanha da

dependência, para fabricação da pólvora, da importação de salitre que não podia então efetuar. Passada a primeira grande guerra, países como os Estados Unidos, que estavam ainda na dependência daquela formação, lançaram-se imediatamente a fabricar o chamado azoto sintético, e, deixaram, assim, de comprar ao exterior o salitre até então usado para êsse fim. A importação americana de salitre do Chile, que fôra no início do século de 300 mil toneladas anuais, desapareceu, e aquele país passou a produzir anualmente um milhão de toneladas, extraindo o produto do próprio ar atmosférico... Acresce a tudo isto que o *preço do produto sintético é igual a um terço do natural...*

No Brasil, só ultimamente voltamos para êsse assunto nossas vistas, e temos, em S. Paulo, em construção, uma grande fábrica para êsse fim, a Nitro-Química, na qual o governo brasileiro já despendeu, segundo se afirma, cêrca de 100 milhões de cruzeiros, pois entrou em entendimento com a firma que a iniciou em vista da importância de assunto para o exército e para a defesa nacional. Essa fábrica, que deverá ser concluída dentro de 18 meses, ficará, pelo acôrdo, proibida de funcionar até que o mesmo caduque, o que só ocorrerá dentro de 3 anos... Impede-se ainda pelo acôrdo aqui comentado que os industriais europeus, que atualmente buscam outros países para desenvolver suas indústrias, venham para o nosso, e nele estabeleçam, com sua experiência já longa no assunto, fábricas dessa natureza, que viriam beneficiar tôda nossa economia, pois, além de contribuírem para a baixa do preço dos tecidos, em razão da baixa do preço dos corantes, teriam a influência mais benéfica sobre nossa lavoura, asfixiada pelo preço exorbitante dos adubos importados, o que a leva à derrubada das matas, na ânsia de buscar azoto. Até mesmo a produção brasileira de algodão será afetada, pois a adubação do solo, que não se pode atualmente levar a efeito em vista do preço dos adubos, permite um rendimento por área infinitamente superior ao atualmente alcançado. E há ainda, muito grave, a situação da fabricação da pólvora, que ficará na dependência das importações do Chile. No dia em que aquele país não puder, por qualquer motivo, enviar o seu

salitre, o Brasil ficará na dependência do estoque existente, que, uma vez exgotado, nos impedirá de fabricar qualquer espécie de explosivo...

E' evidente que o acôrdo funcionando por três anos, poderemos, no fim desse período, se não fôr renovado, recommençar do ponto de partida, mas teremos retardado de três anos a instalação em nosso país de uma indústria indispensável ao desenvolvimento de nossa lavoura, e básica para a defesa nacional e para a indústria... Teremos também perdido a oportunidade, que se nos deparava agora, de aproveitar para nosso desenvolvimento a experiência de técnicos de reconhecida competência que buscam outro campo de ação, e que encontram entre nós um campo praticamente virgem no assunto.

A matéria é de tal relevância que já fôra estudada pelo Conselho Federal de Comércio Exterior, que para isso reuniu uma comissão constituída de representantes das entidades interessadas no assunto, inclusive dos Ministérios da Agricultura, da Fazenda, e do Exército Nacional. Estudado detalhadamente o assunto em volumoso processo, foram levados a Plenário os pontos de vista da Comissão, que foram, exatamente, o contrário do que reza o Acôrdo, isto é, que sejam concedidas tôdas as facilidades aduaneiras para a entrada em nosso território da maquinaria destinada a estabelecer no Brasil fábricas que utilizem o ar atmosférico para a obtenção de compostos nitrogenados; que seja incentivada por todos os meios a instalação dessas fábricas, sendo para tanto aconselhadas facilidade de crédito, proteção fiscal, etc... Esses processos encaminhados à Presidência da República, foi, por ela, encaminhada ao Ministério da Fazenda, que, novamente convocou as autoridades interessadas, que reafirmaram o excepcional interesse da me-

didada, e, finalmente, a informação daquele Ministério foi de que, com o parecer favorável de todos os que foram ouvidos, o assunto fôsse encaminhado ao Poder Legislativo. Estava-se nesse ponto quando o Itamarti aceitou a negação de tudo que fôra declarado de interesse primário para o país, e (contra a opinião unânime de todos os técnicos que integraram a Comissão preliminar para estudar o assunto), assinou o acôrdo que proíbe ao Brasil obter produtos nitrogenados utilizando o ar, obrigando-o a obtê-los através uma importação caríssima...

Se algum de nossos deputados, que serão chamados a opinar sobre mais esse acôrdo absurdo, quizer se documentar sobre a importância da instalação no país de fábricas que visem o aproveitamento do azoto atmosférico, que peça ao Conselho Federal de Comércio Exterior o processo nele existente e onde se estuda até à minúcia a questão. Nele encontrará a opinião de técnicos, inclusive os do exército.

Tudo o que ficou exposto justifica nosso temor de que o Brasil compareça à Conferência de Bogotá, pois, se a ocasião fôr aproveitada para a assinatura também de um tratado econômico entre nosso país e a Colômbia, temos sérios receios de que nossos diplomatas, para não melindrar aquele país, aceitem uma cláusula em que se declare que o Governo do Brasil se obriga a proibir a plantação e a colheita de café em seu território. Haverá depois, aqui no Rio, uma grande festa no Itamarati, com framboezas da França, caviar russo, wiski da Escócia, champagne da colheita de 1901, danças em tórno ao lago, e o Ministério do Exterior estará absolutamente certo de que cumpriu o seu dever não contrariando nossos irmãos colombianos.

Importância Da Adubação Em Hortalicicultura

(Continuação da pág. 40)

hortelões, para o problema da conservação do humus no solo.

O humus desempenha, entre outras, as seguintes funções:

a) favorece a vida dos microorganismos do solo;

b) melhora as condições físicas do solo;

c) estimula uma série de reações químicas que se processam no solo;

d) ajuda a reter certos compostos minerais no solo;

e) regula a temperatura do solo.

A UNIVERSIDADE RURAL

No momento em que se inauguram no quilômetro 47 da Estrada Rio-S. Paulo, as majestosas instalações da Universidade Rural, é oportuno dizer aos nossos leitores o que tem sido a vida pregressa e a atualidade do nosso Instituto federal de ensino superior agrícola.

As notas que se seguem tem, pelos seus característicos históricos e atuais, função de marco nesta nova fase do ensino oficial da agronomia no país. Por ela veremos o caminho percorrido, o ponto justo em que nos encontramos e o futuro que o aguarda.

Façamos votos para que, ao lado da grandiosidade material, e da competência dos professores, não falem à Universidade Rural os meios de manter aparelhados e em pleno funcionamento os seus gabinetes, os seus laboratórios e os seus campos de demonstração e experiência.

NOTAS INFORMATIVAS SOBRE A UNIVERSIDADE RURAL (*)

1. Período inicial da antiga Escola Superior de Agricultura e Medicina Veterinária — E.S.A.M.V. (1913-1933).

a) criação:

Com o Decreto n.º 8.319, de 20-10-1910, sancionado pelo então Presidente da República, Dr. Nilo Peçanha, e pelo Ministro da Agricultura, Dr. Rodolfo Nogueira da Rocha Miranda, foi criada a E.S.A.M.V. e ficaram estabelecidas as bases fundamentais do ensino agrônomico no Brasil.

b) fixação de sede:

O Decreto n.º 8.970, de 14-9-1911, fixou a sede da E.S.A.M.V. no antigo Palácio do Duque de Saxe, à rua General Canabarro, onde permaneceu por três anos, no local em que hoje funciona a Escola Técnica Nacional do Ministério da Educação e Saúde, no Distrito Federal.

c) inauguração oficial:

Sendo Presidente da República o Marechal Hermes Rodrigues da Fonseca e Ministro da Agricultura o Dr. Pedro de Toledo, em homenagem aos Estados Unidos da América, o Governo do Brasil escolheu a data da Independência daquela Nação amiga para realização do ato inaugural da E.S.A.M.V.

Dessa forma, em 4-7-1913, com a presença do Ministro Pedro de Toledo, do Embaixador Edwin Morgan, de Professores, alunos e demais autoridades públicas realizou-se a solenidade de instalação, que consistiu na abertura do Curso Fundamental comum aos estudantes de agronomia e veterinária, visita aos gabinetes e laboratórios e colocação de uma placa de bronze alusiva ao ato.

Do discurso proferido pelo Diretor da E. S. M. V., agrônomo Gustavo Pereira D'Utra, vale rememorar a seguinte passagem alusiva à data escolhida para a solenidade inaugural:

"Sim, senhores! aquela data foi duplamente resplendente, porque se aqui nesta grande porção meridional da América, marcou o início de uma grande obra que promete ser fecunda em resultados científicos e práticos da maior relevância, por isso que eles redundarão — a fé que sim — em benefício das nossas fontes de produção, melhorando em próximo futuro a nossa situação econômica e contribuirão, consequentemente, para a progressividade moral e material do nosso bem amado país, lá na imensa, quase infinda, região setentrional, rememorou, ainda uma vez, por entre hinos de glória inarcecível, o valeroso e celebrado feito da Independência de uma grande e poderosa Nação amiga, cujos profícuos e cujos estupendos e irrealizáveis progressos, realizados em todas as províncias da atividade humana, são os exemplos mais sugestivos, os ensinamentos mais edificantes e os modelos mais admiráveis e fascinantes que ainda deslumbraram o mundo através dos séculos."

d) primeira transferência de sede:

Com o Decreto n.º 12.012, de 20-3-1916, foi a E.S.A.M.V. transferida de sua sede no Distrito Federal para a localidade de Pinheiros (Estado do Rio de Janeiro), onde permaneceu dois anos, absorvendo a Escola Média de Agricultura (teórico-prática) ali em funcionamento, para a qual já havia sido transferida em 1914, a antiga Escola Agrícola da Bahia.

e) primeiros profissionais diplomados:

As duas primeiras turmas de profissionais de agronomia e de veterinária diplomados pela E.S.A.M.V. foram as seguintes:

I) Engenheiros Agrônomos (1916):

- Professor Catedrático Alcides de Oliveira Franco, atual Diretor da Escola Nacional de Agronomia;
- Agrônomo Ecologista Ademar Lopes da Cruz, atual Diretor do Serviço de Expansão do Trigo.

II) Médicos e Veterinários (1917):

- Zootecnista Antônio Teixeira Vianna, atual Inspetor-chefe da Inspetoria Regional de Fomento da Produção Animal em São Carlos (Estado de S. Paulo);
- Jorge de Sá Earp (falecido);
- Professor Catedrático Moacyr Alves de Souza da Escola Nacional de Veterinária;

(*) Organizados pelo Prof. Waldemar Raythe, Diretor do C. N. E. P. A.

— Veterinário Sanitarista Taylor Ribeiro de Melo, atual Superintendente-substituto da Superintendência do Ensino Agrícola e Veterinário.

f) segunda transferência de sede:

Com o Decreto n.º 12.894, de 28-2-1918, foi a E.S.A.M.V. transferida para dependências do Horto Botânico de Niterói, à Alameda São Boaventura, no bairro do Fonseca, no Estado do Rio de Janeiro, onde permaneceu por oito anos.

g) curso de química industrial:

O Decreto n.º 14.120, de 29-3-1920, que aprovou o Regulamento da E.S.A.M.V., instituiu, também, o Curso de Química Industrial, anexo a Escola, cuja primeira turma diplomou-se em 1920 e era constituída dos seguintes profissionais:

- I) Químico Agrícola Arnaldo Augusto Addor, do Instituto de Química Agrícola;
- II) Professor Catedrático Ata'iba Le-page da Escola Nacional de Química;
- III) Ida de Oliveira Ramos (falecida);
- IV) Jayme Marcillac (falecido);
- V) José Maria Vila Lobos (falecido);
- VI) José Debaux Leão, industrial de açúcar em Alagôas;
- VII) Ladário de Carvalho, atual Chefe de Divisão do Departamento Federal de Compras;
- VIII) Odoacre Romano (ausente do país);
- IX) Pedro Lins Prado, Químico da Ins-petoria de Produtos de Origem Animal de São Paulo (Estado de São Paulo).

h) terceira transferência de sede:

Com o Decreto n., 17.768, de 12-4-1927, foi a E.S.A.M.V. transferida de Niterói para a Avenida Pasteur n.º 404, na Praia Vermelha (Distrito Federal), onde permanece até à presente data.

i) número de profissionais diplomados:

Foram diplomados pela antiga E. S. A. M. V., nos seus 21 (vinte e um) anos de existência, os 378 (trezentos e setenta e oito) profissionais abaixo discriminados:

I) engenheiros agrônomos ..	154
II) médicos veterinários	119
III) químicos industriais	105

j) produção científica:

O valioso acervo da contribuição científica e técnica dos Professores Catedráticos da E.S.A.M.V. está consubstanciado nos dez volumes que constituem os seus Arquivos, publicados de 1917 a 1933.

2. Período de autonomia da Escola Nacional de Agronomia — E.N.A. (1934-1943).

a) criação:

Com os decretos ns. 23.857 e 23.858, de 28-2-1934 e 23.016, de 28-7-1933, foram os cursos de agronomia, veterinária e química industrial da antiga E.S.A.M.V. transformados nas atuais escolas padrões:

- I) Escola Nacional de Agronomia subordinada ao Departamento Nacional da Produção Vegetal;
- II) Escola Nacional de Veterinária subordinada ao Departamento Nacional da Produção Animal;
- III) Escola Nacional de Química subordinada ao Departamento Nacional da Produção Mineral.

As duas primeiras permaneceram no Ministério da Agricultura e a última foi transferida para o Ministério da Educação e Saúde em 1934.

b) cursos de aperfeiçoamento e especialização:

Com o Decreto-lei n.º 1.514, de 16-8-1939, foram criados, no Ministério da Agricultura, cursos de aperfeiçoamento e especialização indispensáveis ao ingresso nas carreiras especializadas integrantes do Quadro Único do referido Ministério, sob as vistas de um Coordenador.

De acordo com o Decreto n.º 4.530, de 16-8-1939, os citados cursos passaram a funcionar subordinados a E.N.A. e nesse caráter ali permanecendo até fevereiro de 1942, quando passaram a ter diretoria subordinada ao Centro Nacional de Ensino e Pesquisas Agrônomicas e a dispor de organização técnico-administrativa própria.

c) número de profissionais diplomados:

Nos 10 (dez) anos que decorreram (1934-1943), antes que a E.N.A. passasse a constituir um dos órgãos da Universidade Rural foram por ela diplomados os profissionais abaixo discriminados:

I) Curso Normal:	
— agrônomos	154
II) Cursos Regulares:	
— agrônomos biólogos ..	1
— agrônomos ecologistas ...	9
— agrônomos do ensino agr.	3
— agrôn. fitossanitaristas ..	7
— enologistas	3
— zootecnicistas	6
— biólogos (veterinários)	10
— técnicos em caça e pesca..	4
	<hr/>
	Total 43
	<hr/>
	Total 197

d) produção científica:

Nesses primeiros dez anos de sua existência a E.N.A. experimentou uma grande melhoria nas instalações e equipamento de seus gabinetes e laboratórios e sua notável produção técnico-científica consta:

- I) de seus três Boletins publicados em 1938 a 1942;
 - II) da publicação de sua Série Didática assim discriminada:
 - 1.º a 4.º Tomos (1939-1943), de Insetos do Brasil, do Prof. Angelo Moreira da Costa Lima, obra de renome mundial;
 - Elementos de Físico - Química (1938), do Prof. Arthur do Prado obra de uso corrente nas escolas superiores do país.
 - III) da publicação do Terceiro Catálogo dos Insetos que vivem nas plantas do Brasil (1936), do Prof. Angelo Moreira da Costa Lima.
3. Período de autonomia da Escola Nacional de Veterinária — E.N.V. (1934-1943)

a) número de profissionais diplomados:

Nos dez anos que decorreram de 1934 a 1943, antes que a E.N.V. passasse a integrar a Universidade Rural foram por ela diplomados 223 (duzentos e vinte e três) veterinários

4. Período de autonomia dos Cursos de Aperfeiçoamento e Especialização — C.A.E. (1942-1943).

a) reorganização:

Com o Decreto-lei n.º 4.083, de 4-2-942 e o Decreto n.º 8.741, de 11-2-1943, os Cursos de Aperfeiçoamento e Especialização foram reorganizados de forma a promover a ministração multiforme do ensino agrícola e veterinário sob duas formas distintas, a saber:

- I) os regulares, que asseguram um duplo objetivo:
 - são indispensáveis ao preparo de ocupantes de cargos das carreiras gerais de agrônomos, veterinários e químicos industriais, para ingresso nas carreiras especializadas integrantes do Quadro Permanente do Ministério da Agricultura;
 - são facultativos para os técnicos federais, estaduais e municipais servidores públicos ou não, satisfazendo determinadas exigências regulamentares;
- II) os avulsos, organizados de forma a abranger quaisquer assuntos de interesse do Ministério da Agricultura

b) número de habilitados:

Nos dois anos decorridos (1942 e 1943) antes que os C.A.E. passassem a integral a

Universidade Rural, foram concedidos os certificados de habilitação nos cursos abaixo mencionados:

I) Regulares:

— agrônomos biólogos	4
— " fitossanitaristas	5
— " do fomento agrícola	6
— " fruticultores	2
— " ecologistas	2
— " do ensino agrícola	3
— " de plantas têxteis	1
— " silvicultores	2
— biólogos (veterinários e químicos industriais)	9
— enólogos	6
— zootecnistas	2
— inspetores de produtos de origem animal	9
— veterinários sanitaristas	9
— disciplinas isoladas	1
	61

II) Avulsos:

— veículos e motores a gasogênio	1.096
— meteorologia para observadores	18
— topografia para engenheiros	2
— matemática aplicada à química	27
— língua inglesa	88
— cirurgia veterinária de guerra	10
— enfermagem veterinária	17
— inspeção sanitária e indústria de laticínios	20
— inseminação artificial	12
— previsão de tempo	7
— sericicultura	42

Total 1.339

Total 1.400

c) produção técnico-científica:

A produção técnico-científica dos C.A.E. nesses dois anos de seu funcionamento (1942-1943) consistiu:

- I) na publicação de 1 (um) Boletim contendo trabalhos de seus professores;
- II) na realização de 3 (três) cursos de conferências assim discriminadas:
 - pelo Prof. A. F. Camp. da Universidade de Florida, sobre o tema "Novos conceitos sobre a nutrição das plantas cítricas e a possibilidade de sua aplicação ao Brasil";
 - pelo Prof. Th. Dobzhansky, da Universidade de Columbia, sobre o tema "Mecanismo da evolução e origem das espécies";
 - pelo Dr. Karl Sibberschmidt do Instituto Biológico de São Paulo, sobre o tema "Virose nas plantas".

5. Universidade Rural — U. R. (1944-1947).

a) criação:

Com o Decreto-lei n.º 6.155, de 30-12-943 mais tarde regulamentado pelo Dec. n.º 16.787

de 11-10-1944, foi criada a Universidade Rural, com a seguinte constituição:

- I) Escola Nacional de Agronomia
- II) Escola Nacional de Veterinária
- III) Cursos de Aperfeiçoamento, Especialização e Extensão
- IV) Serviço Escolar:
 - Seção de Atividades Curriculares
 - Serviço de Atividades Extracurriculares
 - Seção de Orientação Profissional
 - Zeladoria
- V) Serviço de Desportos
- VI) Turma de Administração
- VII) Conselho Universitário.

b) número de diplomados ou habilitados nos vários cursos:

I) Normal de Agronomia:	
— agrônomos ou engenheiros agrônomos	79
II) Normal de Veterinária:	
— veterinários ou médicos veterinários	30
III) Cursos Regulares:	
— agrônomos biólogos	1
— " fitossanitaristas	13
— " do fomento agric.	4
— " de plantas têxteis	3
— " silvicultores	7
— " ecologistas	2
— economistas rurais	15
— enologistas	5
— inspetores de produtos de origem animal	2
— químicos agrícolas	4
— técnicos em caça e pesca	4
— técnicos de educação rural	24
— veterinários sanitários	1
— zootecnistas	6
Total	93
IV) Cursos Avulsos:	
— apicultura	21
— aradores e tratoristas	48
— assistente de economia rural	11
— auxiliar de caça e pesca	8
— auxiliar de zoologia	21
— avicultura	9
— botânica sistemática	16
— botânica (técnico)	21
— botânica (popular)	22
— classificador e avaliador de quartzo e mica	18
— classificador de produtos de origem animal e vegetal	16
— cirurgia veterin. de guerra	16
— documentação e divulgação agrícola	7
— enfermagem veterinária	11
— entomotaxia	7
— fisiologia do metabolismo vegetal	4
— fruticultura (multiplicação vegetal)	4
— fruticultura (organização de pomares)	83

— horticultura	59
— inseminação artificial (técnico)	25
— inseminação artificial (prático)	60
— inspeção sanitária e indústria de laticínios	17
— língua inglesa	171
— matemática superior	8
— meteorologia para inspetores	14
— mineralogia	12
— práticos rurais	23
— previsão de tempo	6
— reflorestadores	34
— revisão do programa do curso de habilitação na U.R.	93
— sericicultura	141
— sondagem com radiograma	10
— técnica de laboratório (física e química)	77
— técnica de laboratório (fitopatologia)	8
— veculos e motores a gazogênio	399

Total 1.549

Total dos vários cursos 1.751

c) produção técnico-científica:

Dando prosseguimento aos trabalhos que já vinham sendo realizados pelas instituições de ensino que passaram a compor a U. R. sua produção técnico-científica pode ser discriminada da seguinte forma:

- I) Escola Nacional de Agronomia com a publicação de sua Série Didática:
 - do 5.º Tomo de Insetos do Brasil (1945), do Prof. Angelo Moreira da Costa Lima;
 - do 1.º Tomo — Cálculo Diferencial — da obra "O cálculo infinitesimal e algumas das suas inúmeráveis aplicações", do Prof. Plínio de Almeida Magalhães, de uso corrente nas escolas superiores do país;
 - da obra "Introdução à Zootecnia" do Prof. Octávio Domingues, de uso corrente nas escolas superiores de agronomia e veterinária do país;
- II) Cursos de Aperfeiçoamento, Especialização e Extensão:
 - com a publicação de dois Boletins (1944), contendo trabalhos dos professores;
 - com a realização de 9 (nove) cursos de conferências e demonstrações práticas abaixo discriminados:
 - pelo químico industrial José Setzer, do Instituto Agrônomico de Campinas, sobre o tema "Trabalhos agrogeológicos no Estado de São Paulo";
 - pelo agrônomo Agésilau Bittencourt, do Instituto Biológico de

São Paulo, sobre os temas "Os princípios de estatística aplicada à patologia vegetal" (1944) e "Genética de microorganismos" (1945);

- pelo Prof. P. G. Brieger, da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, de Piracicaba sobre o tema "Melhoramento de plantas cultivadas e métodos modernos de experimentação";
- pelo Prof. Gustavo Spangenberg, da Faculdade de Agronomia da Universidade de Montevideo, sobre o tema "Pastagens e problemas forrageiros no Uruguai";
- pelo Prof. Felix Rawitscher, da Faculdade de Filosofia da Universidade de São Paulo, sobre o tema "A ecologia vegetal";
- pelo Prof. Werther Duque Estrada Bastos, da Faculdade de Universidade do Brasil, sobre o tema "Anatomia e fisiologia do sistema nervoso";
- pelo Prof. Walter Carter, Chefe do Departamento de Entomologia do Instituto de Pesquisas de Abacaxi de Hawaii, sobre o tema "Moléstias de virus transmissíveis por insetos";
- pelo Prof. F. G. Gustafson, da Michigan, sobre o tema "Fisiologia vegetal".

d) corpos docentes:

Em maio do corrente ano a situação dos corpos docentes das três instituições de ensino da U. R. era a seguinte:

1) Escola Nacional de Agronomia:

- 1.^a cadeira: Matemática: geometria analítica e cálculo:
Professor catedrático: engenheiro Plínio de Almeida Magalhães
Assistente: agrônomo Deblangy Machado de Almeida, interinamente no exercício da cátedra;
- 2.^a cadeira: Física agrícola:
Professor catedrático: vago
Assistentes: agrônomos Aurélio Augusto Rocha, interinamente no exercício da cátedra, e Geraldo Teixeira de Abreu;
- 3.^a cadeira: Geologia agrícola: geologia, mineralogia e agrologia:
Professor catedrático: agrônomo Alcides de Oliveira Franco
Assistente: agrônomo Petezval de Oliveira e Cruz Lemos, interinamente no exercício da cátedra.
- 4.^a cadeira: Química analítica:
Professor catedrático: químico industrial Coriolano Pereira José da Silva
Assistente: agrônomo José Horácio da Silva Bernardo.
- 5.^a cadeira: Química orgânica e tecnologia rural:

Professor catedrático: Dr. Othon Drumond Furtado de Mendonça
Assistentes: químico industrial Leopoldo M. Gueloti Filho, interinamente no exercício da cátedra, e agrônomo Fausto Aita Gai;

6.^a cadeira: Química agrícola:

Professor catedrático: agrônomo Antônio Barreto

Assistentes: agrônomos Heitor Ibirá Gonçalves e Roberto Alvahydo.

— 7.^a cadeira: Botânica agrícola: anatomia, fisiologia e sistemática:

Professor catedrático: agrônomo Honório da Costa Monteiro Filho

Assistentes: agrônomos José da Cruz Paixão e Rubens Pinto Bravo Limoeiro.

— 8.^a cadeira: Zoologia agrícola: zoologia geral, anatomia e fisiologia dos animais domésticos:

Professor catedrático: Dr. Cândido Firmino de Mello Leitão

Assistentes: agrônomos Moacyr Witheraker Cohn e José Paulo de Mattos

— 9.^a cadeira: Entomologia e parasitologia agrícolas:

Professor catedrático: Dr. Angelo Moreira da Costa Lima

Assistentes: agrônomos José Aguiar Guimarães e José Hercio Carneiro Ribeiro.

— 10.^a cadeira: Fitopatologia e microbiologia agrícola:

Professor catedrático: agrônomo Heitor Vinicius da Silveira Grillo

Assistentes: agrônomo Verlande Duarte Silveira, interinamente no exercício da cátedra, e 1 (um) vago.

— 11.^a cadeira: Mecânica agrícola: máquinas e motores agrícolas:

Professor catedrático: agrônomo Arquemedes de Lima Câmara

Assistente: agrônomo José Lima Filho.

— 12.^a cadeira: Agricultura geral e genética vegetal:

Professor catedrático: agrônomo Arthur Eugênio Magarinos Torres Filho

Assistentes: agrônomos Alfredo Cesar do Nascimento Filho, interinamente no exercício da cátedra, e Julio Fraga de Campos.

— 13.^a cadeira: Agricultura e genética especializadas:

Professor catedrático: agrônomo João Cândido Ferreira Filho

Assistente: Agrônomo Walter Francisco da Costa.

— 14.^a cadeira: Horticultura e silvicultura:

Professor catedrático: agrônomo Luiz Carvalho Araujo

Assistente: vago.

— 15.^a cadeira: Zootecnia: exterior e raças, zootecnia geral e genética animal:

Assistente: agrônomo Ernesto Vater Faria.

- 16.^a cadeira: Zootecnia especializada: criação, alimentação e higiene:
Assistentes: agrônomos Jorge de Mello Sabugoza, interinamente no exercício da cátedra, e 1 (um) vago.
- 17.^a cadeira: Engenharia rural: topografia, hidráulica agrícola, construções rurais, desenho topográfico, de estradas e de construções rurais:
Professor catedrático: engenheiro Roberto David de Sanson
Assistentes: agrônomos Euclides Janot de Mattos e Olegário Ramos.
- 18.^a cadeira: Economia rural: economia, legislação e contabilidade agrícolas:
Professor catedrático: Dr. Mário Guédés
Assistente: agrônomo Rômulo Cavina.
- Aula: Desenho de aguadas, perspectiva e sombras:
Professor catedrático: engenheiro Thomaz Cavalcanti de Gusmão
Assistente: agrônomo Ewaldo Abranches dos Santos.

II) Escola Nacional de Veterinária:

- 1.^a cadeira: Química orgânica e biológica:
Professor catedrático: Dr. Renato Guimarães de Souza Lopes
Assistente: veterinário Sigismundo Carlos de Andrade.
- 2.^a cadeira: Fisiologia dos animais domésticos:
Professor catedrático: veterinário Antônio Benjamim Barreiros Terra
Assistente: veterinário Aloysio Ferrari da Silva.
- 3.^a cadeira: Anatomia dos animais domésticos:
Professor catedrático: veterinário Thomaz da Rocha Lagôa
Professor catedrático: interino Wether Santos Duque Estrada Bastos
Assistente: veterinário Rodolfo Novelli.
- 4.^a cadeira: Histologia e embriologia:
Professor catedrático: Dr. José de Moura Moniz
Assistente: veterinário José Antunes
- 5.^a cadeira: Zoologia médica, parasitologia e doenças parasitárias:
Professor catedrático: veterinário Hugo de Souza Lopes
Assistente: veterinário Domingos Artur Machado Filho.
- 6.^a cadeira: Patologia Geral e Semiólogia:
Professor catedrático: veterinário Jadyr Vogel
Assistente: vago.
- 7.^a cadeira: Anatomia patológica e técnica de necropsias:
Professor catedrático: veterinário Paulo Dacorso Filho
Professor catedrático, interino: veterinário Márcio Octávio Agnese
- Assistente: veterinário Jeferson Andrade dos Santos.
- 8.^a cadeira: Microbiologia e imunologia:
Professor catedrático: veterinário Vicente Leite Xavier
Assistente: vago.
- 9.^a cadeira: Higiene veterinária e rural e alimentação dos animais domésticos:
Professor catedrático: Dr. Eutychio Leal
Assistente: veterinário Júlio de Carvalho Ferreira.
- 10.^a cadeira: Doenças infecto-contagiosas e parasitárias dos animais domésticos, polícia sanitária, clínica:
Professor catedrático: veterinário Moacyr Alves de Souza
Assistente: veterinário Sofia D'Albriex.
- 11.^a cadeira: Zootecnia geral: genética animal e exterior dos animais domésticos:
Professor catedrático: agrônomo Raul Briget Junior.
- 12.^a cadeira: Terapêutica, farmacodinâmica, toxicologia e arte de formular:
Professor catedrático: Dr. Artidonio Pamplona
Assistente: veterinário Eugênio Augusto Wandek Filho.
- 13.^a cadeira: Patologia e clínica cirúrgica, obstetrícia:
Professor catedrático: veterinário Leon Monteiro Wilwerth
Assistente: veterinário Antônio Protásio Pereira.
- 14.^a cadeira: Zootecnia especial:
Professor catedrático: veterinário Guilherme Edelberto Hermsdorff
Assistentes: veterinários Newton Guimarães Alves, interinamente no exercício da cátedra e Antônio Ribeir Junqueira.
- 15.^a cadeira: Patologia e clínica médica dos animais domésticos:
Professor catedrático: veterinário Octávio Dupont
Assistente: veterinário Iderzio Luiz Vianna.
- 16.^a cadeira: Indústria e inspeção dos produtos de origem animal:
Professor catedrático: Dr. Franklin de Almeida
Assistente: veterinário Franklin Washington de Almeida Netto.

III) Cursos de Aperfeiçoamento, Especialização e Extensão:

- Cursos regulares de aperfeiçoamento e especialização:
 - Disciplina I: Administração escolar e ensino agrícola e veterinário:
Professor: agrônomo Newton de Castro Belleza

- **Disciplina II:** Ampelografia (biologia e sistemática da videira):
Professor: agrônomo Manoel Mendes da Fonseca;
- **Disciplina V:** Apicultura:
Professor: agrônomo Flávio Mesquita;
- **Disciplina VI:** Avicultura, criação, alimentação e doenças das aves e coelhos; industrialização e comércio avícolas:
Professor: agrônomo Augusto Parizot de Gusmão;
- **Disciplina VIII:** Biologia geral:
Professor: Dr. Cândido Firmino de Mello Leitão Junior e veterinário Hugo de Souza Lopes;
- **Disciplina IX:** Botânica:
Professor: agrônomo Honório da Costa Monteiro Filho
Assistente: agrônomos Rubem Pinto Bravo Limoeiro e José Lobão Guimarães;
- **Disciplina X:** Cafeicultura:
Professor: agrônomo Raymundo Martins da Silva;
- **Disciplina XIV:** Cultura de plantas forrageiras:
Professor: agrônomo Balthazar de Aroeira Neves;
- **Disciplina XV:** Cultura de plantas têxteis:
Professor: agrônomo Cynéa Lima Guimarães;
- **Disciplina XVI:** Culturas especiais:
Professores: agrônomos João Cândido Ferreira Filho e Adriano Caminha Filho
Assistente: agrônomo Walter Francisco da Costa;
- **Disciplina XX:** Economia rural:
Professor: agrônomo Nelson Dantas Maciel;
- **Disciplina XXI:** Enologia:
Professor: químico industrial Alfredo Augusto Borges;
- **Disciplina XXIII:** Entomologia agrícola:
Professor: químico industrial Alfredo Augusto Borges;
- **Disciplina XXIII:** Entomologia agrícola:
Professor: Dr. Angelo Moreira da Costa Lima
Assistente: agrônomo José Aguiar Guimarães;
- **Disciplina XXIV:** Estatística:
Professor: agrônomo Jefferson Firth Rangel;
- **Disciplina XXV:** Físico-química:
Professor: engenheiro Arthur do Prado
Assistente: agrônomo Geraldo Teixeira de Abreu;
- **Disciplina XXVIII:** Pitopatologia:
Professor: agrônomo Duarte Silveira;
- **Disciplina XXX:** Genética:
Professor: agrônomo Alfredo Cezar Nascimento Filho;
- **Disciplina XXXI:** Geologia e solos:
Professor: agrônomo Alcides de Oliveira Franco
Assistente: agrônomo Petezval de Oliveira e Cruz Lemos;
- **Disciplina XXXIV:** Imunologia:
Professor: veterinário Américo de Souza Braga;
- **Disciplina XXXV:** Inseticidas e fungicidas:
Professor: químicos industriais Abelardo Leite de Rigueiredo Araujo e Taygoara Fleury de Amorim;
- **Disciplina XXXVI:** Legislação fitossanitária:
Professor: agrônomo Ulysses Cavalcanti de Mello;
- **Disciplina XXXVII:** Máquinas e motores agrícolas:
Professor agrônomo Bernardino Bruno
Assistente: agrônomo Gastão da Costa Pinheiro;
- **Disciplina XL:** Microbiologia geral e determinativa:
Professor: veterinário Vicente Leite Xavier;
- **Disciplina XLV:** Prática de ensino (didática):
Professor: agrônomo Frederico Murtinho Braga;
- **Disciplina XLVI:** Psicologia educacional:
Professor: Dra. Edith Ramos;
- **Disciplina XLVII:** Publicidade e propaganda agrícola:
Professor: agrônomo José Soares Brandão Filho;
- **Disciplina XLVIII:** Química agrícola:
Professor: agrônomo Antônio Barreto
Assistente: agrônomo Heitor Ibirá Gonçalves;
- **Disciplina XLIX:** Química analítica aplicada:
Professor: farmacêutico José Sampaio Fernandes;
- **Disciplina L:** Química orgânica e biológica:
Professor: veterinário Antônio Benjamim Barreiros Terra;
- **Disciplina LI:** Sericultura: cultura de amoreira, biologia e criação do bicho da seda, industrialização do casulo:
Professor: agrônomo Cesar Ceará;
- **Disciplina LII:** Silvicultura:
Professor: agrônomo Luiz Carvalho Araujo;

- **Disciplina LIV:** Sociologia educacional:
Professor: Dr. Augusto Cesar Veiga;
 - **Disciplina LV:** Tecnologia e classificação comercial dos textos vegetais:
Professor: agrônomo Okiro de Senna Braga;
 - **Disciplina LVI:** Tecnologia florestal:
Professores: Dr. Fernando Romano Milanez e agrônomo Djalma Guilherme de Almeida
Assistente: Dr. Armando de Mattos Filho;
 - **Disciplina LVII:** Tecnologia industrial aplicada:
Professor: agrônomo Paulo Ferreira de Souza;
 - **Disciplina LIX:** Tecnologia e inspeção de carnes e derivados ovos e derivados:
Professor: Dr. Franklin de Almeida;
 - **Disciplina LX:** Viticultura:
Professor: agrônomo Childerico Beviláqua;
 - **Disciplina LXII:** Zootecnia especializada: criação, alimentação e higiene dos animais domésticos:
Professor: agrônomo Jorge de Mello Sabugoza;
 - **Disciplina LXIII:** Zootecnia geral e genética animal:
Professor: agrônomo Octávio Domingues Carneiro;
 - **Disciplina s/n:** Economia e sociologia rurais:
Professor: agrônomo João Gonçalves de Souza;
 - **Disciplina s/n:** Técnica de fomento da produção agrícola:
Professor: Kurt Repsold;
 - **Disciplina s/n:** Inspeção de gado vivo, doenças dos animais produtores de carne e leite:
Professor: veterinário Moacyr Alves de Souza;
 - **Disciplina s/n:** Química Aplicada:
Professor: farmacêutico José Sampaio Fernandes;
 - **Disciplina s/n:** Tecnologia e inspeção de leite e derivados mel e cêra de abelhas
Professor: veterinário João Sampaio Filho;
 - **Disciplina s/n:** Microbiologia aplicada:
Professor: Dr. José Barbosa da Cunha
 - **Cursos avulsos de natureza técnica ou prática:**
 - **Apicultura:**
Professor: agrônomo Pedro Luiz Van Toll Filho
Assistente: Celso Didier
 - **Auxiliar de zoologia:**
Professor: Dr. Aloysio Calheiros da Grama de Melo Leitao
Assistente: Clodoaldo Pereira Devoto
 - **Avicultura:**
Professor: agrônomo Fernandes Ribeiro Gomes
Assistente: agrônomo Raymundo da Silveira
 - **Fruticultura** (multiplicação vegetal):
Professores: agrônomos Geraldo Goulart da Silveira e Carlos Henrique Reininger
 - **Horticultura:**
Professores: agrônomos Geraldo Goulart da Silveira, Carlos Henrique Reininger e Subael Magalhães da Silva e Pedro Goulart da Silveira Filho
 - **Inseminação artificial:**
Professor: veterinário João Ferreira Barreto
Assistente: veterinário Lincoln Gripp de Moraes
 - **Inspetor de crédito agrícola:**
Professores: Drs. Sebastião Sant'Ana e Silva, Sebastião Machado e agrônomo Rômulo Cavina
Assistentes: Júlio Campos e José Etrog
 - **Revisão do Programa de concurso para a carreira de Naturalista do Jardim Botânico:**
Professores: Drs. João Geraldo Kuhlmann e Fernando Romano Milanez
Assistente: agrônomos José da Paixão e Raul Dodsworth Machado, e Dr. Alexandre Curt Brade
 - **Técnica de laboratório** (física e química)
Assistente: agrônomo Roberto AlvaHydo e Geraldo Teixeira de Abreu;
- e) corpos discentes:
- I) número de alunos:
- O número de alunos das três instituições de ensino que integram a U. R. estão distribuídos pelos quatro cursos, nos anos de 1944 a 1946, da seguinte forma:

Natureza do curso	N.º de alunos por ano		
	1944	1945	1946
Normal de agrônomos ..	137	143	128
Normal de veterinário ..	43	54	62
Regular de Aperfeiçoamento e Especialização	54	80	112
Avulso (técnico ou prático)	877	1.068	913
TOTAL	1.111	1.345	1.215

II) bolsas de estudo:

Segundo um plano setenal, iniciado em 1945, mediante indicação dos Governos dos Estados, da União Metropolitana de Estudantes e dos Diretórios Acadêmicos das Escolas Nacional de Agronomia e Nacional de Veterinária, são concedidas bolsas de estudo a estudantes matriculados nestas duas últimas instituições, na importância de Cr\$ 6.000,00 (seis mil cruzeiros) anuais, pagáveis à razão de Cr\$ 500,00 (quinhentos cruzeiros), e que se encontram em situação financeira menos favorável e tenham satisfeito determinadas exigências de aproveitamento. Nessas condições, em 1946, de acôrdo com a descrição a seguir foram concedidas as seguintes bolsas:

Governos Estaduais	E.N.A.	E.N.V.	Total
Alagôas	—	3	3
Bahia	1	—	1
Espírito Santo	—	1	1
Goiás	—	1	1
Maranhão	1	—	1
Pará	1	—	1
Pernambuco	4	—	4
Piauí	—	1	1
Rio de Janeiro	2	—	2
Rio Grande do Sul	1	1	2
Santa Catarina	—	1	1
Sergipe	—	3	3
Território do Amapá	1	—	1
Total	12	13	25
União Metropolitana de Estudantes ..	8	20	28
Diretórios Acadêmicos	52	19	71
Total	72	52	124

III) alunos monitores:

Afim de auxiliar os trabalhos dos professores Catedráticos e Assistentes, realizados nos gabinetes e laboratórios de várias cadeiras existem 14 (quatorze) funções de extranumerários mensalis-tas na Tabela Numérica Ordinária da Escola Nacional de Agronomia e 5 (cinco) na Escola Nacional de Veterinária. O salário mensal dos Monitores é de Cr\$ 950,00 (novecentos e cinquenta cruzeiros) e o provimento dessa função se faz mediante proposta e livre escolha do Professor entre os alunos matriculados nas duas Escolas referidas.

IV) vantagens aos alunos dos cursos de aperfeiçoamento, especialização e extensão:

— cursos regulares — aos servidores do Ministério, lotados em repartições situadas fora do Distrito Fede-

ral que se matriculam nesses cursos e e assegurado direito a passagem de ida e volta, para os mesmos e suas famílias e a uma ajuda de custo, no início e no fim dos cursos;

— cursos avulsos — aos alunos do curso de inspeção sanitária e indústria de laticínios, realizado na Escola de Laticínios Cândido Tostes, em Juiz de Fora (Minas Gerais) e do curso de inseminação Artificial, que funciona no Instituto de Biologia Animal, Estação Experimental em Leopoldo (Distrito Federal) quando servidores do Ministério da Agricultura, e assegurado direito a diárias e a uma ajuda de custo;

V) prêmio de viagem ao estrangeiro:

Aos alunos que tenham obtido primeiro lugar nos diversos cursos regulares de aperfeiçoamento e especialização cingere o Ministério da Agricultura 5 (cinco) prêmios anuais de viagem ao estrangeiro, por período não superior a 18 (dezoito) meses, ficando assegurado aos beneficiários quando servidores do Ministério, o direito à percepção integral dos vencimentos, passagem de ida e volta, gratificação de representação calculada de acôrdo com o custo da vida no país escolhido, a contagem de tempo, como em efetivo exercício e, quando casados e acompanhados da família a passagem de ida e volta para ela e um acréscimo de 50 por cento na gratificação de representação;

VI) diretórios acadêmicos:

Os Diretórios Acadêmicos da E.N.A. e da E.N.V. desempenham relevante tarefa de assistência curricular e extra-curricular aos alunos das citadas Escolas, dentre elas sobrelevando as seguintes:

- manutenção das duas excelentes revistas estudantis intituladas "Agronomia" e "Veterinária", a primeira iniciada em 1911 e contando já 21 (vinte e um) números publicados, e a segunda lançada no corrente ano;
- realização de conferências técnico-científicas, comemorações diversas e especialmente as da semana de aniversário da fundação das duas Escolas em 4 de julho de 1913;
- manutenção de uma cooperativa de consumo para os alunos da Universidade Rural.

Por tais motivos o orçamento vigente consigna uma dotação de Cr\$ 12.000,00 (doze mil cruzeiros), como subvenção aos aludidos Diretórios.

VII) associações atléticas:

Com a assistência do Serviço de Desportos da Universidade Rural, as Asso-

ciações Atléticas Acadêmicas da E.N.A. e da E.N.V. têm contribuído decisivamente para a implantação, desenvolvimento e aprimoramento das salutar práticas desportivas entre os discentes de que convém salientar os seguintes fatos ou feitos:

- em 1943 a E.N.A. sagrou-se vencedora da Taça das Américas, prova máxima do remo universitário do Distrito Federal;
- em 1944 a guarnição vencedora do campeonato universitário brasileiro de remo, dois com patrão, estava integrada por dois anos da E.N.V.;
- ainda em 1944 foi a E.N.A. campeã universitária carioca de volebol e vice-campeã de atletismo, tennis e tiro ao alvo; enquanto que a E.N.V. foi a vencedora da prova clássica de remo Imprensa Carioca;
- em 1945 foi a E.N.A. campeã individual de tiro ao alvo e vice-campeã de atletismo e tennis; enquanto que a E.N.V. sagrava-se, pela segunda vez vencedora da prova clássica de remo "Imprensa Carioca";
- em 1946 colocou-se a E.N.A. em terceiro lugar em futebol, competindo pela primeira vez em esgrima, logrando o 4.º lugar, enquanto que a E.N.V. lograva o tri-campeonato na prova clássica Imprensa Carioca;
- em 1947, pela primeira vez em sua vida desportiva, a E.N.A. se inscreve na Federação Atlética de Estudantes, em todas as modalidades de desportos; enquanto que a E.N.V. em dois terços dos mesmos;
- cumpre salientar a existência de competições internas nas duas Escolas, em todos os desportos praticados nos meios universitários, em disputa da Taça Costa Lima, na E.N.A., Taça Jadyr Vogel na E.N.V. e Taça Universidade Rural;

f) inauguração da nova séde:

A U.R. funciona, presentemente, em prédios situados a Avenida Pasteur 404, Praia Vermelha, e a Avenida Maracanã, 200,

Sua nova séde, em vias de conclusão está situada no 2.º Distrito de Seropédica, município de Itaguaí, Estado do Rio de Janeiro, a altura do quilômetro 47 da rodovia Rio-S. Paulo.

Como já ficou visto anteriormente, a antiga Escola Superior de Agricultura e Medicina Veterinária, de que se originaram as atuais Escolas Nacional de Agronomia e Nacional de Veterinária, foi inaugurada a 4 de julho de 1913, em homenagem aos Estados Unidos da América, cuja gloriosa independência é comemorada nesse dia.

O Regimento interno da Escola Nacional de Agronomia, aprovado pela Portaria Minis-

terial s/n, de 14-11-1936, publicada no "Diário Oficial" de 30 do mesmo mês e ano (pág. 25.768), fixa a data de 4 de julho para comemorar a fundação da referida Escola (artigo 165).

Estão concluídos e oficialmente entregues à U.R., os edificios e instalações escolares abaixo discriminados:

I) **Edifício de Engenharia Rural** abrangendo uma área construída de 1.375 m², em dois pavimentos, três salas de aulas, 3 gabinetes de professores e assistentes, uma sala de reuniões, portaria e dependências sanitárias de duas cadeiras da Escola Nacional de Agronomia:

— 11.ª cadeira: Mecânica agrícola: agrícola: máquinas e motores agrícolas;

— 17.ª cadeira: Engenharia rural: topografia, hidráulica agrícolas, construções rurais, desenho topográfico, de estradas e de construções rurais;

II) **Edifício de Química**, com uma área de 5.915 m², em dois pavimentos, com 9 laboratórios de alunos, 2 laboratórios de estagiários, 14 laboratórios de professores e assistentes, 8 gabinetes de professores e assistentes, 5 salas de balanças, uma biblioteca seccional, uma sala de reuniões, um museu, um anfiteatro (lotação para 180 pessoas, cabine de projeções e mesa de demonstrações), 28 dependências sanitárias; destinadas a uma cadeira da E.N.V. e cinco da E.N.A. a saber:

— 1.ª cadeira: Química orgânica e biológica (E.N.V.)

— 2.ª cadeira: Física agrícola (E. N. A.)

— 3.ª cadeira: Geologia agrícola; geologia, mineralogia e agrologia (E. N. A.);

— 4.ª cadeira: Química analítica (E. N. A.);

— 5.ª cadeira: Química orgânica e tecnologia rural (E.N.A.)

— 6.ª cadeira: Química agrícola (E. N. A.).

III) **Edifício de Biologia**, com 5.520 m² de área construída; 6 laboratórios de alunos, 4 salas de manipulações e pesquisas, 10 gabinetes de professores e assistentes, 5 salas de museu, 3 laboratórios de estagiários, 1 biblioteca seccional, uma sala de reuniões, um anfiteatro (lotação para 180 pessoas cabine de projeções e mesa de demonstrações), 12 dependências sanitárias e 10 dependências complementares diversas, destinados a uma cadeira da E.N.V. e cinco da E.N.A. a saber:

- 5.^a cadeira: Zoologia médica; parasitologia e doenças parasitárias (E.N.V.);
- 7.^a cadeira: Botânica agrícola: anatomia, fisiologia, e sistemática (E.N.A.);
- 8.^a cadeira: Zoologia agrícola: zoologia geral, anatomia e fisiologia dos animais domésticos (E.N.A.);
- Entomologia e parasitologia agrícolas (E.N.A.);
- 10.^a cadeira: Fitopatologia e microbiologia agrícola (E.N.A.);
- 12.^a cadeira: Agricultura geral e genética vegetal (E.N.A.);

IV) Instalações de campo, destinadas ao ensino experimental e demonstrativo da 13.^a cadeira — Agricultura e genética especializadas da E.N.A., compreendendo:

- um galpão de máquinas
- casa de beneficiamento
- um terreiro secador
- um paiol — câmara de expurgo
- um depósito de inflamáveis
- um ripado
- seis estufins;

VI) Instalações de campo, destinadas ao ensino experimental e demonstrativos da 14.^a cadeira — Horticultura e Silvicultura, partes relativas a Horticultura, compreendendo:

- um galpão de máquinas
- um ripado
- nove hectares de campos nivelados, drenados e irrigados;

VI) Edifício Central, de três pavimentos com 15.757 m² de área construída, da qual 14.459 m² são destinados a U.R., que nele dispõe de um salão nobre (com lotação para 514 pessoas, palco e cabine de projeção), uma sala de Congregação e Conselho Universitário, um salão de leitura, uma biblioteca seccional, uma sala ambiente de café, três museus, três anfiteatros (lotação para 180 pessoas, cabine de projeção e mesa de demonstrações para cada um), 5 salas de manipulação e pesquisas, 20 gabinetes ou laboratórios de professores e assistentes, 8 laboratórios de alunos, três laboratórios de estagiários, 10 dependências diversas para administração escolar, 18 dependências diversas complementares do ensino e 24 dependências sanitárias destinadas:

- ao Conselho Universitário, Congregações e Conselhos Técnicos da E.N.A., E.N.V. e C.A.E.;

- à Reitoria e Diretorias das referidas instituições de Ensino;
- ao Serviço Escolar e Turma de Administração da U.R.;
- a quatro cadeiras da E.N.V. a saber:
 - 2.^a cadeira: Fisiologia dos animais domésticos;
 - 6.^a cadeira: Patologia geral e semiologia;
 - 12.^a cadeira: Terapêutica, farmacodinâmica, toxicologia e arte de formular;
 - 16.^a cadeira: Indústria e inspeção de produtos de origem animal;
- a seis cadeiras da E.N.A. a saber:
 - 1.^a cadeira: Matemática: geometria analítica e cálculo;
 - 12.^a cadeira: Agricultura geral e genética vegetal;
 - 13.^a cadeira: Agricultura e genética especializadas;
 - 14.^a cadeira: Horticultura e Silvicultura;
 - 18.^a cadeira: Economia rural: economia, legislação e contabilidade agrícolas;
 - Aula: Desenho de aguadas, perspectivas e sombras;

VII) Casas residenciais: Trinta casas residenciais para servidores da U. R., assim discriminadas:

- uma para o Reitor, com sala, varanda, quatro quartos, dois banheiros, copa, cosinha, quarto e banheiro de empregada e garagem;
- três, tipo funcionário, com sala, três quartos, copa, cosinha, banheiro, varanda, quarto e banheiro de empregada;
- três, tipo funcionário, com sala, dois quartos, banheiro, cosinha, varanda e banheiro de empregada;
- vinte e três, tipo trabalhador, com sala, três quartos, cosinha, banheiro e varanda.

Estão incluídos e serão entregues oficialmente, ainda no corrente ano, após as providências complementares assinaladas, os edifícios escolares abaixo discriminados:

VIII) Edifício de Zootecnia, provisoriamente abrigando as instalações do Serviço Médico do C.N.E.P.A., que até agosto deste ano será transferido para outra sede provisória. Este edifício, de um só pavimento, conta com uma área construída de 1.160 m² e dispõe de um anfiteatro (com lotação para 180 pessoas, gabinete de projeção e duas rampas de acesso aos animais), dois

museus, quatro gabinetes de professores e assistentes, sete dependências diversas complementares do ensino e três dependências sanitárias destinadas ao ensino de duas cadeiras da E. N. V. e duas da E. N. A. a saber:

- 11.^a cadeira: ootecnia geral, genética animal e exterior dos animais domésticos (E. N. V.);
- 14.^a cadeira: Zootecnia especial (E. N. V.);
- 15.^a cadeira: Zootecnia: exterior e raças, zootecnia geral e genética animal (E. N. A.);
- 16.^a cadeira: Zootecnia especializada: criação, alimentação e higiene;

- IX) Edifício do restaurante**, já concluído, mas cuja entrega oficial se fará conjuntamente com os edifícios de alojamentos, por constituírem um sistema de funcionamento harmônico, sendo a área construída de 2.393 m² e dispondo das seguintes dependências:
- um salão de refeição para alunos, com capacidade para 400 pessoas e respectivo mobiliário;
 - uma sala de refeições para professores e assistentes com capacidade para 100 pessoas e respectivo mobiliário;
 - cozinha, copa, despensa e câmaras de frio com os respectivos equipamentos;
 - bar, cantina e barbearia dos alunos;
 - padaria completamente equipada;
 - garage de bicicletas;
 - quatro dependências diversas complementares;
 - oito dependências sanitárias;
- X) Edifícios de alojamento**: conjunto de três edifícios já concluídos, faltando-lhes, apenas, os armários embutidos e mesas de cabeceiras, objeto de Mensagem Presidencial ao Parlamento para corrigir impropriedade de classificação da dotação para tal fim concedida no orçamento vigente. Estes edifícios apresentam uma área construída de 6.416 m² e cada um deles com três pavimentos, destinam-se aos alunos da U. R. e dispõem das seguintes dependências:
- cento e vinte e seis dormitórios com capacidade para três alunos cada um;
 - sessenta e três salas de estudo, com capacidade para seis alunos cada uma;
 - vinte e sete dependências complementares diversas;

— nove dependências sanitárias, uma em cada pavimento.

Encontram-se em fase avançada de construção e deverão ser concluídas e oficialmente entregues no corrente ano as seguintes instalações:

- XI) Instalações de campo**, destinadas ao ensino experimental e demonstrativo da 14.^a cadeira — Horticultura e silvicultura, parte relativa a silvicultura compreendendo:
- um galpão de máquinas;
 - um ripado;
- XII) Edifício do ginásio**, com a área construída de 1.771 m², destinado à prática de desportos em recinto fechado compreendendo:
- campo de basquetebol e volebol;
 - arquibancadas;
 - vestuários e sanitários para homens e senhoras;
 - cinco salas destinadas ao Serviço de Desportos da U. R.;
 - cinco dependências diversas complementares das atividades desportivas;
- XIII) Casas residenciais**: Sete casas residenciais para professores e diretores, cada uma dispondo de sala, varanda, escritório, quatro quartos, copa, cozinha, banheiro, quarto e banheiro de empregado. Ainda este ano deverá ter início a construção de mais oito casas residenciais, sendo três do tipo que acaba de ser descrito e cinco do tipo funcionário, anteriormente discriminado, também destinadas a professores as primeiras e assistentes as segundas, e cujo processo relativo ao assunto aguarda registro pelo Tribunal de Contas, do contrato de execução pela firma vencedora da concorrência administrativa para tal fim realizada em maio deste ano.
- Deverão ficar concluídos no ano próximo vindouro o edifício e as instalações escolares abaixo mencionadas:
- XIV) Edifício das Clínicas**: cuja construção foi iniciada em novembro de 1945, já estando concluída uma parte da primeira etapa das três previstas no planejamento aprovado. No corrente ano deverão ser concluídas a parte final da primeira etapa, toda a segunda etapa e uma parte da terceira. Em dezembro de 1948 deverá ficar concluído com a execução dos serviços de revestimentos, pavimentação, pinturas e outros trabalhos complementares. Este edifício, que terá 5.423 m² de área construída em 2 pavimentos, desti-

na-se as seis seguintes cadeiras da Escola Nacional de Veterinário:

- 3.^a cadeira: Anatomia dos animais domésticos;
- 4.^a cadeira: Histologia embriologia;
- 7.^a cadeira: Anatomia patológica e técnica de necropsias;
- 9.^a cadeira: Higiene veterinária e rural e alimentação dos animais domésticos;
- 13.^a cadeira: Patologia e clínica cirúrgicas, Obstetrícia;
- 15.^a cadeira: Patologia e clínica médica dos animais domésticos;

XV) **Instalação do Hospital Veterinário:** a construção do Hospital Veterinário deverá ter início em fevereiro e ser concluída em dezembro de 1948. Essas instalações compreendem:

- um galpão com biotério e canil;
- um galpão com cocheiras para bovinos e oquídeos;
- um galpão com pocilga e aprisco;

XVI) **Edifício da Lavandaria:** a construção deste edifício e a instalação de seu equipamento deverão ser iniciadas no

corrente ano e estarão concluídas em abril de 1948.

XVII) **Data da inauguração:** Marcando a data de sexta-feira, 4 de julho de 1947, para realizar solenemente a inauguração dos dez edifícios e instalações escolares já construídos, dentre os dezesseis que constituirão a nova sede da Universidade Rural no Segundo Distrito do Município fluminense de Itaguaí, a altura do km. 47 da rodovia Rio-São Paulo, o Governo Federal atende a dois imperativos que já se tornaram tradicionais nas atividades do ensino superior de agronomia e de veterinária ministrado pelo Ministério da Agricultura:

- honra a “celula mater” desse ensino, a antiga Escola Superior de Agricultura e Medicina Veterinária, e os trinta e quatro anos de silencioso e frutífero trabalho de todos aqueles que lhe têm dispensado qualquer parcela de esforço ou atenção;
- homenageia, uma vez mais, a poderosa nação amiga, os Estados Unidos da América.”

Banco da Prefeitura do Distrito Federal

RUA DA QUITANDA, 129

Capital Cr\$ 100.000.000,00

RECEBE DEPÓSITOS À VISTA E A PRAZO

CREDITO AGRICOLA E INDUSTRIAL

EMPRÉSTIMOS A FORNECEDORES DA PREFEITURA

Concede taxas especiais nas operações de desconto à
indústria e ao comércio

A

Sociedade Nacional de Agricultura

EM COOPERAÇÃO COM A

Fundação Getúlio Vargas

Tem em realização na

Escola de Horticultura Wencesláo Bello

os seguintes cursos rápidos:

- Botânica Agrícola
 - Solos e Adubação
 - Jardinagem
 - Hortas Domésticas
 - Viveirista
 - Floricultura
 - Economia e Administração

Caixa de Crédito Cooperativo

(Garantida pelo Governo Federal!)

É o banco nacional de fomento ao cooperativismo, visando especialmente a produção de gêneros alimentícios e o conseqüente aumento do poder aquisitivo dos consumidores.

Realiza descontos, custódia de títulos e valores, cobranças, transferência de fundos. Aceita depósitos para caução e das seguintes modalidades:



C/c de movimento s/limite	4% a.a.
Depósitos populares até Cr\$ 50.000,00	5% "
A prazo fixo { 6 meses	5,5% "
{ 12 meses	6% "
Em caução s/contratos	4% "



MATRIZ:

Rua México, 128-b, lojas 1/3 — Telefones: 22-5907 e 42-1754

Endereço Telegráfico: "COOPERAÇÃO"



AGÊNCIAS:

São Paulo, Estado de S. Paulo — Rua 7 de Abril n.º 173

Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul — Rua 7 de Setembro n.º 1100